



INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# Relações Bilaterais Austrália/União Europeia: Cooperação Securitária no Indo-Pacífico

Autor: Rafael Vera Cruz Correia da Cunha Mendes

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Associada com Agregação Maria João Militão Ferreira

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Relações Internacionais

**Lisboa**  
**2023**



INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA



LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# Relações Bilaterais Austrália/União Europeia: Cooperação Securitária no Indo-Pacífico

***Autor: Rafael Vera Cruz Correia da Cunha Mendes***

*Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Associada com Agregação Maria João Militão Ferreira*

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Relações Internacionais

Júri:

Presidente:

-Doutora Andreia Mendes Soares e Castro, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutora Maria João Militão Ferreira de Sousa Pereira, Professora Associada com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora;

- Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

*Lisboa*

*2023*

## Resumo

As relações bilaterais Austrália-União Europeia (UE) celebraram 60 anos de existência em 2022. O estudo das relações comerciais Austrália-UE é muito relevante para a disciplina científica das Relações Internacionais. No entanto, as suas relações no campo da segurança e defesa são relativamente recentes. A dissertação pretende realizar uma análise, recorrendo a diversos documentos oficiais públicos e às declarações públicas dos decisores políticos australianos e das instituições europeias, sobre a evolução das relações bilaterais Austrália-UE. O objetivo é discutir a cooperação Austrália-UE no campo das políticas de segurança e defesa, no contexto geopolítico da região do Indo-Pacífico.

A dissertação pretende discutir as causas que explicam o âmbito limitado das relações Austrália-UE no campo da segurança e defesa. Tal limitação relacional assume consequências no contexto geopolítico e securitário do Indo-Pacífico. A dissertação argumenta que a limitação das relações Austrália-UE, no campo da segurança e defesa, deve-se a dois fatores: o facto do grande foco histórico das relações bilaterais serem as temáticas comerciais e agrícolas e a perspetiva tardia dos responsáveis políticos australianos e das instituições europeias na diversificação das suas relações. O envolvimento securitário da UE na Ásia ainda se encontra aquém do necessário para que a União Europeia possa ser considerada um ator de segurança relevante na região. O atraso e a falta de coordenação entre as instituições europeias e os estados-membros são fatores penalizadores na elaboração de uma estratégia comum para o Indo-Pacífico. Todavia, vários fatores justificam o desenvolvimento de tais estratégias, designadamente, a grande importância geográfica e económica da região, o contexto geopolítico cada vez mais complexo e o aumento das interações militares dos principais atores no Indo-Pacífico. As limitações crónicas da Política Comum de Segurança e Defesa da UE só permitem uma cooperação bilateral, no âmbito da segurança e defesa, com a Austrália em missões exclusivamente civis.

**Palavras-Chave:** Austrália; Defesa; Indo-Pacífico; Política Externa; Segurança; União Europeia.

## *Abstract*

The bilateral relations Australia/European Union (EU) celebrate 60 years of existence in 2022. The study of Australia-EU relations is very important for the scientific discipline of International Relations. However, their relationship in security matters is relatively recent. The dissertation intends to carry out an analysis, resorting to diverse official public documents and public statements from Australian and European political decision-makers, about the evolution of Australia-EU bilateral relations. The goal is discussing the cooperation Australia-EU in the field of security and defence policies, in the geopolitical context in the Indo-Pacific region.

The dissertation intends to argue the causes that explain the limited scope of the Australia-EU relations in the field of security and defence. Such limited relationship has consequences in the geopolitical and security context of the Indo-Pacific. The dissertation argues that the limitation of Australia-EU relations, in the field of security and defence, is due to two factors: the fact that the big historical focus of the bilateral relations were trade and agricultural issues and the late perspective of Australian and European institutions political officials in diversifying their relations. The EU security involvement in Asia is still below necessary for the European Union to become a relevant security actor in the region. The delay and the lack of coordination, between the European institutions and its member-states, are penalizing factors in the elaboration of a common strategy for the Indo-Pacific. However, several factors justify the development of such strategies, namely the greater economical and geographical importance of the region, the increasingly complex geopolitical context and the rise of military interactions between the main actors in the Indo-Pacific. The chronic limitations of EU's Common Security and Defence Policy only allow a bilateral cooperation with Australia, in the scope of security and defence, in civilian-only missions.

**Keywords:** Australia; Defence; European Union; Foreign Policy; Indo-Pacific; Security.

## Índice

	Índice de imagens e de quadros .....	v
	Siglas e Acrónimos.....	vi
1.	Introdução.....	1
	1.1. Revisão de Literatura.....	4
	1.2. Enquadramento conceptual.....	7
	1.3. Enquadramento teórico.....	10
	1.4. Metodologia.....	12
2.	Aspetos políticos das relações bilaterais Austrália-União Europeia.....	17
	2.1. A perspetiva Australiana .....	17
	2.2. A perspetiva da União Europeia.....	20
	2.3. Cooperação Ásia-Pacífico e Indo-Pacífico.....	23
3.	A Dimensão de Segurança e de Defesa das relações bilaterais Austrália-União Europeia.....	30
	3.1. O contexto geopolítico na região do Indo-Pacífico.....	30
	3.2. A cooperação Austrália-União Europeia no âmbito da segurança e defesa.....	38
	3.3. O investimento Australiano e Europeu na política de segurança e defesa.....	41
	3.4. A importância do acordo AUKUS no contexto da região do Indo-Pacífico.....	42
4.	Resultados da Análise do Discurso Político.....	48
	4.1. Declaração pública de Kevin Rudd.....	48
	4.2. Declaração conjunta de Malcolm Trunbull, Jean-Claude Juncker e de Donald Tusk.....	49
	4.3. Declaração pública de Julie Bishop.....	50
	4.4. Declarações públicas de Ursula von der Leyen, de Charles Michel e de Josep Borrell.....	51
5.	Conclusão.....	54
6.	Bibliografia.....	60
7.	Anexos.....	83

## Índice de Imagens

Imagem 1 – Presença militar francesa no Indo-Pacífico .....	83
Imagem 2 – Localização geográfica das ilhas de Senkaku/Diaoyu .....	83
Imagem 3 – Localização geográfica da <i>Nine-Dash Line</i> (cor verde) e das ilhas Paracel e Spratly .....	84
Imagem 4 – Presença militar dos EUA no Indo-Pacífico, em setembro de 2021 .....	84
Imagem 5 – Valores previstos para o investimento australiano na sua política de defesa e segurança entre 2020 e 2030, em mil milhões de dólares australianos .....	85

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Estratégia da UE para a Indo-Pacífico (2021) .....	85
Quadro 2 – Estratégia Francesa para o Indo-Pacífico (2022) .....	86
Quadro 3 – Estratégia dos Países Baixos para o Indo-Pacífico (2020).....	87
Quadro 4 – Estratégia dos EUA para o Indo-Pacífico (2022) .....	88
Quadro 5 – <i>2017 Foreign Policy White Paper</i> .....	89
Quadro 6 – <i>Australia 2020 Defence Strategic Update</i> .....	89
Quadro 7 – Investimento total dos estados-membros da União Europeia em políticas de defesa e segurança entre 2015 e 2020, em valores nominais e percentagem do PIB .....	91
Quadro 8 – 10 Países da UE que mais investiram em políticas de segurança e de defesa em 2020, em valores nominais e em percentagem do PIB .....	91

## **Siglas e Acrónimos**

ARUNESPS - Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança

ANZUS - Austrália, Estados Unidos e Nova Zelândia

ASEAN - Associação das Nações do Sudoeste Asiático

AUKUS - Austrália, Estados Unidos e Reino Unido

CEE - Comunidade Económica Europeia

CPTPP - Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria do Trans-Pacífico

EUA - Estados Unidos da América

ICCOS - Cimeira Internacional para as Operações sobre o Cibercrime

QUAD - Diálogo de Segurança Quadrilateral

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAC - Política Agrícola Comum

PCSD - Política Comum de Segurança e de Defesa

PESC - Política Externa e de Segurança Comum

PIB - Produto Interno Bruto

RIMPAC - *Rim of The Pacific* (Orla do Pacífico)

TPA - Tribunal Permanente de Arbitragem

TUE - Tratado da União Europeia

UE - União Europeia

## **1. Introdução**

No âmbito da elaboração da dissertação de Mestrado, será analisado o tema “Relações Bilaterais Austrália-União Europeia: Cooperação Securitária no Indo-Pacífico.” Tendo em conta que vivemos num mundo cada vez mais globalizado, a existência de estruturas governamentais e intergovernamentais capazes de criarem relações pacíficas de interdependência assume uma importância crescente. A existência de relações bilaterais e multilaterais entre os estados e as organizações internacionais intergovernamentais é o reflexo do estabelecimento de canais de comunicação entre os atores das relações internacionais.

O puzzle de investigação a que se pretendeu dar resposta é o seguinte: qual a relevância das relações bilaterais entre a UE e a Austrália no contexto da segurança e defesa na região do Indo-Pacífico?

Os objetivos inerentes à elaboração da dissertação são:

- i. Discutir os interesses securitários que a Austrália e a União Europeia detêm em comum na região do Indo-Pacífico;
- ii. Analisar os acordos no âmbito da defesa e de segurança assinados entre a CEE/UE e a Austrália;
- iii. Analisar o discurso dos líderes políticos australianos e das instituições europeias sobre as relações bilaterais UE/Austrália no domínio da segurança e defesa;
- iv. Debater a política de defesa e de segurança da Austrália e da União Europeia para a região do Indo-Pacífico;
- v. Discutir a dimensão geopolítica da parceria UE/Austrália no contexto da região do Indo-Pacífico.

As várias dimensões das relações bilaterais Austrália-UE são uma temática relevante e ainda pouco discutida na literatura, no âmbito do estudo das Relações Internacionais. A relação entre a Austrália e a Europa não é recente, existindo desde os finais do século XVIII e coincidindo com a chegada de milhares de colonos ingleses, sobretudo reclusos do sistema

prisional britânico que foram transferidos para a colônia localizada na região australiana da Nova Gales do Sul, devido à sobrelotação das prisões inglesas (Munro, 2017).

No que concerne às relações diplomáticas entre a UE e o estado australiano, estamos perante relações diplomáticas com 60 anos de existência, entre uma organização internacional – composta por 27 estados-membros e 446 milhões de habitantes – e a Austrália, um país com uma importância estratégica no contexto geográfico da região do Indo-Pacífico, com um mercado muito relevante para os interesses europeus e que possuía a 14ª maior economia do mundo em 2022, com um PIB (Produto Interno Bruto) estimado em cerca de 1,7 trilhões de dólares (FMI, 2022). Para a UE é importante ter um parceiro como a Austrália, nomeadamente, devido à sua relevância geográfica, considerando os interesses políticos e económicos dos diversos estados da região do Indo-Pacífico, bem como os interesses que a UE detém na região. Para além disso, a Austrália poderá ser um parceiro militar relevante para a UE, devido à ambição australiana de pretender uma maior projeção das suas forças armadas no Indo-Pacífico (Parry, 2022). No âmbito comercial, em 2020, o comércio de bens e de serviços entre a UE e Austrália atingiu cerca de 62 mil milhões de euros (Comissão Europeia, 2022), sendo que em 2021 a UE foi o terceiro maior parceiro comercial da Austrália e o segundo maior investidor estrangeiro na Austrália, calculado em cerca de 763 mil milhões de dólares (*Department of Foreign Affairs and Trade, 2022*).

As razões que motivaram o meu interesse nesta área relacionam-se com a relevância das relações diplomáticas entre os estados e as organizações intergovernamentais. No contexto contemporâneo das relações internacionais, torna-se importante analisar como as relações diplomáticas Austrália-UE se foram consolidando, apesar da grande distância geográfica que existe entre estes atores das relações internacionais. Também é importante discutir o enquadramento da temática, aplicada à região do Indo-Pacífico. O Indo-Pacífico é responsável por cerca de 60% do PIB mundial e por dois terços do crescimento económico mundial, sendo também representativo de cerca de 60% da população mundial (*German Federal Foreign Office, 2021*). O Indo-Pacífico já é percecionado como sendo uma região central, nomeadamente, para a competição militar estratégica internacional, para o crescimento económico mundial e a inovação tecnológica, podendo ter também um impacto futuro na estrutura e formulação de normas, de organizações e da ordem internacional (Fiott & Simón, 2022). É, igualmente, relevante discutir como esta temática se poderá enquadrar no aumento

generalizado do investimento mundial em políticas de segurança e defesa que, em 2021, atingiu pela primeira vez o valor de 2 trilhões de dólares (SIPRI, 2022). A percepção que a UE detém sobre a Austrália e vice-versa constitui, neste contexto, um tópico de investigação significativo. Pretendo analisar a dimensão de segurança das relações bilaterais Austrália-UE. A dissertação também pretende discutir o acordo de formulação da parceria geoestratégica AUKUS (Austrália, Estados Unidos e Reino Unido), a consequente crise diplomática entre a UE, a França e os parceiros do acordo AUKUS, bem como os seus efeitos nas relações diplomáticas entre a Austrália e a UE (Wintour, 2021).

A dissertação encontra-se estruturada em sete capítulos. O capítulo 1 encontra-se dividido em quatro subcapítulos. No primeiro subcapítulo é realizada uma revisão de literatura, o enquadramento teórico e conceptual bem como a metodologia utilizada na elaboração da dissertação.

No capítulo 2 serão abordados três subtemas, referentes aos aspetos políticos das relações bilaterais Austrália-UE. No primeiro subtema do capítulo, será discutida a perspetiva que os sucessivos governos australianos tiveram para com a CEE/UE, referente às relações bilaterais. No segundo subtema do capítulo, será discutida a perspetiva dos sucessivos líderes políticos das instituições europeias sobre a Austrália. No terceiro subtema do capítulo, será analisada a intervenção da UE no continente asiático, no plano da segurança e defesa, destacando a apresentação da estratégia da UE para o Indo-Pacífico e a apresentação das estratégias individuais para o Indo-Pacífico, oriundas da França, Alemanha e Países Baixos.

No capítulo 3 serão abordados quatro subtemas, estando enquadrados na análise sobre a dimensão de segurança e defesa das relações bilaterais Austrália-UE. No primeiro subtema do capítulo será analisado o contexto geopolítico no Indo-Pacífico, referindo as ações na região de diversos atores regionais. No segundo subcapítulo será analisada a evolução histórica da cooperação bilateral Austrália-UE, no âmbito da segurança e defesa. No terceiro subcapítulo será referido o investimento, presente e futuro, que a Austrália e a UE irão realizar, em políticas de segurança e de defesa. No quarto subcapítulo serão analisados os eventos que decorreram do anúncio da parceria estratégica AUKUS, os impactos que terão para o equilíbrio estratégico do Indo-Pacífico bem como as reações da diplomacia francesa e das instituições europeias ao seu anúncio.

No capítulo 4 será realizada a análise de discurso político, nomeadamente, intervenções e tomadas de posição públicas, proferidas por vários responsáveis políticos australianos e das instituições europeias, a partir da abordagem pragma-dialética à argumentação, estudada por Frans van Eemeren e por Rob Grootendorst (Van Eemeren & Grootendorst, 2004). No capítulo 5 serão apresentadas as conclusões, que surgiram de toda a informação apresentada ao longo da dissertação. No capítulo 6 será exibida toda a bibliografia que foi utilizada na elaboração da dissertação e, finalmente, no capítulo 7 serão mostrados os anexos, do qual fazem parte todas as imagens e quadros utilizados na elaboração da dissertação.

### *1.1. Revisão de Literatura*

A revisão de literatura feita sobre o objeto de pesquisa selecionado permitiu-nos tecer um conjunto de considerações.

Verificam-se algumas lacunas ao nível da investigação sobre a multidimensionalidade das relações bilaterais Austrália-UE. A temática das relações bilaterais sobre a União Europeia e a Austrália não tem sido considerada um tópico de grande relevância no estudo académico. A literatura existente tem-se concentrado maioritariamente no estudo das relações bilaterais, no contexto dos interesses existentes na região da Ásia-Pacífico, estando desatualizada face ao emprego contemporâneo do termo “Indo-Pacífico”. Na verdade, só em setembro de 2021 é que a UE apresentou a sua estratégia de cooperação para o Indo-Pacífico (Comissão Europeia, 2021). Também se verificou, com notórias exceções, que a maioria das análises desenvolvidas pela literatura especializada focam-se na temática das relações económicas e comerciais Austrália-UE, não abordando com tanto detalhe outras temáticas relacionadas com as relações bilaterais. Philomena Murray (2005, 2014, 2018, 2019-a, 2019-b), académica da Universidade de Melbourne, tem contribuído de forma relevante para o estudo da dimensão política das relações Austrália-UE. Outros autores que também têm contribuído, de forma significativa,

para o estudo desta temática têm sido Andrea Benvenuti (2014) e Margherita Matera (2018, 2019-a, 2019-b).

Na opinião de Philomena Murray, o início das relações bilaterais Austrália-UE foi caracterizada pelas opiniões divergentes sobre, nomeadamente, a adesão do Reino Unido à CEE em 1972 e em matérias relacionadas com a Política Agrícola Comum (PAC), bem como a existência de uma relação bilateral desequilibrada, do qual a UE tinha uma maior relevância para a Austrália do que o oposto (Murray, Elijah & O'Brien, 2002). Murray também argumenta que, na década de 1990 do século XX, existiu uma mudança na perspetiva das relações bilaterais Austrália-UE, passando de uma perspetiva hostil para uma perspetiva colaborativa, justificando com a existência de uma maior diversidade nas temáticas abordadas e no aumento das visitas de altos representantes políticos australianos e das instituições europeias (Murray & Benvenuti, 2014). Murray defende que as relações bilaterais Austrália-UE baseiam-se em princípios fundamentais, nomeadamente, a partilha de princípios e de valores democráticos, a aceitação de uma partilha de uma agenda política que fomente uma cooperação cada vez mais próxima e uma compreensão semelhante em diversas temáticas, tais como a Ucrânia, a Rússia e a Ásia/Indo-Pacífico (Murray, 2018). Para além disso, Murray defende que com a assinatura do acordo-quadro Austrália-UE, poderá ocorrer a manutenção de uma tendência positiva nas relações bilaterais, considerando a parceria Austrália-UE como fiável e crítica (Murray, 2018). Finalmente, Philomena Murray argumenta a continuidade da colaboração bilateral Austrália-UE, no âmbito da segurança e defesa, com a abordagem de temáticas como a análise de ameaças comuns à segurança e a aplicação de políticas de auxílio ao desenvolvimento e de governação, na Ásia e no Pacífico, utilizando instrumentos não militares e dialogando em fóruns multilaterais, como o Fórum Ásia-Europa (Murray & Matera, 2019-a).

De acordo com Margherita Matera, as relações bilaterais Austrália-UE no âmbito da segurança e defesa aprofundaram-se desde do final da década de 1990 do século XX (Matera, 2018). No entanto, a autora argumenta que essa evolução acelerou com a assinatura, em abril de 2015, do acordo de parceria estrutural Austrália-UE, afirmando que a parceria irá permitir que a Austrália e a UE possam colaborar de forma mais abrangente nas operações lideradas pela UE, através da PESC, aplicando uma variabilidade de possibilidades de colaboração, desde da mobilização de meios para a realização de operações de manutenção de paz e em operações de monitorização e de formação (Matera, 2018).

A literatura especializada tem-se centrado no estudo de seis questões essenciais:

- i. Como se construíram as relações entre a UE e a Austrália (Murray, Elijah & O'Brien, 2002; Murray, 2005; Murray & Benvenuti, 2014);
- ii. As relações económicas e comerciais entre a UE e a Austrália (Murray, Elijah & O'Brien, 2002; Murray, 2005; Murray, 2018; Matera & Murray, 2018; Puig, 2018; Murray & Matera, 2019-a; Murray & Matera, 2019-b);
- iii. As negociações do acordo de livre-comércio entre a UE e a Austrália (Elijah, Kenyon, Hussey & van der Eng, 2017; Puig, 2018; Drake-Brockman & Messerlin, 2018);
- iv. A influência direta e indireta do Reino Unido nas relações entre a Austrália e a UE (Murray, 2005; Puig, 2018; Drake-Brockman & Messerlin, 2018);
- v. A relação de cooperação securitária entre a UE e a Austrália (Matera & Murray, 2018; Matera, 2018; Murray & Matera, 2019-a; Murray & Matera, 2019-b);
- vi. A dimensão geopolítica da parceria entre a UE e a Austrália no contexto estratégico da região do Indo-Pacífico (Murray, Elijah & O'Brien, 2002; Murray, 2005; Yencken, 2015; Murray, 2018; Matera & Murray, 2018; Murray & Matera, 2019-b).

Considero que a pergunta colocada na introdução tem uma importância relevante, no contexto da análise sobre a temática das relações bilaterais Austrália-UE, dado que o objetivo desta investigação é aprofundar um dos pontos menos analisados pela literatura, a saber, as relações Austrália-UE no âmbito da segurança e da defesa. Esta temática tem ganho maior relevância, devido à consideração pela literatura especializada de que o espaço geoestratégico do Indo-Pacífico poderá assumir uma importância significativa, em resultado da existência de diversas parcerias de segurança e de defesa na região, envolvendo estados como os Estados Unidos da América (EUA), a Austrália, a Índia, o Japão, a França e o Reino Unido (Atanassova-Cornelis, 2020). A China constitui um dos estados cuja militarização crescente cria preocupações securitárias significativas de algumas potências regionais, entre as quais a Austrália, Japão, Índia e Coreia do Sul (Pardo & Leveringhaus, 2022). A temática das relações bilaterais Austrália-UE merece um aprofundamento científico no contexto das relações internacionais, dado que a parceria entre a Austrália e a UE consiste na partilha de um conjunto de valores, ideais e interesses semelhantes (Delegação da União Europeia para a Austrália, 2021).

## 1.2. *Enquadramento conceptual*

O conceito de relações internacionais pode ser definido como sendo a tentativa de encontrar uma explicação científica para a existência de interações bilaterais entre os estados num sistema globalizado, para os diferentes comportamentos entre os estados bem como para a forma como as organizações – sejam estas de cariz governamental, transnacional ou intergovernamental – supervisionam e regulam essas ações (*Department of Political Science of the University of Wisconsin-Madison, 2022*).

Tendo em conta que se pretende analisar as relações diplomáticas bilaterais entre a UE e a Austrália, torna-se inevitável discutir o conceito de política externa, bem como a prática e a teoria da diplomacia. O conceito de política externa, segundo Jesmine Ahmed (2020, p. 788), pode ser definida como sendo “as estratégias, métodos, linhas de atuação e os acordos que os governos utilizam regularmente para concretizar as suas ações no âmbito internacional.”<sup>ii</sup>. Os principais objetivos a que os estados se propõem para a elaboração de decisões em política externa são, nomeadamente, a salvaguarda dos principais valores e interesses do estado, a independência política e integridade territorial, a segurança nacional e a prosperidade económica (Ahmed, 2020).

Existem três passos na elaboração de decisões em política externa, designadamente:

- i. a conceção de uma política externa;
- ii. a implementação de ações de política externa;
- iii. a avaliação de resultados em política externa (Folarin, 2017).

A fase da conceção da política externa consiste na criação de linhas de ação em política externa, elaboradas nomeadamente pelos chefes de estado e de governo e pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros de cada estado, levando em consideração circunstâncias como o interesse nacional, as perceções, os interesses, as escolhas e os meios existentes (Folarin, 2017). A fase da implementação implica que o governo assegure a concretização institucional das linhas gerais de política externa do estado (Folarin, 2017). Tal concretização será depois

avaliada pelo sistema político e pela sociedade civil a curto, médio e longo prazo, podendo ter consequências para o governo em futuros atos eleitorais (Knecht & Weatherford, 2006).

Existem diversas variáveis internas e externas associadas à elaboração das políticas externas dos estados. As variáveis internas que podem condicionar as ações de política externa incluem o sistema político, a cultura e a história, a geografia, as capacidades militares e tecnológicas, os meios de comunicação social e a opinião pública (Bojang, 2018). As variáveis externas que podem influenciar a política externa de um ator internacional são, designadamente, a estrutura do sistema internacional, as organizações internacionais, o direito internacional e as estratégias militares de outros sujeitos internacionais (Bojang, 2018). A utilização deste conceito será enquadrada na forma como a política externa da UE e da Austrália influencia, respetivamente, a sua atuação no Indo-Pacífico, bem como é que a conjugação dos objetivos de política externa de ambos os atores impacta, diretamente ou indiretamente, nas relações bilaterais Austrália-UE, no âmbito da segurança e defesa.

A diplomacia, segundo Stephen McGlinchey (2017, p.1), pode ser definida “como um processo entre atores (diplomatas, normalmente representando um estado) que existem dentro de um sistema (relações internacionais) e envolvem-se em diálogo privado e público (diplomacia) para a perseguição dos seus objetivos de uma forma pacífica.”<sup>ii</sup>. A Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas de 1961 regula as relações diplomáticas e consulares (Nações Unidas, 2005). A utilização deste conceito será enquadrada na discussão das diversas ações públicas e privadas, tomadas pelos decisores políticos australianos e das instituições europeias, no âmbito do diálogo existente nas relações bilaterais Austrália-UE e na consequente tentativa de obtenção dos seus próprios objetivos, em temáticas relacionadas com as políticas de segurança e defesa. O conceito detém uma grande relevância, no contexto da elaboração da dissertação, porque permite perceber que ações são realizadas, no âmbito das relações bilaterais Austrália-UE, para a dinamização da discussão das temáticas relacionadas com a segurança e defesa. Igualmente, será enquadrada na análise de como as intervenções políticas dos decisores políticos australianos e das instituições europeias podem impactar, positivamente ou negativamente, nas relações diplomáticas Austrália-UE.

Um conceito particularmente importante que foi utilizado no enquadramento da dissertação foi o conceito da região do Indo-Pacífico. A localização espacial desta região é maioritariamente aceite como a região situada entre os oceanos Índico e Pacífico, sendo ainda

debatida a sua extensão entre a costa oriental do continente africano e a costa ocidental dos EUA (Das, 2019). O termo começou a ser cada vez mais utilizado no início do século XXI, tendo a literatura abordado os aspetos económicos e securitários no âmbito geopolítico, nas regiões localizadas no oceano Índico e na região ocidental do oceano Pacífico, bem como o futuro papel e relevância que a China e a Índia teriam na região do Indo-Pacífico (Kuo, 2018). O fator que acelerou a aplicação do termo, no início do século XXI, foi a posição mais assertiva da China no âmbito político-militar na região (Kuo, 2018). Para além disso, o crescimento da influência chinesa na região tem sido discutido como uma consequência da diminuição da presença e atuação dos EUA (Das, 2019). O uso do termo ganhou uma maior relevância aquando do discurso do ex-primeiro ministro do Japão, Shinzo Abe, perante o Parlamento da Índia em agosto de 2007. O conceito tem sido utilizado oficialmente:

- i. pelos EUA desde 2017;
- ii. pela Índia desde 2018;
- iii. pela ASEAN (Associação das Nações do Sudoeste Asiático) desde 2019;
- iv. pela França e Alemanha, no contexto da apresentação de estratégias de cooperação específicas para a região;
- v. pela UE, desde setembro de 2021 (Pulipaka & Musaddi, 2021).

A utilização deste termo é fundamental para a discussão do espaço geoestratégico em que a dissertação se focou.

Note-se que, no contexto desta dissertação, o emprego dos termos ‘cooperação securitária,’ ‘interesses securitários,’ ‘políticas securitárias,’ ou desafios securitários não deve ser entendido por relação com o conceito e práticas de securitização (McDonald, 2008; Buzan & Waeber, 2003), mas sim e apenas por relação com questões de segurança e defesa (Henriques, 2003). A discussão da cooperação Austrália-União Europeia no campo da segurança e defesa será enquadrada nas medidas e investimentos em políticas securitárias, desenvolvidas pelos principais atores no Indo-Pacífico, no âmbito da garantia do respeito pelo direito internacional regional e gestão da assertividade crescente da China no âmbito económico, político e militar.

### 1.3. *Enquadramento teórico*

A dissertação baseia-se, fundamentalmente, na perspetiva teórica das relações internacionais que, em minha perspetiva, permite uma melhor compreensão da temática a ser apresentada, designadamente, a teoria do construtivismo social. Para os teóricos do construtivismo social, o mundo é construído a partir de uma visão social, com a inclusão dos efeitos provocados pelas ideias e pelas crenças pessoais na política internacional (Theys, 2017). É argumentado pelos teóricos do construtivismo social que os elementos materiais e ideacionais do sistema internacional influenciam as capacidades dos estados na sua atuação, e que os estados podem ter várias identidades próprias na sua interação com outros estados (Theys, 2017). Finalmente, o construtivismo social é baseado nas normas sociais dos estados, sendo que a conformidade de um estado a uma determinada identidade poderá resultar no cumprimento das normas associadas à identidade nacional do estado e com diferentes níveis de aceitação de comportamentos e de ações (Theys, 2017).

Para Alexander Wendt, existem três aspetos relevantes na teoria construtivista (Wendt, 1995). O primeiro aspeto é que a definição das estruturas sociais é feita, de forma parcial, através da “(...) partilha de compreensões, expectativas ou de conhecimento”<sup>iii</sup> (Wendt, 1995, p.73), sendo que essas estruturas são constituídas pelos atores envolvidos e pela natureza do seu relacionamento (Wendt, 1995). O segundo aspeto, elencado por Wendt, é que as estruturas sociais incluem os recursos materiais, sendo que apenas existe uma intervenção social através da estrutura de conhecimento comum à qual pertencem (Wendt, 1995). O terceiro aspeto é a objetividade e a realidade das estruturas sociais, sendo que para alcançar a objetividade é necessário verificar o nível de partilha dos conhecimentos (Wendt, 1995).

Esta teoria enquadra-se no estudo da temática em análise, por várias razões. O próprio conceito de Indo-Pacífico é uma forma recente de construção social regional, sendo que a utilização mais frequente do conceito apenas surgiu no fim da segunda década do século XXI (Pulipaka & Musaddi, 2021). A metodologia da análise de discurso político pode ser percecionada como uma forma de construção social, devido à utilização da comunicação verbal,

por parte dos principais responsáveis políticos australianos e das instituições europeias, com o objetivo de poderem exprimir e partilhar as suas visões e convicções. É a socialização internacional, através dos diversos instrumentos de política externa e do diálogo diplomático, que permite o desenvolvimento das relações bilaterais Austrália-UE. Finalmente, apesar de a interação bilateral Austrália-UE ser entre dois atores das relações internacionais, que partilham valores e ideais semelhantes em temáticas como a democracia, o estado de direito, os direitos humanos, a abertura das economias mundiais e uma perceção comum do aumento da assertividade político-militar chinesa, verifica-se que aqueles dois sujeitos internacionais possuem objetivos diferentes para o Indo-Pacífico. A Austrália tem o seu foco na manutenção, nas regiões do Índico oriental e Pacífico sul, do seu estatuto enquanto potência regional e como garante securitário regional a par dos EUA (*Australian Department of Defence*, 2020). A UE não tem a capacidade militar para se estabelecer regionalmente, pretendendo um fortalecimento da sua capacidade enquanto potência económica e normativa global para a obtenção de um maior papel regional no Indo-Pacífico (Serviço Europeu de Ação Externa, 2021-a).

A não escolha de outras teorias das relações internacionais, designadamente o realismo ou o institucionalismo liberal, deve-se à convicção de que tais teorias não assistem à compreensão cabal da temática que se pretende analisar. Para os teóricos do realismo, o papel das organizações internacionais nas relações internacionais é menosprezado face aos estados (Antunes & Camisão, 2017). Neste contexto, estudar a UE a partir da teoria realista torna-se complexo. A teoria realista considera que os estados vivem em circunstância de anarquia permanente (Antunes & Camisão, 2017). No entanto, o que tem permitido a contínua monitorização, fiscalização e aplicação das normas e leis internacionais são os acordos bilaterais e multilaterais no âmbito da segurança e defesa, bem como o envolvimento permanente de organizações internacionais como a UE, a ASEAN e a ONU. Isto apesar da existência de interesses individuais e coletivos dos estados bem como a existência de tensões regionais no Indo-Pacífico.

Robert Keohane caracteriza o institucionalismo liberal, referindo que “a cooperação na política mundial pode ser reforçada através da construção e suporte das organizações multilaterais baseadas nos princípios liberais”<sup>iv</sup> e que promovem a interdependência entre os estados (Keohane, 2012, p. 125). Esta teoria refere que os estados estabelecem organizações internacionais por diversas razões, nomeadamente, a troca de dados relevantes, a redução dos

custos de transação, a credibilização dos compromissos internacionais e a facilitação da cooperação internacional (Keohane, 2012). Esta teoria não se enquadra no estudo da temática, nomeadamente, devido à incompatibilidade com o processo metodológico na elaboração da dissertação.

#### *1.4. Metodologia*

Podemos considerar a investigação científica no âmbito das relações internacionais como uma atividade hermenêutica de interpretação e análise do mundo social global. De acordo com Christopher Lamont e Mieczyslaw Boduszycki (2020, p.2), a metodologia refere-se “às tarefas, estratégias e critérios que regulam o inquérito científico, incluindo todas as facetas do empreendimento da pesquisa”<sup>v</sup>. A metodologia a ser adotada na elaboração da dissertação de mestrado proposta, será, parcialmente, baseada na análise do discurso dos líderes políticos europeus e australianos. A análise do discurso político é definida como sendo “a análise da escrita, do discurso, do audiovisual ou de outras formas de comunicação que explicitamente ou implicitamente transportam as ideias políticas (...)” (ECPR, 2015, para.1)<sup>vi</sup>.

Para concretizar a análise do discurso político dos líderes políticos australianos e das instituições europeias, foi utilizada a abordagem pragma-dialética à argumentação, desenvolvida por Frans van Eemeren e por Rob Grootendorst (Van Eemeren & Grootendorst, 2004). A escolha desta abordagem teve como razão o facto de aquela perspetivar a argumentação como “uma resposta a, ou em antecipação a uma diferença de opinião, e tem um propósito na função de regulação do desacordo”<sup>vii</sup> (Van Eemeren, Houtlosser & Henkemans, 2007, p.4). A abordagem pragma-dialética utiliza quatro princípios basilares, nomeadamente, a funcionalização, a externalização, a socialização e a dialectificação (Van Eemeren & Grootendorst, 2004).

A funcionalização consiste no tratamento de toda a atividade linguística como um ato que detém um propósito (Van Eemeren & Grootendorst, 2004). Também consiste na análise das expressões utilizadas no discurso argumentativo, referindo-se a estas como “atos

discursivos”, tendo como princípios a facilitação da análise de expressões, cujo propósito não é claro, bem como determinar as intenções comunicativas por detrás do ato discursivo (Van Eemeren, Houtlosser & Henkemans, 2007). A externalização tem como alvo “os compromissos públicos associados à realização de determinadas atividades linguísticas”<sup>viii</sup> (Van Eemeren & Grootendorst, 2004, p.53). Para ocorrer a externalização do discurso, deve-se focar “a atenção nas obrigações específicas que um orador ou escritor cria num determinado contexto, através da realização de atos discursivos em discussões argumentativas ou textuais”<sup>ix</sup> (Van Eemeren, Houtlosser & Henkemans, 2007, p.3). O processo de socialização assume que o discurso argumentativo é feito “(...) entre duas ou mais partes que estão a ter um desentendimento e que interagem uma com a outra numa tentativa de resolver esse desacordo”<sup>x</sup> (Van Eemeren & Houtlosser, 2003, p.388). Será alcançada a socialização “(..) ao retirar as expressões que são feitas numa discussão argumentativa ou textual, para serem partes integrantes de um diálogo, com o objetivo de resolver uma diferença de opinião através de uma troca argumentativa crítica”<sup>xi</sup> (Van Eemeren, Houtlosser & Henkemans, 2007, p.3). Finalmente, a dialectificação consiste em “(..) tratar as atividades linguísticas como parte de uma tentativa de resolver uma diferença de opinião, de acordo com as normas críticas de razoabilidade”<sup>xii</sup> (Van Eemeren & Grootendorst, 2004, p.53). O propósito da dialectificação é analisar, através da testagem da aceitabilidade dos pontos de vista, as possibilidades de resolução das diferenças de opinião (Van Eemeren, Houtlosser & Henkemans, 2007).

A implementação da abordagem pragma-dialética de van Eemeren e de Grootendorst, nomeadamente através dos seus quatro princípios basilares (Van Eemeren & Grootendorst, 2004), será feita através de uma análise qualitativa de conteúdo (Mayring, 2014). Esta análise consiste em realizar uma abordagem metodológica mista, do qual a vertente qualitativa consiste na criação de categorias específicas, nas quais a análise dos discursos e das intervenções públicas são associadas a cada um dos princípios basilares (Mayring, 2014). Para o princípio da funcionalização, serão considerados os objetivos e as intenções do discurso. Para o princípio da externalização, serão considerados os compromissos que o discurso implica para o orador. Para o princípio da socialização, serão considerados os contextos socio-temporais dos discursos, bem como será verificada a existência de alguma expressão demonstrativa de uma aproximação ou divergência. Finalmente, no princípio da dialectificação serão consideradas as estratégias utilizadas pelos oradores no seu discurso.

Os discursos, intervenções e tomadas de posição públicas dos líderes políticos das instituições europeias e do governo australiano, que foram selecionados para interpretação, no âmbito da análise de discurso político (corpus da análise discursiva), foram os seguintes:

- i. a declaração do ex-primeiro-ministro australiano Kevin Rudd, durante a sua visita a Bruxelas, em abril de 2008 (Rudd, 2008);
- ii. a declaração conjunta, de novembro de 2015, do ex-primeiro-ministro australiano Malcolm Trunbull, do ex-presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e do ex-presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, durante a realização da Cimeira do G20 na Turquia (Conselho da União Europeia, 2015);
- iii. a declaração da ex-Ministra australiana dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, durante a assinatura do acordo-quadro Austrália-UE nas Filipinas, em agosto de 2017 (Bishop, 2017);
- iv. as declarações públicas, proferidas em setembro de 2021, da atual Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (von der Leyen, 2021)
- v. as declarações, de setembro de 2021, do atual Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Josep Borrell (Borrell, 2021-c);
- vi. as declarações, em setembro de 2021, do atual Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, após o anúncio da criação da parceria de segurança trilateral AUKUS (Michel, 2021).

A recolha dos discursos, intervenções e tomadas de posição públicas dos decisores políticos tiveram a sua origem em diversas fontes, nomeadamente:

- i. em publicações disponibilizadas nas plataformas digitais oficiais das instituições europeias e do governo australiano;
- ii. em artigos jornalísticos e de opinião dos diversos órgãos de comunicação social.

Para além dos discursos e intervenções dos líderes políticos sobre as relações Austrália-UE, foram ainda analisados, de uma forma interpretativa, dados qualitativos e quantitativos, dos quais se destacam:

- i. dados quantitativos relacionados com a importância económica do Indo-Pacífico para a UE e no contexto do comércio internacional;

- ii. dados quantitativos relacionados com o investimento em políticas de segurança e defesa realizados pela Austrália, pela UE e por outros estados mencionados ao longo do documento;
- iii. dados quantitativos relacionados com a descrição da quantidade de equipamentos e de soldados possuídos pelas forças armadas da China e dos EUA;
- iv. dados quantitativos relacionados com o número de operacionais existentes em vários exercícios militares mencionados ao longo da dissertação;
- v. dados qualitativos relacionados com toda a informação factual relacionada com a temática, retirada da bibliografia.

A informação que foi utilizada para a elaboração da dissertação privilegiou uma considerável diversidade de fontes primárias e secundárias, designadamente:

- i. literatura científica sobre a temática do objeto de estudo;
- ii. discursos de decisores políticos europeus e australianos;
- iii. documentos institucionais oficiais públicos sobre as relações UE-Austrália;
- iv. dados estatísticos de organizações não-governamentais e de outras entidades relevantes para a análise;
- v. artigos jornalísticos e de opinião sobre temas relacionados com o objeto de estudo, oriundos de diversos meios de comunicação social.

A forma como será analisada a relevância das relações bilaterais Austrália-UE, no âmbito da segurança e defesa, terá por base uma série de fatores, nomeadamente:

- i. a importância dos acordos assinados, no âmbito da segurança e defesa, entre a Austrália e a União Europeia;
- ii. no número de exercícios militares conjuntos realizados entre a UE e a Austrália;
- iii. o nível da participação australiana em missões, no âmbito da PESC, da União Europeia;
- iv. a quantidade de menções, a partir da documentação oficial pública do governo australiano e da UE, sobre a relação militar Austrália-UE.

A dissertação de mestrado abrange, de forma cronológica, os 60 anos das relações bilaterais Austrália-UE. Todavia, o período temporal entre o ano de 1962 – o ano do início das

relações bilaterais – até ao ano de 2002 será abordado de uma forma mais superficial, sendo analisados, numa perspetiva histórica, somente os principais acontecimentos que marcaram, no período temporal referido, as relações bilaterais entre a Austrália e a UE. Consequentemente, o período temporal analisado de uma forma mais profunda será o período entre o ano de 2003 – marcado pela assinatura da *Agenda Para a Cooperação (Department of Foreign Affairs and Trade, 2003)* entre a UE e a Austrália – e o ano de 2021, ano de formação da parceria geoestratégica AUKUS.

## **2. Aspetos políticos das relações bilaterais entre a Austrália e a União Europeia**

### *2.1. A perspetiva Australiana*

A memória ainda influencia a perspetiva australiana para com a Europa (Murray, 2005). Tal ficou demonstrado durante a visita, aos antigos campos de batalha da I Guerra Mundial no norte de França, do ex-primeiro-ministro australiano John Howard em 2002 (Murray, 2005). Na mente dos australianos ainda estão os sacrifícios que a Austrália realizou pelo continente europeu em duas guerras mundiais (Murray, 2005).

Nos finais da década de 1950 e no início da década de 1960 do século XX, a perspetiva sobre as relações com a CEE era sobretudo distante e centrada nos potenciais efeitos que a criação de uma nova organização europeia e uma futura adesão do Reino Unido poderiam causar, quer nos interesses económicos e defensivos australianos, quer ao nível da potencial fragilização da unidade da Commonwealth (Murray & Benvenuti, 2014). Para além disso, a Austrália demonstrou preocupação sobre as políticas agrícolas e os potenciais efeitos no setor agrícola australiano, à época muito dependente do Reino Unido, sendo que a primeira candidatura do Reino Unido à CEE em 1961 foi encarada com preocupação pelos australianos (Murray & Benvenuti, 2014). Em março de 1962, Sir Edwin McCarthy foi destacado como o primeiro embaixador australiano para a CEE (Murray, Elijah & O'Brien, 2002).

Na década de 1970 do século XX verifica-se uma mudança da perspetiva australiana, com a adesão do Reino Unido à CEE em 1973 (Murray & Benvenuti, 2014). No entanto com o aumento de produtividade agrícola europeia, originada pela Política Agrícola Comum (PAC) e consequente desvalorização dos produtos agrícolas nos mercados internacionais, surgiram tensões nas relações bilaterais no final da década de 70 do século XX, tendo o governo de Malcolm Fraser apelado a uma reforma da PAC e à melhoria do acesso dos produtos agrícolas australianos aos mercados europeus (Murray & Benvenuti, 2014). Para além disso, a relação

Austrália-EUA, a estratégia para a Ásia-Pacífico, a relação próxima com o Reino Unido e uma comunicação nacional eurocética influenciaram a opinião pública australiana, de modo que a CEE não despertasse um grande interesse nacional para o diálogo multilateral e comercial (Murray, 2018).

A década de 1990 do século XX foi marcada por uma maior aproximação bilateral no governo de John Howard, quando este começou a reconhecer o papel e o impacto internacional da UE, expandindo as temáticas discutidas e assumindo um reconhecimento crescente das vantagens políticas que a Austrália poderia obter na relação com a UE (Murray & Benvenuti, 2014). A partir de 1990, intensifica-se o diálogo bilateral com a UE no âmbito da segurança e defesa, abordando temas como a cooperação contra o terrorismo e as perspectivas securitárias na Ásia-Pacífico (Murray & Benvenuti, 2014). Em abril de 1996, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Alexander Downer, anunciou que a Austrália e a UE iriam negociar um acordo-quadro de cooperação e de comércio, com uma declaração política conjunta (Murray, Elijah & O'Brien, 2002). No entanto, em janeiro de 1997, devido à imposição comunitária de uma cláusula de direitos humanos, na formulação de tratados com países terceiros, o acordo foi rejeitado pela Austrália e substituído pela assinatura de uma declaração conjunta não vinculativa, em junho de 1997 (Murray, Elijah & O'Brien, 2002).

A partir de 2000 as relações bilaterais focaram-se no apoio da UE à reconstrução de Timor-Leste e na aplicação de sanções às Fiji, tendo sido cada vez mais reconhecida – nos governos de Kevin Rudd e Julia Gillard – a notoriedade da UE enquanto potência económica e de regulação de normas (Murray & Benvenuti, 2014). Em abril de 2003, a Austrália e a UE apresentaram a *Agenda para a Cooperação*, contendo medidas a implementar durante cinco anos para o avanço das prioridades essenciais da cooperação, em temáticas como a segurança e os assuntos estratégicos, o comércio, a cooperação para o desenvolvimento as migrações e asilo, entre outras temáticas (*Department of Foreign Affairs and Trade*, 2003). Durante a visita do ex-primeiro-ministro australiano, Kevin Rudd, a Bruxelas em abril de 2008, Rudd definiu como principal objetivo o estabelecimento de uma relação nova e abrangente com a UE (Rudd, 2008). Em outubro de 2008 a Austrália e a UE assinaram um acordo de parceria estrutural, substituindo e atualizando o acordo-quadro de cooperação e a *Agenda Para a Cooperação* (Murray & Matera, 2019-a). Pretendia-se a aproximação da parceria nas áreas da política

externa e de segurança, no comércio e investimento, na região da Ásia-Pacífico, entre outras temáticas (Murray & Matera, 2019-a).

Aquando da visita da ex-primeira-ministra australiana Julia Gillard a Bruxelas, em outubro de 2010, Gillard realçou a importância da elaboração de um tratado que pudesse ir de encontro ao fortalecimento do relacionamento bilateral, acrescentando que devia incluir “os elementos muito importantes do que é um relacionamento muito forte e abrangente” (Gillard, 2010, para. 5)<sup>xiii</sup>. No decurso da visita a Camberra da ex-Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança (ARUNESPS), Catherine Ashton, em outubro de 2011, no âmbito das reuniões ministeriais Austrália-UE, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros australiano Kevin Rudd anunciou o início das negociações para a elevação do acordo-quadro ao nível de um tratado, tendo Rudd afirmado que este passo “irá abrir uma nova fase de uma cooperação próxima entre a Austrália e a UE que acomoda melhor os nossos interesses e prioridades abrangentes” (Rudd, 2011, para.3)<sup>xiv</sup>.

No lançamento do fórum de liderança UE-Austrália em Bruxelas, em setembro de 2016, foi realizada uma conferência de imprensa conjunta, com a presença da ex-ARUNESPS, Frederica Mogherini e da ex-Ministra australiana dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, sendo que Bishop esperava que o fórum pudesse sensibilizar as indústrias australianas e europeias a dialogarem em conjunto, de modo a que pudessem sair “ideias para fortalecer mais o relacionamento Austrália-União Europeia e promover uma colaboração próxima na abordagem aos desafios globais” (Bishop, 2016, para.4)<sup>xv</sup>.

Em agosto de 2017, foi assinado o acordo-quadro Austrália-UE nas Filipinas (Ministério dos Negócios Estrangeiros da Austrália, 2018). Tal acordo previa um maior compromisso em temáticas como o combate às ameaças terroristas e cibernéticas, a cooperação securitária e a promoção dos princípios da não proliferação de armas nucleares (Ministério dos Negócios Estrangeiros da Austrália, 2018). O acordo entrou em vigor em outubro de 2022 (Conselho da União Europeia, 2022). Durante a assinatura do acordo-quadro Austrália-UE, Julie Bishop afirmou que o acordo seria o reflexo da uma naturalidade existente na parceria Austrália-UE, realçando a importância do acordo num contexto sem precedentes de desenvolvimento e volatilidade mundial, referindo que o acordo foi construído “(..) sobre os alicerces existentes de ligações próximas e de aspirações para uma cooperação mais profunda e irá fortalecer a relação bilateral da Austrália com a UE (..)” (Bishop, 2017, para.5)<sup>xvi</sup>. A Austrália passou a considerar

a UE como um parceiro importante nas temáticas da segurança, da política externa e do desenvolvimento devido à sua dependência económica face à China e à necessidade imediata de diversificar os seus parceiros económicos (Jennings, 2017). Assim se explica, a escolha dos submarinos franceses como pretexto na melhoria das relações bilaterais com a França e a colaboração das forças armadas australianas com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a UE (Jennings, 2017). Em novembro de 2017, o governo australiano publicou o *2017 Foreign Policy White Paper*, um documento que continha as linhas gerais da política externa australiana (Governo da Austrália, 2017). No entanto, a leitura do documento demonstra que a UE ainda não detinha uma grande relevância na política externa australiana, sendo referida em apenas alguns momentos, sendo que o governo australiano refere a vontade de negociar um acordo de livre-comércio ambicioso com a UE (Governo da Austrália, 2017). As maiores referências à UE localizam-se no segmento das parcerias internacionais, considerando-a um parceiro vital na proteção e promoção de uma ordem internacional baseada no direito internacional, um parceiro em diversas temáticas – direitos humanos, terrorismo, proliferação de armas de destruição massiva e desenvolvimento sustentável – e um parceiro global de governação económica (Governo da Austrália, 2017).

## 2.2. *A perspetiva da União Europeia*

Em junho de 1978, o ex-vice-presidente da Comissão Europeia, Wilhelm Haferkamp, referiu que para a CEE, as relações bilaterais com a Austrália não se deveriam focar apenas na vertente agrícola, podendo ser mais abrangentes (Haferkamp, 1978). Em abril de 1981, foi estabelecida a Delegação da Comissão das Comunidades Europeias em Camberra e em 1981 também foram realizadas as primeiras consultas ministeriais (Murray, Elijah & O'Brien, 2002).

Somente em setembro de 2001, a Austrália passou a constar nos documentos oficiais da UE, referentes à região da Ásia-Pacífico, devido às ligações económicas e à sua posição geográfica regional (Serviço das Publicações da União Europeia, 2001). Em maio de 2006, a Comissão Europeia apresentou a estratégia de parceria para as ilhas do Pacífico, considerando

a Austrália como um dos parceiros chave na região e com o qual possuía uma relação sólida e alargada, valorizando a cooperação para o desenvolvimento (Comissão Europeia, 2006).

Aquando da visita do ex-primeiro-ministro australiano Kevin Rudd a Bruxelas, em abril de 2008, o ex-presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, afirmou que a Austrália e a UE partilham “(..) os mesmos valores no que toca às economias abertas, sociedades abertas, o estado de direito, os direitos humanos” (Barroso, 2008, p.3)<sup>xvii</sup>. Barroso também realçou o bom estado das relações bilaterais, apesar de considerar que poderiam ser melhores (Barroso, 2008). Aquando da visita da ex-primeira-ministra australiana, Julia Gillard, a Bruxelas, em outubro de 2010, Barroso demonstrou contentamento pela adesão da Austrália ao diálogo Ásia-Europa, tendo demonstrado apoio às propostas apresentadas por Gillard no aprofundamento das relações bilaterais, afirmando que a Comissão Europeia apoiaria a ideia de “dar uma expressão mais importante para o relacionamento entre a Austrália e a União Europeia” (Barroso, 2010, para.5)<sup>xviii</sup>. Durante a visita a Camberra da ex-ARUNESPS, Catherine Ashton, em outubro de 2011, no âmbito das reuniões ministeriais Austrália-UE e perante o anúncio do início das negociações para a elevação do acordo-quadro para um tratado, Ashton afirmou que o acordo iria “(..) dar uma expressão política ao nosso compromisso de construir uma parceria mais forte e progressista” (Ashton, 2011, para. 5)<sup>xix</sup>.

Em novembro de 2015, foi realizada em Antália, na Turquia, a Cimeira do G20, sendo que esta Cimeira consiste num fórum, ao qual se pretende moldar e fortalecer a estrutura e o modelo de governação económica internacional, reunindo anualmente os chefes de estado e de governo das vinte maiores economias do mundo, sendo a União Europeia um dos estados-membros (G20, 2023). À margem da Cimeira de novembro de 2015 foi realizada uma reunião, com a presença do ex-primeiro-ministro australiano Malcolm Turnbull, do ex-presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e do ex-presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, no seio da qual foi apresentada uma declaração conjunta (Conselho da União Europeia, 2015). A primeira temática abordada foi o apoio à França no rescaldo dos atentados em Paris - ocorridos dois dias antes - e o compromisso conjunto de “conduzir a agenda contra o terrorismo, incluindo no G20” (Conselho da União Europeia, 2015, para.1)<sup>xx</sup>. No entanto, o primeiro grande destaque na declaração dos três líderes foi o anúncio do início das negociações para um acordo de livre-comércio Austrália-UE, tendo sido enaltecidas as vantagens que o acordo iria trazer e definindo como principal objetivo “alcançar um desfecho equilibrado e compreensivo que

liberaliza o comércio, promove os fluxos de investimento produtivos e aumente o ambiente regulatório para as empresas” (Conselho da União Europeia, 2015, para.4)<sup>xxi</sup>. Foram também destacados os pontos em comum nos desafios regionais e globais à época, tais como o conflito na Síria e o combate ao terrorismo, a instabilidade política na Líbia e no Afeganistão, bem como a demonstração de apoio à Ucrânia, com a condenação conjunta e o não reconhecimento da anexação da Crimeia pela Rússia (Conselho da União Europeia, 2015).

No lançamento do fórum de liderança Austrália-UE em Bruxelas, em setembro de 2016, a ex-ARUNESPS, Frederica Mogherini, realçou a relação próxima de cooperação que já existia entre a UE e a Austrália, referindo que “A nossa relação com a Austrália já beneficia de altos níveis de cooperação, tal como sendo expectável de parceiros próximos” (Mogherini, 2016, para. 3)<sup>xxii</sup>. Em agosto de 2017, durante a assinatura do acordo-quadro UE-Austrália nas Filipinas, Mogherini afirmou que apesar da distância geográfica entre a Europa e a Austrália, considerava a Austrália e a UE “como parceiros e amigos com as mesmas ideias”, realçando a necessidade da realização do acordo para o bem das populações australianas, europeias e do mundo porque, “O acordo que assinamos hoje reflete o quão fortes já são os nossos laços e como serão mais fortes através do aumento das trocas e da cooperação (..)” (Mogherini, 2017, para. 4)<sup>xxiii</sup>.

Aquando do anúncio, em Camberra, da oficialização do início das negociações para a formulação de um acordo de livre-comércio Austrália-UE em junho de 2018, a ex-Comissária Europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, acrescentou que o resultado final das negociações “(..) será um acordo que oferece benefícios claros para a UE e para a Austrália. Irá acelerar a oportunidade económica para as empresas, grandes e pequenas e vai criar empregos” (Malmström, 2018, para.4)<sup>xxiv</sup>.

### 2.3. *Cooperação Ásia-Pacífico e Indo-Pacífico*

Como parte da sua estratégia asiática, a UE participa no fórum regional da ASEAN, tentando obter o estatuto de estado-membro da Cimeira da Ásia Oriental, no sentido de fortalecer as suas credenciais de segurança (Matera & Murray, 2018). Sendo a Austrália membro desta cimeira, as relações Austrália-UE poderão ser fundamentais para a adesão da União. No entanto, a Austrália ainda não demonstrou uma posição a favor ou que promovesse os interesses da UE, sendo esta uma fonte de novas oportunidades para o diálogo bilateral securitário regional (Matera & Murray, 2018).

A Ásia é fundamental para os interesses económicos da UE, representando, em 2019, 28% das suas exportações e 40% das suas importações, como também tem importância nas cadeias de fornecimento da UE (D'Ambrogio, 2021). A UE reconhece a importância de uma cooperação regional mais estreita na abordagem a diversos temas como as alterações climáticas, o terrorismo, as migrações, o Indo-Pacífico e a segurança das rotas marítimas (D'Ambrogio, 2021). Para além da promoção do encontro Ásia-Europa para o diálogo e cooperação – englobando 53 países europeus e asiáticos, – a UE tem diversas parcerias estratégicas estabelecidas, designadamente, com a China, Índia, Japão e Coreia do Sul (D'Ambrogio, 2021). A UE tem também acordos de livre-comércio com a Coreia do Sul, Singapura, Vietname e Japão, estando em negociações com diversos países, nomeadamente a Austrália, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia e Tailândia (D'Ambrogio, 2021).

Em 2008, o Conselho da União Europeia estabeleceu a *Operação ATALANTA*, uma operação militar marítima, que abrange áreas geográficas como o Golfo de Áden, o Mar Vermelho, o Golfo do Suez e o Corno de África (EUNAVFOR, 2023). Os principais objetivos da operação são a monitorização dos diversos tipos de tráfico e de atividades ilícitas, uma maior integração da UE no combate, prevenção e repressão às redes de pirataria, o suporte de outras missões da UE na região da Somália bem como a promoção da melhoria da arquitetura securitária marítima regional (EUNAVFOR, 2023). As operações são geralmente compostas por cerca de 600 pessoas, entre um a três navios de combate e entre um a dois aviões de patrulha e de reconhecimento aéreo, prevendo a existência de rotatividade de meios entre os estados-membros (EUNAVFOR, 2023). Em dezembro de 2022, foi aprovada a extensão da *Operação*

*ATALANTA* até dezembro de 2024, estando alocado para 2023 um orçamento de cerca de 5,1 milhões de euros, sendo que a disponibilização e financiamento dos meios disponibilizados estão a cargo dos estados-membros (EUNAVFOR, 2023).

Em junho de 2013, durante o diálogo de Shangri-La em Singapura, a ex-Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Catherine Ashton, afirmou que a UE estava comprometida com o continente asiático em matérias securitárias, podendo contribuir com uma parceria de longo prazo e a aplicação de uma abordagem adequada ao contexto asiático, demonstrando expectativa sobre a possibilidade da UE poder ser um membro da Cimeira da Ásia Oriental (União Europeia, 2013).

Entre 2015 e 2019 a UE realizou um programa de capacitação marítima denominada *CRIMARIO I*, que tinha como objetivo o aumento da capacidade marítima na região ocidental do oceano Índico, através da partilha de informações, construção de capacidades e da formação profissional (EU *CRIMARIO*, 2022). O programa, devido ao seu sucesso, foi estendido até 2024 e foi renomeado *CRIMARIO II*, sendo financiado comunitariamente em 7,5 milhões de euros e executado pela França. O programa abrange, como área geográfica, a região oriental do Índico e o sudoeste asiático (EU *CRIMARIO*, 2022).

Em junho de 2016, a UE apresentou o *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe*, um documento que definia os princípios fundamentais da estratégia global da UE para a sua política externa e de segurança (Serviço Europeu de Ação Externa, 2016). Para a UE, a sua ação externa é conduzida por cinco princípios fundamentais:

- i. a segurança da própria União;
- ii. a resiliência social e estatal nas regiões localizadas a oriente e a sul da UE;
- iii. uma abordagem integrada aos conflitos;
- iv. uma ordem cooperativa regional;
- v. uma governação global, adequada ao século XXI (Serviço Europeu de Ação Externa, 2016).

Para o continente asiático, a UE estabelece uma correlação entre a prosperidade europeia e a segurança asiática, com a intenção de intensificar a sua diplomacia económica e o seu papel no campo da segurança global (Serviço Europeu de Ação Externa, 2016). Segundo o

documento, a UE deseja uma interação com a China baseada nos princípios do estado de direito e no aprofundamento das relações comerciais (Serviço Europeu de Ação Externa, 2016). A UE tem como objetivo o aprofundamento da sua diplomacia económica, através da formulação de acordos comerciais bilaterais bem como no âmbito multilateral, com a ASEAN (Serviço Europeu de Ação Externa, 2016). Do ponto de vista securitário, a UE pretende a expansão das suas parcerias, nomeadamente com a Coreia do Sul, o Japão e a Indonésia, a não proliferação nuclear na península coreana, a promoção da defesa e da execução das leis marítimas internacionais no leste e sudoeste asiático, bem como a colaboração na arquitetura securitária regional com liderança da ASEAN (Serviço Europeu de Ação Externa, 2016).

Em maio de 2018, o Conselho Europeu apresentou as suas conclusões para o aumento da cooperação securitária da UE com a Ásia, referindo que a UE deveria aprofundar as suas relações, no campo da segurança, com os países com os quais possui parcerias estratégicas - China, Coreia do Sul, Índia, Japão e ASEAN -, em temáticas como a segurança marítima, a cibersegurança, o contra-terrorismo, as ameaças híbridas, a prevenção de conflitos ou a proliferação de armas químicas biológicas, radiológicas e nucleares (Conselho da União Europeia, 2018).

Em fevereiro de 2021, o atual Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Josep Borrell, referiu que a estratégia asiática da UE deveria ter duas vertentes, a saber, o equilíbrio das suas relações com a China e o aprofundamento das suas relações com outros estados asiáticos, afirmando que a UE já deveria ter apresentado uma estratégia para o Indo-Pacífico (Borrell, 2021-a). Em abril de 2021, o Conselho Europeu apresentou as suas conclusões para a estratégia a adotar pela UE no Indo-Pacífico, delimitando geograficamente a região entre a costa leste de África e as ilhas do Pacífico, e focando as prioridades da União Europeia em seis pontos essenciais:

- i. uma maior cooperação com os seus parceiros na região;
- ii. o apoio às agendas globais;
- iii. o aprofundamento das relações económicas e a proteção das cadeias de distribuição europeias;
- iv. uma maior presença nas temáticas da segurança e defesa;
- v. a possibilidade de estabelecimento de áreas marítimas de interesse;

- vi. o aumento da conectividade e a colaboração no âmbito da investigação e desenvolvimento (Conselho da União Europeia, 2021).

Em setembro de 2021, o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu apresentaram, conjuntamente, a estratégia da UE para o Indo-Pacífico (ver quadro 1), definindo quatro bases estratégicas:

- i. Uma base forte para um relacionamento com benefícios mútuos como base lógica;
- ii. A interação com os parceiros do Indo-Pacífico como uma visão da UE para a região;
- iii. A parceria e a cooperação;
- iv. As sete áreas prioritárias para a visão da UE no Indo-Pacífico (Serviço Europeu de Ação Externa, 2021-a).

Alguns estados-membros da UE já apresentaram as suas estratégias individuais para o Indo-Pacífico. O presidente francês Emmanuel Macron, ao discursar na base naval australiana de Garden Island em maio de 2018, apresentou a estratégia francesa para o Indo-Pacífico baseada em quatro pilares, nomeadamente:

- i. o envolvimento no apaziguamento de crises regionais;
- ii. o combate ao terrorismo, à radicalização e ao crime organizado;
- iii. o fortalecimento e a melhoria das suas parcerias regionais;
- iv. a importância da relação multilateral com a ASEAN (*France Diplomacy*, 2021).

Em fevereiro de 2022 foi lançada uma versão atualizada da Estratégia francesa para o Indo-Pacífico (ver quadro 2), focando-se em quatro temáticas:

- i. O Indo-Pacífico como região de tensões polarizadoras e de assuntos globais significativos;
- ii. A sua presença e influência no Indo-Pacífico;
- iii. As suas parcerias no Indo-Pacífico;
- iv. Os objetivos e as ações no Indo-Pacífico (Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, 2022).

A marinha francesa tem patrulhado o Mar do Sul da China desde 2014, sendo que em 2016, a França destacou uma fragata para o Mar do Sul da China e em 2017 realizou uma operação de apoio à liberdade de navegação nos Mares do Sul e Leste da China, envolvendo cinco fragatas francesas (Casarini, 2020). Em 2019, destacou o porta-aviões *Charles de Gaulle* e juntamente com navios de outras marinhas – Austrália, Dinamarca, EUA, Itália, Portugal e Reino Unido – foi realizada uma viagem entre a região leste do Mediterrâneo e Singapura (Casarini, 2020).

A Alemanha apresentou a sua Estratégia para o Indo-Pacífico em agosto de 2020. Tal Estratégia tem duas temáticas principais (*German Federal Foreign Office, 2020*):

- i. o fortalecimento do multilateralismo. É pretendido o aprofundamento da sua cooperação com a ASEAN, elevando a sua parceria de desenvolvimento para uma parceria de diálogo. Pretende-se que a UE tenha uma maior aproximação com a ASEAN, através da elevação das suas relações bilaterais para uma parceria estratégica e uma maior interação nas reuniões de segurança da ASEAN;
- ii. o fortalecimento da paz, segurança e da estabilidade. A Alemanha pretendia o aumento do seu envolvimento securitário no Indo-Pacífico, através da manutenção do direito internacional, com a realização de diversos fóruns, a participação em exercícios conjuntos, o envio de oficiais de ligação, a realização de escalas em portos, a participação em exercícios militares e uma maior presença marítima regional. Pretende-se apoiar o fortalecimento da ASEAN e da UE como atores securitários regionais, desenvolver uma colaboração com a OTAN no aprofundamento das suas parcerias – Austrália, Coreia do Sul, Japão e Nova Zelândia – bem como expandir a cooperação no âmbito da cibersegurança com a Austrália, Coreia do Sul, Japão e Singapura. O objetivo alemão é aumentar o envolvimento nas políticas de controlo e exportação de armas, através do diálogo bilateral com a China e na prestação de auxílio aos países da ASEAN. Os maiores riscos e ameaças securitárias regionais para a Alemanha são o programa nuclear norte-coreano, as disputas territoriais terrestres e marítimas e o aumento do fosso diplomático China-EUA (*German Federal Foreign Office, 2020*).

Os Países Baixos apresentaram a sua estratégia para o Indo-Pacífico em Novembro de 2020 (ver quadro 3), focando-se em duas temáticas:

- i. uma visão europeia para o Indo-Pacífico.
- ii. os Países Baixos e o Indo-Pacífico (Governo dos Países Baixos, 2020).

Apesar da apresentação da estratégia da UE para o Indo-Pacífico, ainda não existe entre os estados-membros um consenso relacionado com a dimensão geográfica do Indo-Pacífico, existindo quatro perspetivas diferentes relativamente a tal dimensão (Grare & Reuter, 2021):

- i. da Índia até à Coreia do Sul e Japão (Hungria);
- ii. do Paquistão até às ilhas do Pacífico (Irlanda, Países Baixos, Letónia e Eslováquia);
- iii. da costa leste de África até à costa oeste do continente americano (Bélgica, França, Espanha, Grécia, Suécia e mais oito países);
- iv. da costa leste de África até às ilhas do Pacífico (Dinamarca, Finlândia, Itália, Luxemburgo e Portugal);

Também não existe entre os estados-membros uma homogeneização referente aos objetivos e interesses a serem procurados no Indo-Pacífico:

- i. A Áustria, a Bélgica e a Lituânia apoiam um maior envolvimento regional da UE, contrabalançando a crescente influência chinesa;
- ii. Para a Dinamarca, o objetivo seria o reforço da aliança transatlântica com os EUA;
- iii. Para a Grécia, uma parceria mais forte no Indo-Pacífico poderia ser uma forma de responsabilizar os EUA, aumentando a autonomia estratégica da UE e melhorando a sua relação bilateral com a China;
- iv. Para a Itália, Portugal, Espanha e Suécia, uma maior presença regional da UE representaria a oportunidade de afirmação de uma autonomia estratégica europeia à escala global (Pacheco Pardo & Leveringhaus, 2021).

Ao longo do capítulo foi observado, a partir das premissas do construtivismo social, que existe uma perspetiva concreta da UE sobre a atual importância do Indo-Pacífico para a

economia e segurança europeia. Para a UE, existem duas perspetivas fundamentais na sua abordagem ao Indo-Pacífico, designadamente, a promoção do desenvolvimento dos estados da região e o empoderamento da influência europeia no desenvolvimento da arquitetura securitária regional. As crescentes pretensões regionais da UE, através de um maior envolvimento na arquitetura securitária regional, contribuíram para a elaboração de diversos planos para o Indo-Pacífico, culminando na apresentação da estratégia da UE para o Indo-Pacífico e na elaboração de estratégias individuais de três dos seus estados-membros.

Na perspetiva australiana, as questões económicas e agrícolas foram as principais premissas históricas na construção da sua interação bilateral com a UE. No entanto, existiu uma mudança da visão australiana para com a UE no virar do milénio. A relação bilateral Austrália-UE é caracterizada pela partilha e concordância de diversos valores e objetivos, evidenciada pela assinatura de acordos bilaterais, nomeadamente, a assinatura do acordo-quadro em 2017 e a negociação de um acordo de livre-comércio desde 2018. As declarações públicas de altos responsáveis políticos australianos e das instituições europeias evidenciam a existência de uma partilha transversal de objetivos, convicções e de valores, no âmbito das relações bilaterais, designadamente, os valores democráticos, a abertura das economias e o respeito pelo direito internacional. Estamos perante uma relação entre dois atores com características diferenciadas. A UE é uma organização multilateral, que defende os interesses de 27 estados-membros, enquanto a Austrália é um estado soberano, sendo que a natureza do seu relacionamento baseia-se no diálogo constante, abordando uma grande diversidade de temáticas e com um grande aprofundamento dos contactos diplomáticos. A Austrália e a UE são dois atores, de cariz ocidental, sendo que já existe uma relação bilateral com alguma dimensão. Todavia, existe espaço para um maior aprofundamento das relações políticas e securitárias.

### **3. A dimensão de segurança e de defesa das relações bilaterais entre a Austrália e a União Europeia**

#### *3.1. O contexto geopolítico na região do Indo-Pacífico*

O continente asiático tem uma grande importância para o comércio internacional, representando 60% do comércio marítimo internacional em 2015. Em 2017, o Mar do Sul da China representou um terço dos transportes marítimos internacionais (*China Power Team*, 2017) e a região representou em 2018 mais de 30% do comércio de produtos petrolíferos (EIA, 2018). O Mar do Sul da China representou cerca de 40% do total do comércio internacional de Gás Natural Liquefeito (GNL) em 2016 (EIA, 2017). O Estreito de Malaca, localizado entre a Malásia e a Indonésia, é um ponto crucial de passagem de navios, sendo considerado o segundo maior ponto mundial de estrangulamento de circulação de produtos petrolíferos, com a passagem de cerca de 16 milhões de barris de petróleo por dia (Salameh, 2018). Neste capítulo será discutido o enquadramento geopolítico no Indo-Pacífico, analisando brevemente as políticas externas e de segurança dos principais atores securitários regionais, designadamente, a China, os EUA, o Japão, a Índia, a Austrália e o Reino Unido.

Nesta região têm existido tensões entre a China e o Japão no controlo dos arquipélagos inabitados de Senkaku/Diaoyu (ver imagem 2), localizados no Mar do Este da China, devido às potencialidades económicas que existem, com a possível presença de grandes reservas estratégicas de petróleo e de gás natural, de zonas piscatórias com grande diversidade e riqueza, uma circulação marítima bastante elevada (Iuppa, 2020). É ainda de salientar a existência de dois pontos estratégicos, em particular, o canal de Bashi e o estreito de Miyako, permitindo a passagem da marinha do exército chinês em direção ao Pacífico (Iuppa, 2020). Estes pontos são um ponto de passagem em águas internacionais pela Zona Económica Exclusiva (ZEE) japonesa (Iuppa, 2020). A China delimitou uma “linha de nove traços”, a *Nine-Dash Line* (ver imagem 3), do qual considera ser o seu território soberano no Mar do Sul da China que, no seu ponto mais a sul, fica a cerca de 1800 km da China continental (Casarini, 2020). Tem existido reclamações sobre diversos territórios da região, mais concretamente sobre as ilhas Spratly e

Paracel, sendo que Spratly é reclamado por vários países – China, Filipinas, Vietnam, Taiwan, Malásia e Brunei – e Paracel é reclamado pela China, pelas Filipinas e por Taiwan, tendo a China recusado a decisão anunciada pelo Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA) em 2016, que decidiu a favor das Filipinas na sua disputa pelas ilhas Spratly (Iuppa, 2020). O Tribunal determinou que a China violou os direitos legais das Filipinas de utilização da sua ZEE para a exploração piscatória e petrolífera, devido também à construção de ilhas artificiais e à proibição dos pescadores chineses em pescar na região (Phillips, Holmes & Bowcott, 2016). Desde dezembro de 2013, a China tem alegadamente construído nas ilhas Paracel e Spratly infraestruturas em larga escala, com a construção e implementação de várias pistas para a aviação, a deslocação de vários aviões, mísseis e radares (*Congressional Research Service, 2022-a*). Em janeiro de 2016, anunciou-se a construção da primeira base naval chinesa no estrangeiro, localizada no Djibuti (Shoebridge, 2022). No entanto durante a sua inauguração em 2017, o governo chinês afirmou que seria apenas uma base logística (Shoebridge, 2022). A China aprovou uma lei marítima em abril de 2021 – em vigor desde setembro de 2021 – que impõe novas notificações e outros procedimentos na entrada e circulação de navios estrangeiros em áreas marítimas soberanas chinesas (*Congressional Research Service, 2022-a*). Em março de 2022, foi descoberto que a China planeava realizar um tratado securitário com as Ilhas Salomão, permitindo aos navios da marinha chinesa atracar e reabastecer no país, bem como prevendo a intervenção chinesa em território das Ilhas Salomão, em caso de pedido de auxílio (Birtles, 2022).

O presidente chinês Xi Jinping definiu, em 2017, dois objetivos para a modernização do exército chinês, a saber, a finalização da sua modernização até 2035 e a elevação para um exército de nível internacional até 2049, tendo desenvolvido as suas capacidades no lançamento de mísseis de precisão de longo alcance, no domínio espacial e contra-espacial, nas suas capacidades cibernéticas e no aumento do seu armamento nuclear (Departamento de Defesa dos Estados Unidos, 2021). Em termos de capacidades bélicas, a China detinha, em 2022, a maior marinha do mundo, com uma frota estimada em cerca de 780 embarcações (*Global Fire Power, 2022-a*). Em 2022, a China detinha a terceira maior força aérea do mundo, com uma frota estimada em cerca de 3300 aeronaves (*Global Fire Power, 2022-b*). Em 2022, a China possuía o maior dispositivo militar do mundo, com cerca de dois milhões de soldados em situação de atividade (Statista, 2022-a). Em 2021, a China investiu cerca de 293 mil milhões de dólares nas suas forças armadas (Statista, 2022-b).

Em outubro de 2011, os EUA consideraram que o seu foco deveria ser voltado para a Ásia, sendo que na opinião da ex-secretária de estado, Hillary Clinton, a Ásia-Pacífico poderia ser uma região fundamental na delimitação da política internacional, defendendo a necessidade de uma presença norte-americana na manutenção da segurança e prosperidade regional, uma opinião concordante com a do ex-presidente dos EUA, Barack Obama (Clinton, 2011). Em outubro de 2017, o ex-secretário de estado Rex Tillerson foi o primeiro responsável político de alto nível dos EUA a utilizar publicamente o termo Indo-Pacífico (CSIS, 2017). Em junho de 2019, o departamento de defesa dos EUA apresentou um relatório estratégico sobre o Indo-Pacífico, realçando a vontade da administração Trump de construir um Indo-Pacífico aberto e livre para a passagem marítima, referindo o aumento do poder coercivo económico e militar chinês como uma das principais ameaças regionais (*U.S Department of Defence*, 2019). Com a administração de Joe Biden, o Indo-Pacífico teve continuidade como um foco central na política externa, de segurança e de defesa norte-americana (Pacheco Pardo & Leveringhaus, 2021). No entanto, a abordagem da Presidência Biden afastou-se da posição de confrontação aberta e vincada seguida pela administração Trump, passando a valorizar os valores e a cooperação nos planos da segurança, diplomacia e economia (Pacheco Pardo & Leveringhaus, 2021). Os EUA detêm uma presença militar significativa no Indo-Pacífico (ver imagem 4), sendo que, em setembro de 2021, tal presença ascendia a cerca de 200 mil soldados, constituídos pelos soldados do exército e do corpo de fuzileiros navais dos EUA, distribuídos geograficamente pelos EUA e pelo estrangeiro (*Congressional Research Service*, 2022-b). Em fevereiro de 2022, os EUA apresentaram a sua estratégia para o Indo-Pacífico (ver quadro 4), baseando-se em três ideias principais:

- i. o avanço para um Indo-Pacífico livre e aberto.
- ii. a construção de ligações dentro e fora da região.
- iii. o aumento da segurança no Indo-Pacífico (Casa Branca, 2022).

Em termos do seu poderio militar, os EUA possuíam a maior força aérea do mundo em 2022, com uma frota estimada em cerca de 13200 aeronaves (*Global Fire Power*, 2022-b). Em 2022, os Estados Unidos possuíam a terceira maior marinha mundial, com uma frota estimada em cerca de 480 embarcações (*Global Fire Power*, 2022-a). Em 2021, os EUA foram o principal investidor mundial nas suas políticas de segurança, com um investimento de cerca de 800 mil milhões de dólares (Statista, 2022-b) e dispondo do terceiro maior dispositivo militar

mundial, tendo em 2022 cerca de 1,4 milhões de efetivos em situação de atividade (Statista, 2022-a).

Desde meados da década de 2000 que tem existido uma cooperação alinhada no Indo-Pacífico, sobretudo em forma de acordos bilaterais informais de assistência securitária ou de acordos multilaterais. Um dos principais países da região que tem tido uma grande relevância na formulação e promoção destes acordos, sobretudo com os EUA e seus aliados, é o Japão.

O Japão faz parte do Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD), juntamente com a Austrália, a Índia e os EUA (Pacheco Pardo & Leveringhaus, 2021). Originalmente proposto pelo ex-primeiro ministro japonês Shinzo Abe em 2007 – relançado em 2017 pelo próprio Abe e pelos EUA com a administração Trump –, o *QUAD* consiste num quadro estrutural para a realização de exercícios militares conjuntos, de coordenação na resposta a pandemias e no diálogo em temáticas como as alterações climáticas, a emergência de novas tecnologias, o contra-terrorismo ou a cibersegurança (Parry, 2022). Desde 2015, que o Japão faz parte dos exercícios militares *Malabar*, realizados em Guam e no mar das Filipinas, juntamente com os EUA e a Índia, que consistem em treinos de capacitação em contexto de guerra, de projeção de poder e de superioridade marítima (McCann, 2018). Em maio de 2019, a Austrália, EUA, França e Japão realizaram exercícios navais na Baía de Bengala e, separadamente, realizaram-se exercícios navais nas proximidades de Guam, envolvendo a Austrália, Coreia do Sul, EUA e Japão (Aljazeera, 2019). Em fevereiro de 2022, realizou-se a *Corpe North*, na base aérea americana Anderson no Guam, com a presença das forças aéreas da Austrália, EUA e Japão, juntando cerca de 3500 militares e 130 aeronaves (*Pacific Air Forces Public Affairs*, 2022). Em julho de 2022, realizou-se o maior exercício militar do mundo à época, o *Rim of The Pacific* (RIMPAC), juntando 25 países parceiros dos EUA, mobilizando 25 mil soldados, 38 navios de superfície, quatro submarinos e mais de 170 aeronaves (Satam, 2022).

Durante o seu discurso no diálogo de Shangri-La, em junho de 2018, o primeiro-ministro da Índia Narendra Modi afirmou que a Índia tem ganho um papel regional crescente nos últimos trinta anos e tem-se assumido como um país com maior preponderância na integração regional (Modi, 2018). Em 2018, Modi definia geograficamente o Indo-Pacífico entre a costa este de África e a costa do continente americano (Modi, 2018). A Índia apresenta uma posição regional ambígua face aos EUA e à China, contrariando a ascensão chinesa através do *QUAD* e, simultaneamente, acautelando a prioridade das suas relações bilaterais com a

China, ao serem parceiros na organização para a cooperação de Shanghai e no BRICS (Horimoto, 2018). Em setembro de 2018, realizaram-se ao largo da costa de Goa, exercícios militares antissubmarino entre as marinhas da Índia e dos EUA, preparando possíveis avistamentos de submarinos chineses no Índico (Scott, 2019).

A Coreia do Norte tem sido encarada como uma ameaça securitária muito relevante no nordeste asiático pelos EUA e seus aliados, devido à introdução e lançamento de novos mísseis que poderão conter armamento nuclear (Klingner, 2022). Desde 2017, que a Coreia do Norte tem produzido dezenas de ogivas nucleares, sendo que o último teste nuclear foi realizado em 2017 com uma bomba termonuclear (Klingner, 2022). Em junho de 2018, o líder norte-coreano Kim Jong-Un e o ex-presidente dos EUA, Donald Trump, realizaram uma cimeira em Singapura, com vista à resolução das tensões bilaterais (BBC, 2019). Todavia, em fevereiro de 2019, a Coreia do Norte recusou o desarmamento nuclear em troca do levantamento das sanções económicas (BBC, 2019). Em outubro de 2020, a Coreia do Norte apresentou o míssil balístico *Hwasong-17*, com capacidade de transportar até quatro ogivas nucleares e autonomia até 15 mil quilómetros, (BBC, 2022-a). Em outubro de 2022, a Coreia do Norte lançou o *Hwasong-12*, com autonomia até 4500 quilómetros e que sobrevoou o território japonês (BBC, 2022-a).

A Austrália publicou, em novembro de 2017, o *2017 Foreign Policy White Paper*, um documento contendo as linhas gerais da política externa australiana, destacando duas temáticas (ver quadro 5):

- i. Um mundo contestado;
- ii. Um Indo-Pacífico estável e próspero (Governo Australiano, 2017).

Em julho de 2020, o departamento de defesa australiano apresentou o *2020 Defence Strategic Update*, um documento que atualizou e definiu os objetivos da política de defesa e de segurança australiana bem como os investimentos que serão realizados nas forças armadas entre 2020 e 2030 (*Australian Department of Defence*, 2020). O documento realça que os fios condutores que envolviam o ambiente estratégico australiano se mantêm, mas que alguns fatores conheceram uma complexificação significativa, designadamente:

- i. a competição estratégica EUA-China;
- ii. a maior assertividade das grandes potências;

- iii. a proatividade da China na obtenção de maior influência no Indo-Pacífico, desde 2016;
- iv. as ameaças colocadas às regras, leis e às organizações internacionais;
- v. a potencial implementação de tecnologias emergentes e disruptivas em sistemas de armamento;
- vi. o aumento das capacidades cibernéticas e das possibilidades do seu uso malicioso, por parte de atores estatais e não estatais;
- vii. a ameaça do terrorismo e do extremismo violento no sudoeste asiático (*Australian Department of Defence*, 2020).

Na ótica australiana, a região de maior interesse no planeamento da sua política de defesa tem a sua extensão geográfica localizada desde o nordeste do Índico até à região oeste do sul do Pacífico (*Australian Department of Defence*, 2020). O documento enfatiza que a Austrália tem de possuir capacidades de construção e de aplicação do seu poder de influência regional, realçando-se a relação com a ASEAN e com outros estados do Pacífico, reforçando o apoio à ASEAN no aumento do diálogo e da cooperação regional em matérias de segurança (*Australian Department of Defence*, 2020).

Desde 2016, que as relações bilaterais Austrália-China têm atravessado uma fase de maior tensão, após a China ter recusado a decisão do TPA no caso contra as Filipinas. Camberra reforçou as suas críticas contra Pequim, sendo que o ex-primeiro-ministro australiano, Malcolm Turnbull, afirmou que existiam receios de que a China “iria tentar impor uma Doutrina Monroe neste hemisfério de modo a dominar a região”, acrescentando que a China do século XXI teria mais sucesso “ao respeitar a soberania dos outros” (Turnbull, 2017, para.51-57).<sup>xxv</sup> Durante a apresentação da lei contra as interferências externas em atos eleitorais, em dezembro de 2017, Turnbull afirmou que tem de ser clarificado com Pequim “os termos de uma aproximação saudável e sustentável,” acrescentando que os australianos “impõem-se e asseguram a soberania no nosso país, com o nosso parlamento e as nossas leis” (Turnbull, 2017, para.20).<sup>xxvi</sup> Pequim reagiu com uma queixa formal sobre as alegações de interferência chinesa em atos eleitorais, tendo o porta-voz do Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmado que estava chocado com as declarações, acrescentando que “(..) envenena a atmosfera da relação China-Austrália e prejudica as fundações de uma cooperação bilateral e de confiança mútua” (Knaus

& Phillips, 2017, para.9)<sup>xxvii</sup>. Com os receios do aumento da influência chinesa no sul do Pacífico, os EUA e a Austrália planejaram, em 2018, o desenvolvimento de uma base naval na Papua Nova-Guiné (BBC, 2018). Em agosto de 2018, o governo australiano impediu as empresas chinesas de telecomunicações *ZTE e Huawei* de fornecerem equipamentos para a rede 5G na Austrália, justificado com os potenciais riscos para a segurança nacional (Kharpal, 2018).

Em novembro de 2018, o ex-primeiro-ministro australiano Scott Morrison anunciou que o foco da política externa e de defesa australiana iria ser o Pacífico, tendo implementado várias medidas de investimento regional, destacando-se a instalação do cabo submarino de telecomunicações, com destino às Ilhas Salomão e à Papua Nova-Guiné (*Department of Foreign Affairs and Trade*, 2019). A rede de cabos submarinos de fibra ótica foi inaugurada em 2019, ligando a Austrália às Ilhas Salomão e à Papua Nova-Guiné, tendo sido impedida a candidatura da *Huawei* ao projeto, devido aos potenciais riscos para a segurança nacional (Wyeth, 2019). No entanto tem existido ações contraditórias australianas na região, designadamente a diferença no discurso de altos quadros governativos sobre as regiões do Pacífico e do Indo-Pacífico. Enquanto a relação com os países do Pacífico é perspectivada pelos australianos como sendo familiar e natural, no contexto do Indo-Pacífico, os estados do Pacífico são percecionados pela Austrália como sendo estados pequenos, fracos e vulneráveis a ações externas, no contexto da escalada geopolítica regional (Wallis, 2021). A retórica australiana é baseada na proteção da ordem e do direito internacional (Wallis, 2021). Todavia, o direito internacional é, frequentemente, questionado como um instrumento útil na concretização dos interesses australianos (Wallis, 2021). Assim o demonstram a instituição de centros de detenção de imigrantes – Nauru e Papua Nova-Guiné – bem como a incoerência em relação às políticas climáticas, sendo que a Austrália continua a utilizar as centrais elétricas a carvão e a interromper os pagamentos ao fundo climático verde da ONU (Wallis, 2021). Para além disso, as declarações comprometedoras de altos governantes australianos acentuaram a desconfiança dos estados do Pacífico, entre as quais as do ex-ministro para a imigração, Peter Dutton, que em setembro de 2015 insinuou que os atrasos no Fórum das Ilhas do Pacífico, realizado na Papua Nova-Guiné, tinham acontecido porque “O tempo não significa nada quando estarás quase, sabes, terás água a bater à tua porta” (Dutton, 2015, para. 3)<sup>xxviii</sup>. A ex-ministra do ambiente, Melissa Price, alegadamente efetuou comentários insultuosos em outubro de 2018, afirmando que a vinda do ex-presidente do Kiribati foi apenas por questões financeiras e que os países do Pacífico apenas tentam obter da Austrália vantagens financeiras (Conifer, 2018). O ex-vice-

primeiro ministro australiano, Michael McCormack, teceu declarações controversas em agosto de 2019, referindo que os países do Pacífico não deviam criticar as opções energéticas australianas, afirmando que a sobrevivência desses países aos efeitos das alterações climáticas encontra-se dependente das ajudas humanitárias australianas (Smee, 2019).

O Reino Unido possui atualmente uma presença militar reduzida no Indo-Pacífico. O Reino Unido está presente:

- i. em Singapura, onde detém instalações navais para a realização de escalas de navios de outras marinhas;
- ii. em Omã, com a construção de instalações de suporte às operações navais fora da região do Golfo Pérsico;
- iii. no Bahrain e no Catar, detendo bases aéreas e navais, sendo que no Brunei está instalada uma escola militar, especializada no combate em ambientes selvagens (Brooke-Holland, 2021);
- iv. no território de Diego Garcia, que foi ocupado ilegalmente pelo Reino Unido, existindo, atualmente, um contrato de empréstimo – até 2036 – com os EUA, tendo sido criada uma base militar norte-americana no território (Heiduk, 2021). Este território é objeto de disputa por parte das Ilhas Maurícias, tendo a posição das Ilhas Maurícias sido validada numa resolução da Assembleia Geral da ONU e pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar, em 2021 (Heiduk, 2021).

Em março de 2021, o governo britânico apresentou o *Global Britain in a Competitive age*, um documento que promove a revisão das estratégias a adotar no âmbito da segurança, da defesa e da política externa (Governo do Reino Unido, 2021). Reconhece-se o aumento do poder internacional da China, pretendendo-se uma relação bilateral construtiva no âmbito comercial e em problemas transnacionais (Governo do Reino Unido, 2021). No entanto reconhece-se que o aumento das capacidades chinesas são um risco para a segurança económica britânica, bem como para a segurança e os valores dos seus aliados e parceiros (Governo do Reino Unido, 2021). O Indo-Pacífico é considerado uma região crítica para os interesses económicos e securitários britânicos (Governo do Reino Unido, 2021). Desde 2019, o Reino Unido tem destacado um embaixador para a ASEAN e em fevereiro de 2021 realizou a sua candidatura à adesão ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria do Trans-Pacífico (CPTPP), um acordo de livre-comércio regional (Wacher, 2022). Em maio de 2021, foi

realizada a Operação Fortis, nas regiões do Mar do Sul da China e do leste asiático, liderada pelo porta-aviões da marinha britânica *HMS Queen Elizabeth*, um contratorpedeiro, duas fragatas, um submarino nuclear de ataque, caças *F35B Lightning II*, bem como navios da marinha americana e neerlandesa (Hayton, 2021). Foram anunciados futuros destacamentos da marinha britânica para o Indo-Pacífico a partir de 2021 e até ao final da década, designadamente, navios de patrulha costeira, navios do grupo de resposta litoral e fragatas *Type 31* de última geração (Brooke-Holland, 2021).

### 3.2. *A cooperação Austrália-União Europeia no âmbito da segurança e de defesa*

Com o Tratado de Maastricht, a UE passou a ter competências no âmbito da segurança e defesa (Matera, 2018). No entanto, tais competências estão enquadradas apenas a um nível intergovernamental (Matera, 2018). A UE encontra-se limitada ao nível da criação de estruturas militares autónomas, sendo uma organização com competências na área da política externa, diplomacia e em segurança e defesa (Matera, 2018). Com o Tratado de Lisboa foi introduzida a Política Comum de Segurança e de Defesa (PCSD), sendo que a esmagadora maioria das decisões relacionadas com a PCSD necessitam da aprovação, por unanimidade, dos estados-membros (Legrand, 2021). O Tratado da União Europeia consagra a natureza predominantemente multilateral da ação externa da UE, prevendo a participação de países terceiros ou de organizações internacionais nas missões da PCSD (Legrand, 2021). O Tratado definiu a figura do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança (ARUNESPS), que é simultaneamente Vice-Presidente da Comissão Europeia (Legrand, 2021). O ARUNESPS dirige o Serviço Europeu de Ação Externa (Legrand, 2021). A PCSD é caracterizada pela condução de operações e de missões de gestão de crises, tendo já executado missões de monitorização e de formação bem como missões de combate à pirataria (Matera, 2018). No âmbito da PCSD já foram realizadas 36 operações desde 2003, distribuídas por três continentes (Legrand, 2021). Em dezembro de 2020, foi atingido um acordo político para a implementação do Fundo de Defesa Europeu, que permitirá o desenvolvimento de

capacidades de pesquisa e de desenvolvimento no setor industrial militar e tecnológico europeu, bem como uma maior capacitação financeira das políticas de segurança e defesa dos estados-membros, estando previsto um investimento de cerca de 8 mil milhões de euros, entre 2021 e 2027 (Conselho da União Europeia, 2020). Segundo o artigo 21º do Tratado da União Europeia (TUE), a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) é caracterizada, nomeadamente, por possuir uma vertente intergovernamental, e pelos seus objetivos, nomeadamente:

- i. a defesa dos valores democráticos, dos direitos humanos e do direito internacional;
- ii. o reforço da multilateralidade;
- iii. a prevenção de conflitos e a manutenção da paz;
- iv. a integração progressiva dos estados na economia e no sistema internacional;
- v. o provimento de assistência, em resposta a catástrofes de origem natural ou humana (Jornal Oficial da União Europeia, 2016).

Segundo o artigo 22º do TUE, a aprovação das decisões relativas ao PESC depende do voto, em sessão do Conselho Europeu, por unanimidade por parte dos estados-membros (Jornal Oficial da União Europeia, 2016). Em março de 2021, o Conselho Europeu criou o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, um mecanismo que permite o financiamento de operações relacionadas com a PESC, substituindo o mecanismo de financiamento *Athena* e dispondo de um orçamento de cerca de 5,7 mil milhões de euros (Conselho Europeu, 2022). Este orçamento tem uma distribuição varável entre 2021 e 2027, assegurado pelos estados-membros (Conselho Europeu, 2022).

Desde os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, a UE e a Austrália têm elevado a sua cooperação no âmbito da segurança, em áreas como as forças de segurança, o combate ao terrorismo, a partilha de informações, a promoção de paz e estabilidade, bem como a gestão de crises (Matera & Murray, 2018). A Europol e a Austrália têm um acordo operacional desde fevereiro de 2007, permitindo a facilitação na troca de informações estratégicas e operacionais entre a polícia australiana e a Europol, tendo como objetivo o combate ao terrorismo e aos crimes transnacionais, tais como o tráfico de seres humanos, o tráfico de droga e a imigração ilegal (Matera, 2018). Em janeiro de 2010, a UE e a Austrália assinaram um acordo de segurança de informações classificadas, permitindo a partilha de informações classificadas entre as autoridades europeias e australianas (Jornal Oficial da União Europeia,

2010). Também assinaram um acordo de registo de nomes de passageiros em julho de 2011 – em vigor desde junho de 2012 –, permitindo a disponibilização de informação sobre os passageiros que viajam para a Austrália por parte das autoridades europeias, tendo como objetivo o combate ao terrorismo e à criminalidade grave (Matera, 2018).

A UE e a Austrália estiveram envolvidas no Afeganistão – através do treino, aconselhamento e assistência às autoridades policiais locais, em operações lideradas pelos EUA – e no Iraque com a presença de alguns estados da UE, e na costa da Somália através da participação legal e operacional no grupo de contacto da ONU (Matera, 2018). A Austrália também fez parte da EUCAP Nestor – lançada em julho de 2012 –, caracterizada como uma missão de cariz civil em cinco estados do corno de África e da região ocidental do Índico, que permite a assistência aos estados na sua autonomia para a manutenção da segurança e da governação marítima no combate à pirataria marítima (Matera, 2018). A Austrália fez parte da missão entre agosto de 2014 e agosto de 2015, ajudando legalmente o governo das Seychelles na lei criminal e marítima (Matera, 2018). É uma missão de pequena dimensão, composta por 165 elementos, tendo sido alterada a sua denominação para EUCAP Somália, em dezembro de 2016 (Serviço Europeu de Ação Externa, 2017). Foi também iniciado um fórum de diálogo UE-Austrália contra o terrorismo, concretizado pela primeira vez em novembro de 2014 em Bruxelas, intensificando a cooperação no combate às atividades dos grupos terroristas, na abordagem a tomar face ao aumento do número de combatentes estrangeiros bem como desenvolvendo formas de contrariar o extremismo violento (Matera & Murray, 2018).

Em abril de 2015, foi assinado um acordo-quadro de cooperação em situações de gestão de crises, permitindo a participação australiana em operações da UE destinadas à gestão de crises (Serviço Europeu de Ação Externa, 2015). A Austrália participa em fóruns de cooperação em matéria de cibersegurança, como a Cimeira Internacional para as Operações sobre o Cibercrime (ICCOS), juntamente com a Europol e com vários estados da UE, incluindo a Alemanha, os Países Baixos e a França (*Commonwealth of Australia*, 2017).

A Austrália tem uma cooperação indireta com a UE através da OTAN, com a qual coopera desde 2005. Existe um acordo de cooperação e parceria Austrália-OTAN desde 2013, renovado em 2019 (OTAN, 2021). A Austrália participou em missões lideradas pela OTAN no Afeganistão – até à primavera de 2021 – e no Iraque e participou em missões de combate à pirataria na Somália, tendo estado presente, pela primeira vez, na reunião dos Ministros dos

Negócios Estrangeiros da OTAN em dezembro de 2020, com a presença do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança (OTAN, 2021).

### 3.3. *O investimento australiano e europeu na política de segurança e de defesa*

Até 2011 a Austrália registou um crescimento exponencial do investimento nas suas forças armadas, passando de cerca de 7 mil milhões de dólares em 2001 para cerca de 26,6 mil milhões de dólares em 2011. Entre 2012 e 2020, registaram-se oscilações de investimento situando-se entre cerca de 24 mil milhões de dólares em 2015 e os cerca de 27,7 mil milhões de dólares em 2017, chegando a cerca de 27,5 mil milhões de dólares em 2020 (Banco Mundial, 2022-a). Este investimento, em percentagem do PIB (Produto Interno Bruto), registou oscilações entre 2013 e 2020, situando-se entre os 1,6% em 2013 e os 2,1% em 2016 e em 2020 (Banco Mundial, 2022-b).

No mais recente relatório, com a atualização das estratégias para a política de defesa e de segurança australianas, o *2020 Defence Strategic Update*, são mencionados os investimentos a serem realizados pelas forças armadas entre 2020 e 2030 (*Australian Department of Defence*, 2020). A Austrália prevê investir cerca de 575 mil milhões de dólares australianos em políticas de defesa e segurança, aumentando de cerca de 42 mil milhões de dólares australianos em 2020-2021 para cerca de 74 mil milhões de dólares australianos em 2029-2030 (ver imagem 5), sendo que cerca de 270 mil milhões de dólares australianos serão aplicados no reforço das capacidades das forças armadas, em cinco domínios distintos (ver quadro 6).

O investimento total dos estados-membros da UE em políticas de defesa e de segurança (ver quadro 7) atingiu cerca de 233 mil milhões de dólares em 2020 (Banco Mundial, 2022-c). Estes números acentuam uma tendência de crescimento do investimento verificado desde 2015, traduzida em cerca de 179 mil milhões de dólares (Banco Mundial, 2022-c). Em termos da representação desse investimento em percentagem do PIB da UE (ver quadro 7) foi registado 1,6% em 2020, o que significa uma ligeira subida face à estabilização registada desde 2014,

quando se registou 1,3% (Banco Mundial, 2022-d). Em termos da representação individual do investimento em percentagem do PIB nos estados-membros (ver quadro 8), verifica-se que dos 10 estados-membros que mais investiram em políticas de defesa e segurança em 2020 destacam-se a Grécia, com 2,6%, a Letónia com 2,5%, a Estónia com 2,4%, a Roménia com 2,3% e a Lituânia com 1,9%, sendo que a média registada na UE foi de 1,2% (Statista, 2022-c). Tal significa que 15 dos 27 estados-membros se encontram igual ou abaixo da média da UE (Statista, 2022-c). Isto também significa que 23 estados-membros da UE estão abaixo do limite definido de 2% do PIB, acordado pelos estados-membros da OTAN, na cimeira realizada no País de Gales, em 2014 (OTAN, 2014). Note-se que em 2023 pertenciam à organização 22 dos 27 estados-membros da UE (OTAN, 2023). No entanto em termos nominais (ver quadro 8), dos 10 estados-membros da UE que mais investiram em políticas de segurança e defesa em 2020, destaca-se a França, com cerca de 38,6 mil milhões de euros, a Alemanha com cerca de 33,2 mil milhões de euros e a Itália com cerca de 21,1 mil milhões de euros, havendo uma grande disparidade para os Países Baixos, que investiram cerca de 9,9 mil milhões de euros, e para a Espanha com cerca de 9,3 mil milhões de euros (Statista, 2022-d).

#### *3.4. A importância do acordo AUKUS no contexto da região do Indo-Pacífico*

A 15 de Setembro de 2021, a Austrália, os EUA e o Reino Unido realizaram uma conferência de imprensa conjunta para anunciar a decisão de criação da parceria de segurança trilateral AUKUS. Para o ex-primeiro-ministro australiano, Scott Morrison, este anúncio seria o reflexo de uma parceria que juntaria estados com visões e valores bastante semelhantes, realçando a relação de união e colaboração entre os três estados (Morrison, 2021). Na perspetiva de Morrison, a parceria iria conjugar vários fatores importantes, referindo que seria “(...) uma parceria no qual as nossas tecnologias, os nossos cientistas, as nossas indústrias e as nossas forças armadas estão a trabalhar em conjunto para garantir uma região mais protegida e segura (...)” (Morrison, 2021, para.7)<sup>xxix</sup>. Na perspetiva do ex-primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, o principal objetivo do AUKUS seria “(..) ajudar a Austrália a adquirir uma frota de

submarinos propulsados com tecnologia nuclear, enfatizando, claro, que os submarinos em questão serão propulsados com reatores nucleares, não sendo armados com armas nucleares” (Johnson, 2021, para.15)<sup>xxx</sup>. Ao longo do discurso, Johnson também realçou a importância da parceria como fonte importante de criação de empregos altamente qualificados no Reino Unido, colocando o país na linha da frente na indústria das tecnologias de ponta (Johnson, 2021). Para o presidente dos EUA, Joe Biden, a parceria tem um enquadramento mais securitário, podendo aumentar as capacidades bélicas conjuntas e ser uma solução no combate às ameaças globais atuais (Biden, 2021). Para além disso, o Presidente Biden realçou a relevância estratégica que o Indo-Pacífico poderá ter futuramente, afirmando que “(...) o futuro de cada uma das nossas nações – e de facto do mundo – depende de um Indo-Pacífico livre e aberto que possa florescer e durar nas décadas posteriores” (Biden, 2021, para.27)<sup>xxxi</sup>.

A parceria securitária prevê a aquisição australiana de oito submarinos americanos de propulsão nuclear, substituindo os submarinos da classe *Collins* de propulsão convencional, fazendo da Austrália o sétimo país mundial a possuir um submarino nuclear (Cheng, 2022). A parceria prevê também a partilha de capacidades no âmbito da cibersegurança e da tecnologia subaquática (BBC, 2021). A escolha australiana pela tecnologia nuclear norte-americana e britânica face à tecnologia convencional francesa poderá dever-se a três razões:

- i. o reconhecimento australiano dos malogros na reabilitação de vários navios da classe *Collins* e dos programas de substituição da frota de submarinos, associado à lentidão na entrega dos submarinos franceses, à aproximação do limite do funcionamento dos submarinos da classe *Collins* – com data prevista para 2050 –, à tentativa de apaziguamento das críticas internas e o enfraquecimento das relações bilaterais Austrália-China;
- ii. a tentativa do aumento do estatuto e da influência australiana no Indo-Pacífico, através da criação de uma aliança que poderá garantir a segurança australiana na região, a otimização da sua posição junto dos membros do *QUAD* e do *Five Eyes*, e a projeção da posição australiana para além de uma potência média;
- iii. a otimização da economia australiana para benefício dos seus interesses nacionais, com o aumento dos investimentos da indústria militar australiana no setor das tecnologias de ponta, tentando reduzir a sua dependência da China. Para além disso, a parceria permite a obtenção de tecnologia militar de ponta dos EUA, tais como mísseis hipersónicos e *drones* militares (Cheng, 2022).

Para a ASEAN, o AUKUS iria colocar vários desafios tais como:

- i. um aumento na corrida ao armamento dos estados-membros da ASEAN e de outros estados do Indo-Pacífico, com a destabilização da balança do poder regional. Também poderá colocar em causa o objetivo proposto pela organização de não existência de tecnologia nuclear na região.
- ii. o aumento da competitividade e da confrontação dos principais atores no sudoeste asiático bem como uma possível corrida ao armamento que venha a ser contra aos princípios da paz, prosperidade e da estabilidade defendidos pela ASEAN. Poderá também “obrigar” os estados da ASEAN a terem de escolher entre os EUA e a China, não só devido à política norte-americana de contenção do aumento da influência chinesa na região, mas também devido à grande relevância da China enquanto parceiro comercial e financeiro;
- iii. um possível desmembramento da instituição e as demonstrações mistas dos seus estados-membros sobre o AUKUS poderão demonstrar falta de coesão em matéria de política externa e de segurança (Zhang, 2022).

Um dos potenciais pontos controversos do AUKUS será a potencial violação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, pelo Reino Unido e pelos EUA, dado que estes estados estão, de facto a distribuir tecnologia nuclear. No entanto, existe a possibilidade de se poder abrir um precedente e fazer com que ocorra uma proliferação de submarinos movidos a tecnologia nuclear, podendo ser usados com intenções ofensivas e transportando engenhos com ogivas nucleares (Zhang, 2022). Outra das possíveis consequências é a maior proliferação e transferência de tecnologia nuclear, sendo os EUA um dos grandes promotores históricos da não-proliferação de tecnologia nuclear nos submarinos (Philippe, 2021).

A reação da China aconteceu no dia seguinte ao anúncio do AUKUS, com o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros a condenar o acordo, definindo-o como um ato de grande irresponsabilidade dos três países, pondo a possibilidade de colocar em causa a paz e a estabilidade regional bem como o de provocar o aumento da corrida ao armamento, tendo a embaixada chinesa nos EUA referido o acordo como um regresso aos princípios da guerra fria e à existência de um preconceito face à China (BBC, 2021).

A reação mais veemente ao anúncio do AUKUS foi da França, através do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus, Jean-Yves Le Drian, que afirmou que o

acordo vai contra os princípios do relacionamento de confiança bilateral entre os estados (Le Drian, 2021). Le Drian referiu que “É realmente uma facada nas costas. Nós estabelecemos uma relação de confiança com a Austrália e essa confiança foi traída” (Le Drian, 2021, para.2)<sup>xxxii</sup>. Le Drian empregou palavras bastante duras para classificar a decisão dos EUA, em excluir a França de um acordo com a Austrália, significando “uma falta de consistência do qual a França pode apenas notar e lamentar” (Le Drian, 2021, para.19)<sup>xxxiii</sup>. Depois do anúncio, o governo francês anunciou a chamada dos embaixadores destacados em Washington D.C e em Camberra, para consultas em França (Acosta, Atwood & Vazquez, 2021). Esta reação acontece depois do cancelamento da encomenda de 12 submarinos da classe *Attack*, realizada à empresa francesa Naval Group em 2016, sendo que a encomenda – avaliada em cerca de 34 mil milhões de euros (Fathi, 2021) – enfrentou atrasos devido às derrapagens nos custos de construção, na sua própria construção e às mudanças no seu *design* (Willsher, 2021). Este cancelamento provocou graves consequências financeiras ao estado francês, detentor de cerca de 62% das ações da Naval Group (Naval Group, 2022).

A reação da UE surgiu de várias personalidades, entre as quais a atual Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. A presidente da Comissão Europeia mostrou-se desapontada com os acontecimentos e exigiu um esclarecimento à Austrália (von der Leyen, 2021). O atual Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Josep Borrell, afirmou que o acordo pode ter impacto nas relações bilaterais com os EUA e no papel que a UE poderá ter no Indo-Pacífico (Borrell, 2021-c). Borrell acrescentou que os Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE demonstraram o seu apoio à França e questionaram os estados-membros do AUKUS sobre a decisão tomada (Borrell, 2021-c). O atual presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, realçou a falta de confiança e de transparência demonstrada pelos membros do AUKUS, acrescentando que seria necessária “uma clarificação e de tentar compreender melhor quais são as intenções por detrás deste acordo” (Michel, 2021, para.2)<sup>xxxiv</sup>.

Questionado um dia após o anúncio do AUKUS e confrontado com a possibilidade de interrupção das negociações do acordo de livre-comércio Austrália-UE, Borrell afirmou que não se deviam misturar os dois assuntos e demonstrou a vontade da UE na construção de uma cooperação com a Austrália, realçando que “(..) não tomaremos uma ação *ah doc* motivada por eventos individuais” (Borrell, 2021-b, para.22)<sup>xxxv</sup>. Cinco dias após o anúncio, Borrell reuniu-

se com a ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros australiana Marise Payne, à margem da Assembleia-Geral da ONU, tendo discutido com Payne a criação do AUKUS e o cancelamento do negócio dos submarinos franceses, questionando a falta de consultas prévias e lamentando a exclusão dos parceiros europeus (Serviço Europeu de Ação Externa, 2021-b). Borrell acrescentou que a situação iria conduzir a uma reflexão e discussão no seio da UE e com os estados-membros, tendo chegado a acordo na manutenção dos contactos diplomáticos e do trabalho conjunto para a ultrapassagem dos desafios colocados pelo anúncio (Serviço Europeu de Ação Externa, 2021-b). Em outubro de 2021, posteriormente ao anúncio da formulação da parceria securitária AUKUS e do cancelamento da compra dos submarinos franceses pela Austrália, a UE decidiu adiar por um mês a 12ª ronda de negociações do acordo de livre comércio Austrália-UE (France 24, 2021).

Em junho de 2022, o governo australiano anunciou a atribuição de uma indemnização de 555 milhões de euros à Naval Group, devido ao cancelamento do contrato assinado em 2016 (BBC, 2022-b). No mesmo mês, o atual primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, anunciou a realização de visitas de estado a Madrid, para a cimeira da OTAN, e a Paris, afirmando também a importância da tentativa de reiniciar e de restabelecer as relações bilaterais com a França (Albanese, 2022).

Ao longo do capítulo foi observado que, de acordo com as premissas do construtivismo social, que a política externa da Austrália tem como foco o Pacífico e o Pacífico Sul, utilizando instrumentos de política e uma linguagem que tenta apelar aos valores familiares das nações da região, de modo a aumentar o seu poder de influência regional. As ideias e crenças australianas na política internacional estão refletidas na sua visão para o Indo-Pacífico e como membro da aliança de segurança AUKUS. Na visão australiana o Indo-Pacífico é o seu espaço vital, com a existência de uma disputa entre duas potências, os EUA e a China, sendo que para a Austrália é fundamental ter uma aliança forte com os EUA, de modo a garantir a sua segurança regional. A Austrália demonstra várias facetas na sua relação com os diversos países do Indo-Pacífico, criando alianças e acordos bilaterais de segurança com múltiplos parceiros regionais. No entanto, tem uma relação tensa com a China desde 2016 e as atitudes incoerentes para com os países do Pacífico tem contribuído para uma aproximação mais clara aos EUA e aos seus parceiros, prejudicando a capacidade de influência australiana na região. No Indo-Pacífico têm-se verificado a assinatura de diversos acordos e alianças, entre as diversas potências regionais,

com o objetivo de defender os seus interesses securitários na região. A relação militar Austrália-UE tem evoluído desde do início do século XXI, com a assinatura de vários acordos e parcerias, no entanto o seu âmbito ainda é bastante limitado. A formulação do AUKUS corresponde à união de 3 países anglófonos, com uma história centenária comum e que vai de acordo às pretensões da Austrália de poder ter uma maior preponderância na arquitetura securitária do Indo-Pacífico.

## 4. Resultados da Análise de Discurso Político

### 4.1. *Declaração do ex-primeiro-ministro australiano Kevin Rudd*

A primeira intervenção pública a ser analisada é a declaração realizada pelo ex-primeiro-ministro australiano, Kevin Rudd, durante a sua visita a Bruxelas, em abril de 2008. Analisando a intervenção através do primeiro princípio basilar, a funcionalização, verifica-se que Rudd esclarece, no princípio da sua intervenção, as suas intenções da sua visita a Bruxelas, justificando com a importância de “(..) estabelecer um novo relacionamento abrangente com a Comissão Europeia e com a União Europeia”<sup>xxxvi</sup> (Rudd, 2008, para.2). A interpretação que poderá ser retirada à expressão “um novo relacionamento abrangente” sugere que, na opinião de Rudd, a relação bilateral Austrália-UE necessitava de ser reiniciada e que anteriormente não existia uma evidente complexidade de temáticas abordadas. Analisando o segundo princípio basilar, o da externalização, verifica-se que existe um compromisso assumido por Rudd, em nome do governo australiano, ao criar expectativas sobre “uma relação próxima com o José (referindo-se a José Manuel Durão Barroso, então Presidente da Comissão Europeia) e um novo relacionamento abrangente com os nossos amigos e parceiros na Europa”<sup>xxxvii</sup> (Rudd, 2008, para.14). Isto significa que Kevin Rudd está a realçar a necessidade de uma maior aproximação com a UE e com o continente europeu no seu todo. Analisando o terceiro princípio basilar, o da socialização, verifica-se que Rudd demonstra a vontade de colaboração com o continente europeu, mencionando as temáticas às quais a Austrália e a UE enfrentam em conjunto, nomeadamente, “(...) na liberalização internacional do comércio, os grandes desafios do desenvolvimento para os países empobrecidos (...) ou para além disso, o grande desafio global das alterações climáticas”<sup>xxxviii</sup> (Rudd, 2008, para.3). No entanto, perto do final da sua intervenção, refere que existirão sempre divergências na relação bilateral Austrália-UE, destacando a existência de “(...) negociações difíceis sobre o comércio, tal como tem sido sempre no passado, em questões da agricultura e em defender os interesses dos agricultores australianos”<sup>xxxix</sup> (Rudd, 2008, para.15). A contextualização temporal e social desta afirmação está relacionada com a temática mais difícil nas relações bilaterais Austrália-EU, designadamente, as questões comerciais e agrícolas, sendo que a Austrália tem defendido, desde

da década de 1960 do século XX, uma mudança das políticas agrícolas adotadas por Bruxelas (Murray & Benvenuti, 2014). Finalmente, analisando o quarto princípio basilar, o da dialetificação, verifica-se que Rudd, apesar de ter mencionado a maior divergência das relações bilaterais Austrália-UE, utiliza uma estratégia de aproximação com a sua audiência, neste caso as instituições europeias, ao afirmar que ambos possuem “(...) uma relação alargada e nós tentamos levar a cabo essa relação alargada, através desta nova parceria estrutural essencial que as duas partes irão negociar, esperemos até ao meio do ano (...)”<sup>xl</sup> (Rudd, 2008, para.16). Esta afirmação mostra que Rudd, apesar da existência de claras divergências na relação bilateral, tenta ser pragmático, ao referir que existem outras temáticas a serem discutidas para além das questões económicas, colocando o objetivo imediato na assinatura da parceria estrutural.

#### 4.2. Declaração conjunta de Malcolm Turnbull, Jean-Claude Juncker e de Donald Tusk

A segunda intervenção pública a ser analisada é a declaração conjunta, feita em novembro de 2015, do ex-primeiro-ministro australiano Malcolm Turnbull, do ex-presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e do ex-presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, durante a realização da Cimeira do G20 na Turquia. Observando a declaração, e segundo o princípio da funcionalização, verifica-se que a função e o objetivo da declaração conjunta encontra-se expressa no início da declaração, estando justificada como sendo o aprofundamento das relações bilaterais Austrália-UE, que na ótica conjunta “está enraizada nos nossos interesses, valores e heranças comuns” (Conselho da União Europeia, 2015, para.2). Analisando o princípio da externalização, existem vários compromissos que são assumidos pelos oradores, nomeadamente, o acordo-quadro Austrália-UE, em relação ao qual existe um compromisso para a sua “implementação rápida e completa”<sup>xli</sup> (Conselho da União Europeia, 2015, para.3). Existem também outros compromissos evidentes no discurso, mais especificamente o lançamento efetivo das negociações do acordo de livre-comércio Austrália-UE, a previsão do lançamento do fórum de liderança UE-Austrália para 2016, a intensificação

da cooperação humanitária na Síria e no Iraque, o combate ao radicalismo de cidadãos estrangeiros, bem como a condenação e o não reconhecimento conjunto da anexação da Crimeia pela Rússia (Conselho da União Europeia, 2015). Através da análise do princípio da socialização, observa-se um contexto socio-temporal da época em que se inseriu a declaração, nomeadamente, a realização da Cimeira do G20 na Turquia, os ataques terroristas em Paris, a finalização das negociações para a futura aplicação do acordo-quadro Austrália-UE, bem como a assinatura, também em 2015, do acordo-quadro Austrália-UE para a cooperação em situações de gestão de crises (Conselho da União Europeia, 2015). Analisando o princípio da dialetificação, observa-se que a declaração conjunta tem a particularidade de incluir, na esmagadora maioria do começo dos parágrafos e frases, a palavra “nós” em vez de um discurso individualizado dos intérpretes (Conselho da União Europeia, 2015). Isto pode ser interpretado como sendo uma estratégia comunicativa, ao tentar demonstrar, de forma clara, a existência de um grande entrosamento e homogeneização, na forma de comunicar e nas ideias transmitidas, entre os responsáveis políticos australianos e das instituições europeias. Outra característica linguística da declaração conjunta é exemplificada com a utilização sistemática de expressões, demonstrativas de um sentimento de compromisso ou que acentua de forma positiva as relações bilaterais Austrália-UE, nomeadamente, as expressões “(...) concordamos (...)”<sup>xlii</sup> (Conselho da União Europeia, 2015, para.2, 3, 4, 6, 8), “(...) empenhados (...)”<sup>xliii</sup> (Conselho da União Europeia, 2015, para.1, 3, 6) e “(...) estimular (...)”<sup>xliv</sup> (Conselho da União Europeia, 2015, para.5).

#### 4.3. Declaração pública de Julie Bishop

A terceira declaração pública a ser analisada é a que foi proferida pela ex-Ministra australiana dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, durante a assinatura do acordo-quadro Austrália-UE nas Filipinas, em agosto de 2017. A partir do princípio da funcionalização, verifica-se que a intenção da intervenção de Bishop é realçar a naturalidade e inevitabilidade da relação bilateral Austrália-UE, utilizando a expressão “parceiros naturais”<sup>xlv</sup> (Bishop, 2017, para.5). A intervenção também explicou o porquê da assinatura do acordo, referindo que irá

“(…) fortalecer a relação bilateral da Austrália com a UE, numa era sem precedentes de desenvolvimento e volatilidade global”<sup>xlvi</sup> (Bishop, 2017, para.5). Analisando o princípio da externalização, salienta-se o compromisso assumido através do ato de assinatura do acordo-quadro. Analisando o princípio da socialização, o contexto socio-temporal em que se insere a intervenção de Bishop situa-se após a apresentação da declaração conjunta de novembro de 2015, apresentada pelo ex-primeiro-ministro australiano Malcolm Trunbull, pelo ex-presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e pelo ex-presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk (Conselho da União Europeia, 2015), bem como pelo lançamento do fórum de liderança UE-Austrália em 2016 (Bishop, 2016), (Mogherini, 2016). Durante a sua intervenção, Bishop tenta ser uma oradora conciliadora, ao invocar perspectivas e compromissos comuns que existem entre a Austrália e a UE, nomeadamente, “(…) valores e heranças culturais comuns, e estamos comprometidos aos mercados livres e abertos”<sup>xlvii</sup> (Bishop, 2017, para.5). Analisando o princípio da dialetificação, Julie Bishop utilizou expressões que evidenciam uma vertente normativa ou o assumir de um compromisso sério nas relações bilaterais, nomeadamente, “parceiros naturais”, “comprometidos” e “ligações próximas” (Bishop, 2017, para.5). Esta estratégia foi provavelmente utilizada para criar uma ligação emocional com a sua audiência.

#### 4.4. Declarações públicas de Ursula von der Leyen, Charles Michel e de Josep Borrell

Finalmente, a quarta, quinta e sextas afirmações públicas a serem analisadas são um conjunto de reações públicas, proferidas pela atual Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, pelo atual Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Josep Borrell, bem como pelo atual Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, em resposta à criação da parceria de segurança trilateral AUKUS em setembro de 2021. Analisando o princípio da funcionalização, e analisando as intervenções de Ursula von der Leyen e de Charles Michel, observa-se que ambos utilizam as suas intervenções para mostrarem um evidente desagrado com a assinatura do acordo AUKUS e o prejuízo causado a um dos seus

estados-membros, mais especificamente a França. No caso de von der Leyen, este desagrado tem como alvo a Austrália, tendo questionado as atitudes que a Austrália teve perante a França, sendo evidente este desagrado quando afirma que “um dos nossos estados-membros foi tratado de uma forma que não é aceitável, por isso queremos saber o que aconteceu e o porquê”<sup>xlvi</sup> (von der Leyen, 2021, para.6). No caso de Michel, o seu desagrado teve como alvo específico a falta de lealdade dos EUA, tendo afirmado que “Os princípios elementares para os aliados são a transparência e a confiança. E o que nós observamos? Nós observamos uma clara falta de transparência e de lealdade”<sup>xli</sup> (Michel, 2021, para.2). Analisando o princípio da externalização, existem vários compromissos que são assumidos pelos intervenientes após o anúncio da criação do AUKUS. O primeiro aspeto é o apoio que foi demonstrado à França, tendo sido destacadas as declarações de Ursula von der Leyen e de Josep Borrell. Von der Leyen assume a sua oposição à Austrália, ao criticar o tratamento que teve perante a França (von der Leyen, 2021). Por seu lado, Borrell afirmou que, em reunião com os Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, foi demonstrada solidariedade para com a França (Borrell, 2021-c). O segundo compromisso que é assumido foi destacado por Charles Michel, tendo afirmado que a consequência do anúncio da criação do AUKUS seria um esforço comunitário, com o intuito de melhorar as capacidades militares da UE (Michel, 2021). Analisando o princípio da socialização, as declarações de von der Leyen tiveram como contexto socio-temporal o anúncio da criação da parceria de segurança trilateral AUKUS, sendo que as declarações de Michel e de Borrell tiveram o seu enquadramento no decurso das suas visitas aos EUA, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, bem como o anúncio, no próprio dia, da estratégia da UE para o Indo-Pacífico. Analisando o princípio da dialetização, observam-se dois tipos de tom de declarações, nomeadamente, as declarações mais diretas e incisivas de von der Leyen e de Michel, e as declarações mais resguardadas e menos extemporâneas de Borrell. Von der Leyen utiliza expressões no seu discurso para demonstrar o seu desagrado, como o caso de “uma forma que não é aceitável” (von der Leyen, 2021, para.6). Charles Michel também utiliza expressões para demonstrar o seu desagrado, numa primeira fase quando afirma “(...) clara falta de transparência e de lealdade” (Michel, 2021, para.2). No entanto, Michel ainda vai mais longe na sua intervenção, mostrando o seu desapontamento para com o atual Presidente dos EUA, Joe Biden, fazendo uma comparação com o que fez o seu antecessor, Donald Trump, afirmando mesmo que “com Trump pelo menos era bastante claro, o tom, a substância, a linguagem, era bastante claro que a UE não era na sua opinião um parceiro útil”<sup>1</sup> (Michel, 2021, para.7). Josep

Borrell faz duas críticas diretas aos países membros do AUKUS, afirmando a “falta de consultas e de comunicação”<sup>li</sup> (Borrell, 2021-c, para.3) e a percepção de uma “(...) imagem negativa de um ocidente descoordenado ou até mesmo dividido”<sup>lii</sup> (Borrell, 2021-c, para.3). No entanto, é menos incisivo no teor das críticas à atitude dos países membros do AUKUS, tentando realçar a existência de uma relação próxima com os parceiros do AUKUS, utilizando a expressão “(...) parceiros próximos que nós somos (...)”<sup>liii</sup> (Borrell, 2021-c, para.3).

## 5. Conclusão

O puzzle de investigação a que esta dissertação pretendeu dar resposta foi a seguinte: qual a relevância das relações bilaterais entre a UE e a Austrália no contexto da segurança e defesa na região do Indo-Pacífico?

Em resposta a esta questão de investigação considero que a relevância das relações bilaterais Austrália-UE, no contexto contemporâneo da segurança e defesa da região do Indo-Pacífico, ainda é reduzida devido a várias razões. Esta dissertação argumentou que a limitação das relações Austrália-UE no campo da segurança e defesa deve-se a dois fatores: o facto do grande foco histórico das relações bilaterais serem as temáticas comerciais e agrícolas e a perspetiva tardia dos responsáveis políticos australianos e das instituições europeias na diversificação das suas relações.

Desde o seu estabelecimento em 1962, o grande foco das relações bilaterais tem sido a vertente comercial e agrícola, muito devido à ligação histórica Austrália-Reino Unido e à importância da agricultura na economia australianas. Note-se que, apenas com a *Agenda para a Cooperação* de 2003 (*Department of Foreign Affairs and Trade*, 2003) e com a Agenda Estrutural de 2008 foram tomados passos concretos e sérios, para que as temáticas da política externa e de segurança pudessem ter um maior espaço nas relações bilaterais Austrália-UE. Em 2017, a UE ainda era vista apenas como um parceiro fundamental na promoção de valores democráticos e na salvaguarda das normas de direito internacional. Apesar da vontade inicial das instituições europeias na diversificação das relações bilaterais, apenas em 2001 a Austrália foi considerada como um parceiro no diálogo de outras temáticas, sendo que somente com as propostas apresentadas por Julia Gillard em 2010 é que existiu um aprofundamento sério no diálogo em matérias de segurança.

O envolvimento da UE no continente asiático no plano da segurança tem sido cada vez maior na última década. No entanto, a UE ainda se encontra aquém do necessário para ser considerado um ator relevante na região no domínio da segurança e defesa. A UE tem demonstrado que pretende ter uma maior intervenção no diálogo sobre a formulação de uma arquitetura de segurança asiática, devido à relação de causalidade entre a segurança e a

importância económica da região para a Europa. Este objetivo tem sido realizado multilateralmente, através da participação e colaboração da União no fórum regional da ASEAN e do reconhecimento da instituição como líder de segurança regional e, como promotor do encontro Ásia-Europa. A UE tem desenvolvido parcerias estratégicas bilaterais no campo da segurança com diversos países da região, tendo obtido sucesso na *Operação Atalanta* e nos dois programas *CRIMARIO*, ambas na região do Indo-Pacífico. No entanto, a tentativa continuada da obtenção do estatuto de membro da Cimeira da Ásia Oriental não tem tido sucesso, devido à falta de um apoio convicto da Austrália. Tais fatores poderão continuar a ser obstáculos futuros para um maior entrosamento da UE no diálogo regional de segurança.

Um outro fator limitativo do aprofundamento das relações Austrália-UE no campo da segurança e defesa respeita ao atraso e à falta de coordenação entre a UE e os estados-membros, na elaboração de uma estratégia comum para o Indo-Pacífico. Josep Borrell já tinha reiterado a importância da formulação de uma estratégia para o Indo-Pacífico no início de 2021 (Borrell, 2021-a). Todavia, a UE apresentou tardiamente a sua estratégia em setembro de 2021, depois de três estados-membros terem apresentado as suas estratégias e da apresentação de estratégias de outros atores, particularmente a Austrália, EUA e Reino Unido. Também não existe uma coordenação efetiva entre os estados-membros da UE sobre a definição geográfica do Indo-Pacífico, nem sobre os objetivos e interesses a alcançar na região. As estratégias apresentadas pela Alemanha, França e Países Baixos também são diferenciadas entre si. A França apresenta uma estratégia baseada no interesse nacional e nas ações a tomar no contexto geopolítico regional de segurança, enquanto as estratégias da Alemanha e dos Países Baixos promovem a diplomacia económica e marítima, exigindo um maior envolvimento da UE no acautelamento dos seus interesses estratégicos regionais. Sendo a França o único país da UE com territórios e uma presença militar permanente no Indo-Pacífico, a UE poderá depender largamente da França na execução da sua estratégia regional de segurança.

A importância geográfica e económica do Indo-Pacífico, o contexto geopolítico cada vez mais complexo e o aumento das interações militares dos principais atores regionais exigem uma estratégia da UE para a região, que inclua uma componente de segurança e de defesa. O Indo-Pacífico é uma região com grande relevância para o comércio internacional e um bloqueio das suas principais vias marítimas poderá ter graves consequências económicas mundiais. O aumento das tensões regionais, as disputas territoriais entre diversos estados, bem como a

construção de infraestruturas militares em territórios disputados, contrárias aos princípios do direito internacional, poderão contribuir para o escalar das tensões regionais. A China tem vindo a demonstrar uma ambição cada vez maior na obtenção de uma hegemonia regional, tendo aumentado exponencialmente as suas capacidades militares e executado com assertividade diversas posições de força, na defesa dos seus interesses. Os EUA possuem uma grande presença militar no Indo-Pacífico e com a continuação da perspectiva do aumento do investimento militar e da sua interação na região como garante securitário, no decurso da administração de Joe Biden, é expectável que os EUA queiram aumentar o seu estatuto regional, como forma de contrariar a ascensão meteórica chinesa e o seu poder de influência política e económica regional. O Japão tem sido o maior contribuidor, juntamente com os EUA, no aumento do número de acordos multilaterais e bilaterais no campo da segurança e defesa no Indo-Pacífico, bem como para o incremento dos exercícios militares dos principais atores regionais. A Coreia do Norte é representada como a maior ameaça de segurança no Indo-Pacífico, com intenções de não recuar no desenvolvimento do seu programa nuclear e dos seus mísseis balísticos.

A Austrália tem demonstrado que a sua política externa está cada vez mais voltada para o Indo-Pacífico – com foco no Pacífico – e no fortalecimento da sua aliança militar com os EUA. Todavia, a degradação das suas relações bilaterais com a China e a sua posição incoerente, por vezes desrespeitosa, para com os países do Pacífico poderão descredibilizar a posição australiana como potência regional no Pacífico e a sua capacidade de influenciar politicamente os estados da região, face à crescente vontade chinesa de influenciar a região. O Reino Unido tem demonstrado que pretende ter um maior envolvimento geopolítico e militar no Indo-Pacífico, investindo em capacidades militares que o possam colocar de novo como um ator securitário relevante na região.

As limitações militares crónicas da UE só permitiram uma cooperação bilateral com a Austrália no campo da segurança em missões exclusivamente civis. As características particulares da UE e as limitações da PCSD, constroem a UE a ter, no plano externo, como objetivo fundamental a manutenção da paz e da estabilidade, não pretendendo envolver-se num confronto belicista. Para além disso, existem limitações na operacionalização, regulamentação e nos objetivos pretendidos pela PCSD e pela PESC, designadamente os constrangimentos dos estados membros na disponibilização dos meios militares. Apesar da introdução de novos

instrumentos financeiros, a UE continuará a ser largamente dependente das contribuições financeiras dos estados-membros. A necessidade de uma aprovação unânime em decisões de política externa e de segurança, e a geometria variável relativa aos interesses de política externa de cada estado-membro, constituem fatores decisivos para a aparente inação securitária da UE e para a atual relevância diminuta enquanto ator securitário no Indo-Pacífico. Apesar da assinatura de acordos em temáticas de segurança, como a troca de informações classificadas, o combate ao terrorismo, a colaboração conjunta na gestão de crises e na presença australiana em fóruns de segurança, a participação australiana no EUCAP Nestor foi de cariz civil e com envolvimento mínimo, fazendo com que a colaboração militar Austrália-UE ainda seja diminuta, não tendo ocorrido um envolvimento militar direto. As situações em que existiu um envolvimento militar no terreno foi de forma indireta, em operações lideradas por estados e organizações internacionais terceiras.

A Austrália tem tido uma evolução constante no seu investimento em políticas de segurança desde 2001. O *2020 Defence Strategic Update* demonstra a ambição australiana em garantir uma maior capacitação das suas forças armadas. A relação muito próxima da Austrália com os EUA irá permitir uma progressiva modernização do seu equipamento militar, melhorando os meios necessários para que as forças armadas possam enfrentar os desafios de segurança globais atuais e futuros. Desde 2015, tem existido uma tendência crescente no investimento em políticas de segurança na UE e a implementação do Fundo de Defesa Europeu será um fator, para a melhoria substancial das capacidades militares dos estados-membros. No entanto, a grande maioria dos estados-membros ainda possui um investimento abaixo dos 2% do PIB e entre os estados-membros ainda existe uma grande disparidade nas capacidades financeiras a alocar para as forças armadas, sendo que com a previsão de conclusão da implementação do Fundo de Defesa Europeu para 2027 e a evolução muito rápida dos desafios de segurança globais, os seus efeitos poderão revelar-se demasiado tardios, sendo fatores limitativos para a efetividade da UE na implementação da sua política de defesa e de segurança global.

A criação do AUKUS relevou-se como um potencial obstáculo nas relações bilaterais entre a UE e os estados-membros da Aliança. A conclusão do acordo AUKUS causou um atrito com a França, um aliado histórico dos três membros da nova Aliança. O AUKUS demonstrou a impaciência e a necessidade australiana na revigoração da sua frota submarina, com a

preferência pela tecnologia nuclear inglesa e americana. A nova Aliança poderá contribuir para a escalada desestabilizadora no Indo-Pacífico, com uma corrida ao armamento e a intensificação da competição militar entre os principais atores regionais. O AUKUS poderá abrir um precedente no direito internacional com a potencial violação do regime de Não Proliferação de Armas Nucleares pelos EUA e pelo Reino Unido, permitindo uma maior transferência de tecnologia nuclear. A reação veemente de altos representantes políticos franceses, conjugada com a importância francesa na UE e os prejuízos financeiros causados ao estado francês, constituem fatores prejudiciais a um aprofundamento a curto prazo das relações bilaterais entre a UE e os membros do AUKUS. O adiamento das negociações do acordo de livre-comércio poderá ser considerada uma consequência direta e reativa da conclusão do acordo AUKUS. No entanto, com o governo australiano de Anthony Albanese, poderá existir a possibilidade do restabelecimento e de uma restauração gradual das relações bilaterais Austrália-França, podendo ser um fator decisivo para o aprofundamento da parceria estratégica Austrália-UE, no âmbito da segurança e da defesa.

Após a realização da análise de discurso político de diversos líderes políticos australianos e das instituições europeias, foram encontradas evidências relevantes ao nível da comunicação dos líderes políticos. Na generalidade dos discursos analisados existem grandes semelhanças nos seus objetivos e intenções. Os objetivos das intervenções analisadas estão principalmente focados no aprofundamento ou na melhoria das relações bilaterais Austrália-UE, excetuando as intervenções de Ursula von der Leyen (von der Leyen, 2021) e de Charles Michel (Michel, 2021), que criticam de forma aberta a assinatura do acordo AUKUS e o procedimento da Austrália perante a França. Na maioria dos discursos, são assumidos diversos compromissos pelos oradores, nomeadamente, uma maior aproximação com as instituições europeias, a formulação e negociação de futuros acordos bem como a demonstração de apoio e solidariedade à França (Rudd, 2008), (Conselho da União Europeia, 2015), (Bishop, 2017), (Borrell, 2021-c). Em todas as intervenções públicas verificam-se diversos contextos socio-temporais, nomeadamente, a realização de visitas oficiais e de cimeiras multilaterais, a finalização de negociações ou a assinatura de acordos bilaterais e multilaterais. Para alcançarem o seu público-alvo, os líderes políticos utilizaram diversas estratégias comunicativas na difusão das suas ideias. As estratégias tiveram vários propósitos, nomeadamente, como forma de aproximação ao seu público-alvo, enfatizando os valores comuns entre a Austrália e a UE, a demonstração de uma homogeneização na comunicação e a acentuação positiva das relações bilaterais

Austrália-UE ou a intenção de criar uma ligação emocional com a sua audiência (Rudd, 2008), (Conselho da União Europeia, 2015), (Bishop, 2017). Finalmente, foram também utilizadas estratégias de comunicação com a intenção de focar diretamente o seu discurso num alvo particular, designadamente declarações mais incisivas, como as declarações de Ursula von der Leyen (von der Leyen, 2021) e de Charles Michel (Michel, 2021), sejam declarações mais diplomáticas, como as declarações de Josep Borrell (Borrell, 2021-c).

A partir da teoria do construtivismo social, verifica-se que a pertinência da utilização da teoria tem por base várias razões. Permitiu analisar as perspetivas da UE sobre a sua abordagem ao Indo-Pacífico, designadamente, a promoção do desenvolvimento dos estados da região e o empoderamento da influência europeia no desenvolvimento da arquitetura securitária regional. Demonstrou que a UE pretende ter uma crescente pretensão regional no Indo-Pacífico. Mostrou que a Austrália mudou a sua visão para com a UE no virar do milénio. Demonstrou que a relação bilateral Austrália-UE é caracterizada pela partilha e concordância de diversos valores e objetivos. Com as declarações públicas de altos responsáveis políticos australianos e das instituições europeias permitiu demonstrar a existência de uma partilha transversal de objetivos, convicções e de valores, no âmbito das relações bilaterais. Caracterizou o tipo de relação bilateral existente entre a Austrália e a UE, demonstrando a existência de uma relação bilateral com alguma dimensão, realçando a necessidade do aprofundamento em matérias de cariz político e securitário. Mostrou como a política externa da Austrália pretende o aumento do seu poder de influência no Indo-Pacífico. Demonstrou as diversas facetas que a Austrália apresenta com os diversos países do Indo-Pacífico. Mostrou a evolução da relação militar Austrália-UE desde do início do século XXI, todavia, ainda demonstra ter um âmbito bastante limitado. Finalmente mostrou como a formulação do AUKUS vai de acordo às pretensões da Austrália de poder ter uma maior preponderância na arquitetura securitária do Indo-Pacífico.

## 6. Bibliografia

Acosta, J., Atwood, K. & Vazquez, M. (2021, September 18). *France recalls its ambassadors to the US and Australia over new national security partnership*. Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2021/09/17/politics/french-ambassador-to-the-us-recalled/index.html>

[Consultado dia 2 de novembro de 2022]

Ahmed, J. (2020). The Theoretical Significance of Foreign Policy in International Relations – An Analyses. *Journal of Critical Reviews*, 7 (2), 787-792. Disponível em:

<http://www.jcreview.com/admin/Uploads/Files/61a743b1835520.33416335.pdf> [Consultado

dia 29 de setembro de 2022]

Albanese, A. (2022, June 24). *Aukus: Australia's new PM vows 'reset' with France after submarine row*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-australia-61919761>

[Consultado dia 3 de novembro de 2022]

Aljazeera. (2019, May 23). *US, Japan, South Korea, Australia hold first joint naval drills*.

Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/5/23/us-japan-south-korea-australia-hold-first-joint-naval-drills> [Consultado dia 28 de outubro de 2022]

Antunes, S., Camisão, I. (2017). Realism. In McGlinchey, S. (Ed.), Walters, R. (Ed.), Scheinflug, C. (Ed.). *International Relations Theory* (1st ed., pp.15-21). Disponível em:

<https://www.e-ir.info/publication/international-relations-theory/> [Consultado dia 30 de janeiro de 2023]

Ashton, K. (2011, October 31). *Australia-European Union Ministerial Consultations*.

Disponível em:

<https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/search/display/display.w3p;query=Id:%22media/pressrel/1436978%22> [Consultado dia 15 de novembro de 2022]

Atanassova-Cornelis, E. (2020) Alignment Cooperation and Regional Security Architecture in the Indo-Pacific. *The International Spectator*, 55 (1), 18-33. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03932729.2020.1712132?journalCode=rspe20>

[Consultado dia 27 de outubro de 2022]

Australian Department of Defence. (2020, July 1). *2020 Defence Strategic Update*.

Disponível em: <https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/2020-defence-strategic-update> [Consultado dia 25 de outubro de 2022]

Banco Mundial. (2022-a). *Military expenditure (current USD) – Australia*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.CD?locations=AU> [Consultado dia 22 de novembro de 2022]

Banco Mundial. (2022-b). *Military expenditure (% of GDP) – Australia*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=AU> [Consultado dia 22 de novembro de 2022]

Banco Mundial. (2022-c). *Military expenditure (current USD) - European Union*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.CD?locations=EU> [Consultado dia 5 de dezembro de 2022]

Banco Mundial. (2022-d). *Military expenditure (% of GDP) - European Union*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=EU> [Consultado dia 5 de dezembro de 2022]

Barroso, J. (2008, April 2). *Joint Press Conference with Josse Barroso, President of the European Commission, Brussels, Belgium*. Disponível em: [https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/download/media/pressrel/TH2Q6/upload\\_binary/th2q62.pdf;fileType=application/pdf](https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/download/media/pressrel/TH2Q6/upload_binary/th2q62.pdf;fileType=application/pdf) [Consultado dia 18 de novembro de 2022]

Barroso, J. (2010, October 4). *José Manuel Durão Barroso President of the European Commission Statement by President Barroso following his meeting with Julia Gillard, Prime Minister of Australia Joint press point Brussels, 4 October 2010*. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_10\\_509](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_10_509) [Consultado dia 15 de novembro de 2022]

BBC. (2022-a, November 21). *North Korea: What missiles does it have?.* Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-41174689> [Consultado dia 7 de dezembro de 2022]

BBC. (2022-b, June 11). *Aukus: Australia to pay €555m settlement to French firm*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-australia-61770012> [Consultado dia 3 de novembro de 2022]

BBC. (2021, September 16). *Aukus: UK, US and Australia launch pact to counter China*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-58564837> [Consultado dia 26 de outubro de 2022]

BBC. (2019, April 26). *North Korea profile – Timeline*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-15278612> [Consultado dia 7 de dezembro de 2022]

BBC. (2018, November 17). *US to join Australia in Papua New Guinea naval base plan*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-46247446> [Consultado dia 4 de novembro de 2022]

BBC. (2014, November 10). *How uninhabited islands soured China-Japan ties*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11341139> [Consultado dia 5 de novembro de 2022]

Biden, J. (2021, September 15). *Remarks by President Biden, Prime Minister Morrison of Australia, and Prime Minister Johnson of the United Kingdom Announcing the Creation of AUKUS*. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/09/15/remarks-by-president-biden-prime-minister-morrison-of-australia-and-prime-minister-johnson-of-the-united-kingdom-announcing-the-creation-of-aukus/> [Consultado dia 26 de outubro de 2022]

Birtles, B. (2022, April 20). *China's security pact with Solomon Islands signals a new era in the South Pacific for Australia and its allies*. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2022-04-21/china-in-the-solomon-islands-as-it-expands-into-south-pacific/101001458> [Consultado dia 14 de dezembro de 2022]

Bishop, J. (2017, August 8). *EU-Australia sign Framework Agreement for closer cooperation*. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/node/30843\\_en](https://www.eeas.europa.eu/node/30843_en) [Consultado dia 31 de outubro de 2022]

Bishop, J. (2016, September 8). *Joint press release on the launch of the EU-Australia leadership forum*. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/node/9541\\_en](https://www.eeas.europa.eu/node/9541_en) [Consultado dia 31 de outubro de 2022]

- Bojang, A. (2018). The Study of Foreign Policy in International Relations. *Journal of Political Sciences & Public Affairs*, 6 (4), 1-9. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/330476527\\_The\\_Study\\_of\\_Foreign\\_Policy\\_in\\_International\\_Relations](https://www.researchgate.net/publication/330476527_The_Study_of_Foreign_Policy_in_International_Relations) [Consultado dia 29 de setembro de 2022]
- Borrell, J. (2021-c). (2021, September 25). *United Nations General Assembly: One week in New York*. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/eeas/united-nations-general-assembly-one-week-new-york\\_en](https://www.eeas.europa.eu/eeas/united-nations-general-assembly-one-week-new-york_en) [Consultado dia 3 de novembro de 2022]
- Borrell, J. (2021-b, September 19). *Malaysia warns Australia nuclear submarine project could 'provoke other powers' in Asia*. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2021-09-19/malaysia-indonesia-criticise-australian-submarine-about-face/100474056> [Consultado dia 3 de novembro de 2022]
- Borrell, J. (2021-a). (2021, March 12). *The EU needs a strategic approach for the Indo-Pacific*. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-needs-strategic-approach-indo-pacific\\_en](https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-needs-strategic-approach-indo-pacific_en) [Consultado dia 10 de novembro de 2022]
- Brooke-Holland, L. (2021, October 11). *Integrated Review 2021: The defence tilt to the Indo-Pacific October*. Disponível em: <https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/CBP-9217/CBP-9217.pdf> [Consultado dia 25 de novembro de 2022]
- Buzan, B., Waever, O. (2003). *Regions and Powers - The Structure of International Security*. Disponível em: <https://ir101.co.uk/wp-content/uploads/2018/11/Buzan-Waever-2003-Regions-and-Powers-The-Structure-of-International-Security.pdf> [Consultado dia 30 de janeiro de 2023]
- Casarini, N. (2020). Rising to the Challenge: Europe's Security Policy in East Asia amid US-China Rivalry. *The International Spectator*, 55 (1), 78-92. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03932729.2020.1712133> [Consultado dia 15 de novembro de 2022]
- Casa Branca. (2022, February). *Indo-Pacific Strategy of the United States*. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf> [Consultado dia 17 de novembro de 2022]

Cheng, M. (2022). AUKUS: The Changing Dynamic and Its Regional Implications. *European Journal of Development Studies*, 2 (1), 1-7. Disponível em: <https://www.ej-develop.org/index.php/ejdevelop/article/view/63> [Consultado dia 26 de outubro de 2022]

China Power Team. (2017, August 2). "How Much Trade Transits the South China Sea?". Disponível em: <https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/> [Consultado dia 31 de outubro de 2022]

Clinton, H. (2011, October 11). *America's Pacific Century*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/> [Consultado dia 9 de novembro de 2022]

Comissão Europeia. (2022). *Australia*. Disponível em: [https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/australia\\_en](https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/australia_en) [Consultado dia 20 de dezembro de 2022]

Comissão Europeia. (2006, May 29). *Communication from the Commission to the Council, the European Parliament and the European Economic and Social Committee - EU relations with the Pacific Islands - A strategy for a strengthened partnership*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52006DC0248> [Consultado dia 18 de novembro de 2022]

Commonwealth of Australia (2017, October). *AUSTRALIA'S INTERNATIONAL CYBER ENGAGEMENT STRATEGY*. Disponível em: <https://www.internationalcybertech.gov.au/sites/default/files/2020-11/The%20Strategy.pdf> [Consultado dia 15 de novembro de 2022]

Congressional Research Service. (2022-b, August 30). *U.S. Ground Forces in the Indo-Pacific: Background and Issues for Congress*. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R47096> [Consultado dia 14 de dezembro de 2022]

Congressional Research Service. (2022-a, January 26). *U.S.-China Strategic Competition in South and East China Seas: Background and Issues for Congress*. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/row/R42784.pdf> [Consultado dia 31 de outubro de 2022]

Conifer, D. (2018, October 17). *Environment Minister Melissa Price accused of dinner-time slur against Pacific Island nations*. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2018-10-17/melissa-price-denies-insulting-former-kiribati-president/10387494> (Consultado dia 8 de novembro de 2022]

Conselho da União Europeia. (2022, October 21). *EU-Australia relations: framework agreement enters into force today*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2022/10/21/eu-australia-relations-framework-agreement-enters-into-force-today/> [Consultado dia 7 de novembro de 2022]

Conselho da União Europeia. (2021, April 16). *EU Strategy for cooperation in the Indo-Pacific - Council conclusions*. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7914-2021-INIT/en/pdf> [Consultado dia 10 de novembro de 2022]

Conselho da União Europeia. (2020, December 14). *Provisional agreement reached on setting-up the European Defence Fund*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2020/12/14/provisional-agreement-reached-on-setting-up-the-european-defence-fund/> [Consultado dia 20 de dezembro de 2022]

Conselho da União Europeia (2019, May 27). *Cimeira do G20, Antália, 15-16 de novembro de 2015*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2015/11/15-16/> [Consultado dia 1 de Maio de 2023]

Conselho da União Europeia. (2018, May 28). *Enhanced EU Security Cooperation in and with Asia - Council conclusions*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/35456/st09265-re01-en18.pdf> [Consultado dia 10 de novembro de 2022]

Conselho da União Europeia. (2015, November 15). *Joint statement by President Donald Tusk, President Jean-Claude Juncker and Prime Minister of Australia Malcolm Turnbull*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2015/11/15/pec-tusk-joint-statement-australia/pdf> [Consultado dia 2 de novembro de 2022]

Conselho Europeu. (2022). *European Peace Facility*. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/european-peace-facility/> [Consultado dia 20 de dezembro de 2022]

Cordis. (1997, July 23). *EU - Australia Joint Science and Technology Cooperation Committee*. Disponível em: <https://cordis.europa.eu/article/id/8700-eu-australia-joint-science-and-technology-cooperation-committee> [Consultado dia 23 de novembro de 2022]

CSIS. (2017, October 18). *Defining Our Relationship with India for the Next Century: An Address by U.S. Secretary of State Rex Tillerson*. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/defining-our-relationship-india-next-century-address-us-secretary-state-rex-tillerson> [Consultado dia 16 de novembro de 2022]

Das, U. (2019, July 13). *What Is the Indo-Pacific?*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/07/what-is-the-indo-pacific/> [Consultado dia 29 de setembro de 2022]

D'Ambrogio, E. (2021, April). *Prospects for EU-Asia connectivity - The 'European way to connectivity'*. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/690534/EPRS\\_BRI\(2021\)690534\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/690534/EPRS_BRI(2021)690534_EN.pdf) [Consultado dia 9 de novembro de 2022]

Delegação da União Europeia para a Austrália. (2021, July 21). *The European Union and Australia*. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/australia/european-union-and-australia\\_en?s=163](https://www.eeas.europa.eu/australia/european-union-and-australia_en?s=163) [Consultado dia 20 de dezembro de 2022]

Department of Foreign Affairs and Trade. (2022). *European Union brief*. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/geo/europe/european-union/european-union-brief> [Consultado dia 20 de dezembro de 2022]

Department of Foreign Affairs and Trade. (2019, September). *STEPPING UP AUSTRALIA'S ENGAGEMENT WITH OUR PACIFIC FAMILY*. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/stepping-up-australias-engagement-with-our-pacific-family.pdf> [Consultado dia 7 de novembro de 2022]

Department of Foreign Affairs and Trade (2003). *Australia and the European Union: an agenda for cooperation*. Disponível em: [https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/au\\_eu\\_agenda\\_coop\\_0303.pdf](https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/au_eu_agenda_coop_0303.pdf) [Consultado dia 3 de Maio de 2023]

Department of Political Science of the University of Wisconsin-Madison. (2022).

*International Relations*. Disponível em: <https://polisci.wisc.edu/international-relations/>

[Consultado dia 20 de dezembro de 2022]

Departamento de Defesa dos Estados Unidos. (2021, November 3). *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Disponível em:

<https://media.defense.gov/2021/Nov/03/2002885874/-1/-1/0/2021-CMPR-FINAL.PDF>

[Consultado dia 14 de novembro de 2022]

Drake-Brockman, J. & Messerlin, P. (Eds.). (2018). *Potential Benefits of an Australia-EU Free Trade Agreement: Key Issues and Options*. Disponível em:

<https://library.oopen.org/handle/20.500.12657/28214> [Consultado dia 19 de dezembro de

2022]

Dutton, P. (2015, September 11). *Pacific leaders respond to Australian minister's sea level remarks*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/australia-news/2015/sep/11/pacific-leaders-australian-minister-sea-levels-tony-de-brum-marshall-islands> [Consultado dia 8 de

novembro de 2022]

ECPR. (2015). *Analysing Political Discourse: Confronting Approaches*. Disponível em:

<https://ecpr.eu/Events/Event/SectionDetails/461> [Consultado dia 25 de janeiro de 2023]

EIA. (2018, August 27). *More than 30% of global maritime crude oil trade moves through the South China Sea*. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=36952>

[Consultado dia 31 de outubro de 2022]

EIA. (2017, November 2). *Almost 40% of global liquefied natural gas trade moves through the South China Sea*. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=33592>

[Consultado dia 31 de outubro de 2022]

Elijah, A., Kenyon, D., Hussey, K. & van der Eng, P. (2017). *Australia, the European Union and the New Trade Agenda*. Disponível em:

<https://library.oopen.org/bitstream/handle/20.500.12657/31269/633015.pdf?sequence=1&isAllowed=y> [Consultado dia 30 de janeiro de 2023]

Eroukhmanoff, C. (2018, January 14). *Securitisation Theory: An Introduction*. Disponível em:

<https://www.e-ir.info/pdf/72393> [Consultado dia 30 de janeiro de 2023]

EUNAVFOR. (2023). *Mission*. Disponível em: <https://eunavfor.eu/mission> [Consultado dia 4 de Maio de 2023]

EU Crimario. (2022). *RATIONALE & OBJECTIVES*. Disponível em: <https://www.crimario.eu/en/the-project/rationale-objectives/> [Consultado dia 25 de novembro de 2022]

Fathi, R. (2021, September 24). *Why the Australia-France submarine deal collapse was predictable*. Disponível em: <https://theconversation.com/why-the-australia-france-submarine-deal-collapse-was-predictable-168526> [Consultado dia 15 de dezembro de 2022]

Fiott, D. & Simón, L. (Eds.). (December, 2022). *Centre of Gravity: Security and Defence in the Indo-Pacific - What Role for the European Union*. Disponível em: <https://brussels-school.be/sites/default/files/Centre-Of-Gravity-December-2022.pdf> [Consultado dia 11 de maio de 2023]

FMI. (2022). *GDP, current prices*. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD> [Consultado dia 20 de dezembro de 2022]

Folarin, S. (2017, December 20). *Student Feature – Foreign Policy*. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2017/12/20/student-feature-foreign-policy/> [Consultado dia 29 de setembro de 2022]

France 24. (2020, October 1). *EU postpones long-planned trade talks with Australia over submarine row*. Disponível em: <https://www.france24.com/en/europe/20211001-eu-postpones-trade-talks-with-australia-amid-submarine-row> [Consultado dia 3 de novembro de 2022]

France Diplomacy. (2021, November). *The Indo-Pacific region: a priority for France*. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/asia-and-oceania/the-indo-pacific-region-a-priority-for-france/> [Consultado dia 10 de novembro de 2022]

German Federal Foreign Office. (2021, October 28). *The Indo-Pacific region*. Disponível em: <https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/regionaleschwerpunkte/asien/indo-pacific/2493040> [Consultado dia 11 de maio de 2023]

German Federal Foreign Office. (2020, August). *Policy guidelines for the Indo-Pacific*. Disponível em: <https://www.auswaertiges-amt.de/blob/2380514/f9784f7e3b3fa1bd7c5446d274a4169e/200901-indo-pazifik-leitlinien--1--data.pdf> [Consultado dia 11 de novembro de 2022]

Gillard, J. (2010, October 4). *Gillard seeks closer ties with Europe*. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2010-10-05/gillard-seeks-closer-ties-with-europe/2284954> [Consultado dia 15 de novembro de 2022]

Global Fire Power. (2022-b). *Military Aircraft Strength (2022)*. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/aircraft-total.php> [Consultado dia 14 de dezembro de 2022]

Global Fire Power. (2022-a). *Navy Fleet Strength by Country (2022)*. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/navy-ships.php> [Consultado dia 14 de dezembro de 2022]

Governo da Austrália. (2017, November). *2017 Foreign Policy White Paper*. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/publications/minisite/2017-foreign-policy-white-paper/fpwhitepaper/pdf/2017-foreign-policy-white-paper.pdf> [Consultado dia 25 de outubro de 2022]

Governo dos Países Baixos. (2020, November 13). *Indo-Pacific: Guidelines for strengthening Dutch and EU cooperation with partners in Asia*. Disponível em: <https://www.government.nl/documents/publications/2020/11/13/indo-pacific-guidelines> [Consultado dia 11 de novembro de 2022]

Governo do Reino Unido. (2021, March 16). *Global Britain in a Competitive Age: the Integrated Review of Security, Defence, Development and Foreign Policy*. Disponível em: [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/975077/Global\\_Britain\\_in\\_a\\_Competitive\\_Age\\_the\\_Integrated\\_Review\\_of\\_Security\\_Defence\\_Development\\_and\\_Foreign\\_Policy.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/975077/Global_Britain_in_a_Competitive_Age_the_Integrated_Review_of_Security_Defence_Development_and_Foreign_Policy.pdf) [Consultado dia 25 de novembro de 2022]

Grare, F. & Reuter, M. (2021, September 13). *Moving closer: European views of the Indo-Pacific*. Disponível em: <https://ecfr.eu/special/moving-closer-european-views-of-the-indo-pacific/#analysis-by-country> [Consultado dia 11 de novembro de 2022]

G20. (2023, April 25). *About G20*. Disponível em: <https://www.g20.org/en/about-g20/> [Consultado dia 1 de Maio de 2023]

Haferkamp, W. (1978, June 9). *Opening remarks of Vice-President W. Haferkamp (Bilateral Consultations between Australia and the EC-Commission, June 9, 1978)*. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/11209/1/11209.pdf> [Consultado dia 17 de novembro de 2022]

Hayton, B. (2021, July). *The Carrier Strike Group in the South China Sea*. Disponível em: <https://www.geostrategy.org.uk/app/uploads/2021/07/GPE03-27072021.pdf> [Consultado dia 25 de novembro de 2022]

Heiduk, F. (2021, August). *A Delicate Mission: The Frigate Bayern, the Rules-Based International Order and the Status of Diego Garcia*. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/en/publication/a-delicate-mission-the-frigate-bayern-the-rules-based-international-order-and-the-status-of-diego-garcia> [Consultado dia 25 de novembro de 2022]

Henriques, J.N. (2003). *Securitário. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/securitario/11381> [Consultado dia 16 de fevereiro de 2023]

Horimoto, T. (2018, October 9). *The Free and Open Indo-Pacific Strategy: India's Wary Response*. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/currents/d00436/the-free-and-open-indo-pacific-strategy-india%E2%80%99s-wary-response.html> [Consultado dia 16 de novembro de 2022]

Iuppa, G. (2020, October). *An "Indo-Pacific" Outlook for the European Union*. Disponível em: <https://www.eias.org/wp-content/uploads/2019/07/IPO-Briefing-Paper.pdf> [Consultado dia 31 de outubro de 2022]

Jennings, P. (2017, June 5). *Australia-EU Cooperation on Security, Foreign Policy and Development*. Disponível em: <https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/australia-eu-security-cooperation/> [Consultado dia 31 de outubro de 2022]

Johnson, B. (2021, September 15). *Remarks by President Biden, Prime Minister Morrison of Australia, and Prime Minister Johnson of the United Kingdom Announcing the Creation of AUKUS*. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches->

[remarks/2021/09/15/remarks-by-president-biden-prime-minister-morrison-of-australia-and-prime-minister-johnson-of-the-united-kingdom-announcing-the-creation-of-aucus/](https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/09/15/remarks-by-president-biden-prime-minister-morrison-of-australia-and-prime-minister-johnson-of-the-united-kingdom-announcing-the-creation-of-aucus/)

[Consultado dia 26 de outubro de 2022]

Jornal Oficial da União Europeia. (2016, June 7). *Tratado da União Europeia (Versão Consolidada)*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016M/TXT> [Consultado dia 4 de Maio de 2023]

Jornal Oficial da União Europeia. (2010, January 13). *Agreement between Australia and the European Union on the security of classified information*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A22010A0130%2801%29> [Consultado dia 3 de novembro de 2022]

Kenzhekanova, K. (2015). Linguistic Features of Political Discourse. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 6 (6), 192-199. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/283657962\\_Linguistic\\_Features\\_of\\_Political\\_Discourse](https://www.researchgate.net/publication/283657962_Linguistic_Features_of_Political_Discourse) [Consultado dia 29 de setembro de 2022]

Keohane, R. (2012). Twenty Years of Institutional Liberalism. *International Relations*, 26 (2), 125-138. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0047117812438451> [Consultado dia 29 de setembro de 2022]

Keohane, R., Martin, L. (1995). The Promise of Institutional Theory. *International Security* (pp. 39-51). Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/236794989\\_The\\_Promise\\_of\\_Institutional\\_Theory](https://www.researchgate.net/publication/236794989_The_Promise_of_Institutional_Theory) [Consultado dia 29 de setembro de 2022]

Kharpal, A. (2018, August 23). *Huawei and ZTE banned from selling 5G equipment to Australia*. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2018/08/23/huawei-and-zte-banned-from-selling-5g-equipment-to-australia.html> [Consultado dia 4 de novembro de 2022]

Klingner, B. (2022, November 21). *North Korea's Increasing Nuclear and Missile Threat to the U.S. and Its Allies*. Disponível em: <https://www.heritage.org/asia/report/north-koreas-increasing-nuclear-and-missile-threat-the-us-and-its-allies> [Consultado dia 7 de dezembro de 2022]

Knaus, C., Phillips, T. (2017, December 9). *Turnbull says Australia will 'stand up' to China as foreign influence row heats up*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/australia-news/2017/dec/09/china-says-turnbulls-remarks-have-poisoned-the-atmosphere-of-relations>

[Consultado dia 4 de novembro de 2022]

Knecht, T., Weatherford, M. (2006). Public Opinion and Foreign Policy: The Stages of Presidential Decision Making. *International Studies Quarterly*, 50 (3), 705-727. Disponível em: <https://academic.oup.com/isq/article/50/3/705/1803927> [Consultado dia 20 de dezembro de 2022]

Koremenos, B., Lipson, C. & Snidal, D. (2001). The Rational Design of International Institutions. *International Organization*, 55 (4), 761-799. Disponível em: <https://library.fes.de/libalt/journals/swetsfulltext/12451600.pdf> [Consultado dia 30 de janeiro de 2023]

Kuo, M. (2018, January 25). *The Origin of 'Indo-Pacific' as Geopolitical Construct*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/01/the-origin-of-indo-pacific-as-geopolitical-construct/> [Consultado dia 29 de setembro de 2022]

Lamont, C. & Boduszycki, M. (2020). *Research Methods in Politics and International Relations*. London: SAGE Publications Ltd.

Le Drian, J.Y. (2021, September 16). *'Stab in the back': French fury as Australia scraps submarine deal*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/sep/16/stab-in-the-back-french-fury-australia-scraps-submarine-deal> [Consultado dia 2 de novembro de 2022]

Legrand, J. (2021, September). *Common security and defence policy*. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/159/common-security-and-defence-policy#\\_ftn1](https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/159/common-security-and-defence-policy#_ftn1) [Consultado dia 14 de novembro de 2022]

Malmström, C. (2018, June 18). *EU and Australia launch talks for a broad trade agreement*. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_18\\_4164](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_18_4164) [Consultado dia 15 de novembro de 2022]

Matera, M. (2018). Enhanced European Union–Australia security cooperation through crisis management. *Australian Journal of International Affairs*, 72 (3), 224-239. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10357718.2018.1453478> [Consultado dia 3 de novembro de 2022]

Matera, M. & Murray, P. (2018). Australia's relationship with the European Union: from conflict to cooperation. *Australian Journal of International Affairs*, 72 (3), 179-193. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10357718.2018.1453475> [Consultado dia 2 de novembro de 2022]

Mayring, P. (2014, January). *Qualitative content analysis - theoretical foundation, basic procedures and software solution*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266859800> [Qualitative content analysis - theoretical foundation basic procedures and software solution](https://www.researchgate.net/publication/266859800) [Consultado dia 16 de Maio de 2023]

McCann, W. (2018, June 19). *U.S., JMSDF, Indian Naval Forces Conclude Malabar 2018*. Disponível em: <https://www.pacom.mil/Media/News/News-Article-View/Article/1554776/us-jmsdf-indian-naval-forces-conclude-malabar-2018/> [Consultado dia 28 de outubro de 2022]

McDonald, M. (2008, December 1). Securitization and the Construction of Security. *European Journal of International Relations*, 14 (4), 563-587. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1354066108097553?journalCode=ejta> [Consultado dia 29 de janeiro de 2023]

McGlinchey, S. (2017, January 8). *Diplomacy*. Disponível em: <https://www.e-ir.info/pdf/67015> [Consultado dia 29 de setembro de 2022]

McGlinchey, S., Walters, R. & Scheinpflug, C. (Eds.). (2017). *International Relations Theory*. Bristol: E-International Relations Publishing

McLennan, B. (2020, July 17). *Australia's growing defence relationship with France*. Disponível em: <https://www.aspistrategist.org.au/australias-growing-defence-relationship-with-france/> [Consultado dia 15 de dezembro de 2022]

Michel, C. (2021, September 21). *EU chief Michel denounces 'lack of loyalty' by US*. Disponível em: <https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/eu-chief-michel-denounces-lack-of-loyalty-by-us/> [Consultado dia 3 de novembro de 2022]

Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França. (2022, February). *France's Indo-Pacific Strategy*. Disponível em:

[https://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/en\\_dcp\\_a4\\_indopacifique\\_022022\\_v1-4\\_web\\_cle878143.pdf](https://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/en_dcp_a4_indopacifique_022022_v1-4_web_cle878143.pdf) [Consultado dia 10 de novembro de 2022]

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Austrália. (2018, October 8). *Framework Agreement between the European Union and Australia is provisionally applied*. Disponível em:

<https://www.foreignminister.gov.au/minister/marise-payne/media-release/framework-agreement-between-european-union-and-australia-provisionally-applied> [Consultado dia 7 de novembro de 2022]

Mishra, R. & Wang, P.B. (2021, August 12). *The Five Power Defence Arrangements: time for the 'quiet achiever' to emerge*. Disponível em: <https://www.aspistrategist.org.au/the-five-power-defence-arrangements-time-for-the-quiet-achiever-to-emerge/> [Consultado dia 25 de novembro de 2022]

Modi, M. (2018, June 1). *Keynote Speech Shri Narendra Modi, Prime Minister of India*.

Disponível em: <https://www.iiss.org/events/shangri-la-dialogue/shangri-la-dialogue-2018> [Consultado dia 16 de novembro de 2022]

Mogherini, F. (2017, August 8). *EU-Australia sign Framework Agreement for closer cooperation*. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/node/30843\\_en](https://www.eeas.europa.eu/node/30843_en) [Consultado dia 31 de outubro de 2022]

Mogherini, F. (2016, September 8). *Joint press release on the launch of the EU-Australia leadership forum*. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/node/9541\\_en](https://www.eeas.europa.eu/node/9541_en) [Consultado dia 31 de outubro de 2022]

Morrison, S. (2021, September 15). *Remarks by President Biden, Prime Minister Morrison of Australia, and Prime Minister Johnson of the United Kingdom Announcing the Creation of AUKUS*. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/09/15/remarks-by-president-biden-prime-minister-morrison-of-australia-and-prime-minister-johnson-of-the-united-kingdom-announcing-the-creation-of-aukus/>

[Consultado dia 26 de outubro de 2022]

- Munro, K. (2017, December 6). *A brief history of immigration to Australia*. Disponível em: <https://www.sbs.com.au/news/a-brief-history-of-immigration-to-australia> [Consultado dia 29 de setembro de 2022]
- Murray, P. (2018). Australia's engagement with the European Union: partnership choices and critical friends. *Australian Journal of International Affairs*, 72 (3), 208-223. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10357718.2018.1453477> [Consultado dia 31 de outubro de 2022]
- Murray, P. (2005). *Australia and the European Superpower*. Disponível em: <https://epdf.tips/australia-and-the-european-superpower-engaging-with-the-european-union-academic-.html> [Consultado dia 8 de novembro de 2022]
- Murray, P. & Matera, M. (2019-b). (2019, October). *Australia and the European Union: Towards Deeper Engagement*. Disponível em: [https://arts.unimelb.edu.au/\\_data/assets/pdf\\_file/0018/3261060/TANPEAR-Policy-Report-2.pdf](https://arts.unimelb.edu.au/_data/assets/pdf_file/0018/3261060/TANPEAR-Policy-Report-2.pdf) [Consultado dia 15 de novembro de 2022]
- Murray, P. & Matera, M. (2019-a). (2019, May). *Australia and the European Union: Trends and Current Synergies*. Disponível em: [https://arts.unimelb.edu.au/\\_data/assets/pdf\\_file/0009/3078720/tanpear-policy-report-2019.pdf](https://arts.unimelb.edu.au/_data/assets/pdf_file/0009/3078720/tanpear-policy-report-2019.pdf) [Consultado dia 15 de novembro de 2022]
- Murray, P. & Benvenuti, A. (2014). EU-Australia Relations at Fifty: Reassessing a Troubled Relationship. *Australian Journal of Politics and History*, 60 (3), 431-448. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ajph.12068> [Consultado dia 31 de outubro de 2022]
- Murray, P., Elijah, A. & O'Brien, C. (2002). Common ground, worlds apart: The development of Australia's relationship with the European Union. *Australian Journal of International Affairs*, 56 (3), 395-416. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1035771022000019723> [Consultado dia 2 de novembro de 2022]
- Mussadi, M. & Pulipaka, S. (2021, September 21). *In Defence of the 'Indo-Pacific' Concept*. Disponível em: <https://www.orfonline.org/wp->

[content/uploads/2021/09/ORF\\_IssueBrief\\_493\\_Indo-PacificConcept.pdf](#) [Consultado dia 29 de setembro de 2022]

Nações Unidas. (2005). *Vienna Convention on Diplomatic Relations 1961*. Disponível em: [https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/9\\_1\\_1961.pdf](https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/9_1_1961.pdf) [Consultado dia 20 de dezembro de 2022]

Naval Group. (2022). *Governance*. Disponível em: <https://www.naval-group.com/en/governance> [Consultado dia 2 de novembro de 2022]

OTAN. (2023, April 5). *Member countries*. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_52044.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52044.htm) [Consultado dia 1 de Maio de 2023]

OTAN. (2021, August 25). *Relations with Australia*. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_48899.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_48899.htm) [Consultado dia 5 de dezembro de 2022]

OTAN. (2014, September 5). *Wales Summit Declaration*. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_112964.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm) [Consultado dia 15 de dezembro de 2022]

Pacheco Pardo, R. & Leveringhaus, N. (December, 2021). *Security and defence in the Indo-Pacific: What is at stake for the EU and its strategy?*. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2022/653660/EXPO\\_IDA\(2022\)653660\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2022/653660/EXPO_IDA(2022)653660_EN.pdf) [Consultado dia 9 de novembro de 2022]

Pacific Air Forces. (2022, January 26). *Australia, Japan, US converge on Guam for Cope North 22*. Disponível em: <https://www.pacaf.af.mil/News/Article-Display/Article/2913782/australia-japan-us-converge-on-guam-for-cope-north-22/> [Consultado dia 28 de outubro de 2022]

Pajon, C. (2018). France and Japan: the Indo-Pacific as a springboard for a strategic partnership. In L. Simón & U, Speck (Eds.). *Natural partners? Europe, Japan and security in the Indo-Pacific* (p. 11-14). Disponível em: <https://media.realinstitutoelcano.org/wp-content/uploads/2021/10/policy-paper-2018-natural-partners-europe-japan-security-indo-pacific.pdf> [Consultado dia 27 de outubro de 2022]

Parry, M. (2022, September). *Australia's strategic view of the Indo-Pacific*. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/698917/EPRS\\_BRI\(2022\)698917\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/698917/EPRS_BRI(2022)698917_EN.pdf) [Consultado dia 9 de novembro de 2022]

Philippe, S. (2021, September 17). *The new Australia, UK, and US nuclear submarine announcement: a terrible decision for the nonproliferation regime*. Disponível em: <https://thebulletin.org/2021/09/the-new-australia-uk-and-us-nuclear-submarine-announcement-a-terrible-decision-for-the-nonproliferation-regime/> [Consultado dia 3 de novembro de 2022]

Phillips, T., Holes, O. & Bowcott, O. (2016, July 12). *Beijing rejects tribunal's ruling in South China Sea case*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/jul/12/philippines-wins-south-china-sea-case-against-china> [Consultado dia 3 de novembro de 2022]

Popper, K. (2005). Falsifiability as a Criterion of Demarcation. *The Logic of Scientific Discovery*. (5th ed., pp. 18-19). Disponível em: <http://strangebeautiful.com/other-texts/popper-logic-scientific-discovery.pdf> [Consultado dia 29 de setembro de 2022]

Puig, G.V. (2018). Drivers and difficulties in the economic relationship between Australia and the European Union: from conflict to cooperation. *Australian Journal of International Affairs*, 72 (3), 240-254. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10357718.2018.1453479> [Consultado dia 25 de novembro de 2023]

Rudd, K. (2008, April 2). *Joint Press Conference with Josse Barroso, President of the European Commission, Brussels, Belgium*. Disponível em: [https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/download/media/pressrel/TH2Q6/upload\\_binary/th2q62.pdf;fileType=application/pdf](https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/download/media/pressrel/TH2Q6/upload_binary/th2q62.pdf;fileType=application/pdf) [Consultado dia 18 de novembro de 2022]

Rudd, K. (2011, October 31). *Australia-European Union Ministerial Consultations*. Disponível em: <https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/search/display/display.w3p;query=Id:%22media/pressrel/1436978%22> [Consultado dia 15 de novembro de 2022]

Salameh, M. (2018, August 13). *How Vulnerable are the World's Key Oil Chokepoints*.

Disponível em: <https://www.energymanagementcentre.eu/views-on-energy-news/chokepoints/> [Consultado dia 31 de outubro de 2022]

Satam, P. (2022, July 2). *Debuting At World's Largest Military Drills – US' 'New Littoral Regiment' Aims To Deflate China Threat At RIMPAC*. Disponível em:

<https://eurasianimes.com/debuting-at-worlds-largest-military-drills-us-new-littoral-regiment/> [Consultado dia 28 de outubro de 2022]

Scott, D. (2019, January 23). *India converges with the US on the Indo-Pacific, to delicately "constrain" China*. Disponível em:

<https://lkyspp.nus.edu.sg/research/publications/details/china-india-brief-131> [Consultado dia 16 de novembro de 2022]

Serviço das Publicações da União Europeia. (2001, September 4). *Communication from the Commission - Europe and Asia: A Strategic Framework for Enhanced Partnerships*.

Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/77f3c2a2-bd32-45e9-9440-da0a63d0cbbd> [Consultado dia 17 de novembro de 2022]

Serviço Europeu de Ação Externa. (2021-b, September 20). *Australia: High Representative/Vice-President Josep Borrell meets Foreign Minister, Marise Payne*.

Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/eeas/australia-high-representativevice-president-josep-borrell-meets-foreign-minister-marise-payne\\_en](https://www.eeas.europa.eu/eeas/australia-high-representativevice-president-josep-borrell-meets-foreign-minister-marise-payne_en) [Consultado dia 22 de novembro de 2022]

Serviço Europeu de Ação Externa. (2021-a, September 16). *Joint communication on the Indo-Pacific*. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/eeas/joint-communication-indo-pacific\\_en](https://www.eeas.europa.eu/eeas/joint-communication-indo-pacific_en) [Consultado dia 18 de novembro de 2022]

Serviço Europeu de Ação Externa. (2017, August). *EU Capacity Building Mission in Somalia (EUCAP Somalia)*. Disponível em: <https://www.eucap-som.eu/wp-content/uploads/2017/09/EUCAP-Somalia-Factsheet.pdf> [Consultado dia 7 de novembro de 2022]

Serviço Europeu de Ação Externa. (2016, June). *A Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy*. Disponível em:

[https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs\\_review\\_web\\_0.pdf](https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs_review_web_0.pdf) [Consultado dia 3 de Maio de 2023]

Serviço Europeu de Ação Externa. (2015, April 22). *Towards a closer EU-Australia Partnership: Joint Declaration of the EU's High Representative for Foreign and Security Policy/Vice President of the Commission and the Australian Foreign Minister*. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/node/3400\\_en](https://www.eeas.europa.eu/node/3400_en) [Consultado dia 2 de novembro de 2022]

Shoebridge, M. (2022, April 11). *Djibouti shows what Sogavare's deal with China really means*. Disponível em: <https://www.aspistrategist.org.au/djibouti-shows-what-sogavares-deal-with-china-really-means/> [Consultado dia 14 de dezembro de 2022]

Shukla, S. (2020, July 28). *What is nine-dash line? The basis of China's claim to sovereignty over South China Sea*. Disponível em: <https://theprint.in/theprint-essential/what-is-nine-dash-line-the-basis-of-chinas-claim-to-sovereignty-over-south-china-sea/469403/> [Consultado dia 5 de dezembro de 2022]

SIPRI. (2022, April 25). *World military expenditure passes \$2 trillion for first time*. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2022/world-military-expenditure-passes-2-trillion-first-time> [Consultado dia 20 de dezembro de 2022]

Smee, B. (2019, August 16). *Pacific islands will survive climate crisis because they 'pick our fruit', Australia's deputy PM says*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/australia-news/2019/aug/16/pacific-islands-will-survive-climate-crisis-because-they-can-pick-our-fruit-australias-deputy-pm-says> [Consultado dia 8 de novembro de 2022]

Statista. (2022-a, August 5). *Largest armies in the world ranked by active military personnel in 2022*. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/264443/the-worlds-largest-armies-based-on-active-force-level/> [Consultado dia 14 de novembro de 2022]

Statista. (2022-b, August 5). *Countries with the highest military spending worldwide in 2021*. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/262742/countries-with-the-highest-military-spending/> [Consultado dia 14 de novembro de 2022]

Statista. (2022-c, March 1). *General government expenditure on military defense as a percentage of GDP in countries of the European Union in 2020*. Disponível em:

<https://www.statista.com/statistics/1293562/expenditure-on-military-defense-as-gdp-share-in-the-european-union-eu-27/> [Consultado dia 5 de dezembro de 2022]

Statista. (2022-d, March 1). *General government expenditure on military defense in the European Union (EU-27) in 2020, by country*. Disponível em:

<https://www.statista.com/statistics/1293572/expenditure-on-military-defense-as-gdp-share-in-the-european-union-eu-27/> [Consultado dia 5 de dezembro de 2022]

Theys, S. (2017). Constructivism. In McGlinchey, S. (Ed.), Walters, R. (Ed.), Scheinpflug, C. (Ed.). *International Relations Theory* (1st ed., pp.36-41). Disponível em: <https://www.e-ir.info/publication/international-relations-theory/> [Consultado dia 30 de janeiro de 2023]

Turnbull, M. (2017, June 3). *Keynote address at the 16th IISS Asia Security Summit, Shangri-La Dialogue*. Disponível em: <https://www.malcolmturnbull.com.au/media/keynote-address-at-the-16th-iiss-asia-security-summit-shangri-la-dialogue> [Consultado dia 4 de novembro de 2022]

Turnbull, M. (2017, December 7). *Speech introducing the National Security Legislation Amendment (Espionage and Foreign Interference) Bill 2017*. Disponível em: <https://www.malcolmturnbull.com.au/media/speech-introducing-the-national-security-legislation-amendment-espionage-an> [Consultado dia 4 de novembro de 2022]

União Europeia. (2013, June 1). *"Defending national interests, preventing conflict" Speech delivered by High Representative Catherine Ashton at the Shangri-La Dialogue*. Disponível em: [https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_Data/docs/pressdata/EN/foraff/137368.pdf](https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/137368.pdf) [Consultado dia 7 de novembro de 2022]

U.S. Department of Defence. (2019, June 1). *Indo-Pacific Strategy Report*. Disponível em: <https://media.defense.gov/2019/Jul/01/2002152311/-1/-1/1/DEPARTMENT-OF-DEFENSE-INDO-PACIFIC-STRATEGY-REPORT-2019.PDF> [Consultado dia 16 de novembro de 2022]

Van Eemeren, F., Houtlosser, P. & Henkemans, A.F. (Eds.). (2007). *Argumentative Indicators in Discourse: A Pragma-Dialectical Study*. Disponível em:

<https://books.google.pt/books?id=H6Wk9I5TsI0C&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false> [Consultado dia 15 de Maio de 2023]

Van Eemeren, F. & Grootendorst, R. (2004). *A Systematic Theory of Argumentation - The pragma-dialectical approach*. Disponível em:

<https://anekawarnapendidikan.files.wordpress.com/2014/04/a-systematic-theory-of-argumentation-by-frans-h-van-eemeren1.pdf> [Consultado dia 15 de Maio de 2023]

Van Eemeren, F. & Houtlosser, P. (2003). The development of the pragma-dialectical approach to argumentation. *Argumentation*, 17, 387–403. Disponível em:

[https://www.academia.edu/31633753/The\\_development\\_of\\_the\\_pragma\\_dialectical\\_approach\\_to\\_argumentation](https://www.academia.edu/31633753/The_development_of_the_pragma_dialectical_approach_to_argumentation) [Consultado dia 15 de Maio de 2023]

Von der Leyen, U. (2021, September 21). *Aukus row: EU officials demand apology from Australia over France's treatment before trade talks*. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/australia-news/2021/sep/21/aukus-row-european-union-demands-apology-from-australia-over-frances-treatment-before-trade-talks> [Consultado dia 3 de novembro de 2022]

Wacher, G. (2022). European Approaches to the Indo-Pacific: Same, Same, but Different. In C., Echle, J., Kliem (Eds.). *European Strategic Approaches to the Indo-Pacific* (1st ed., pp. 7-24). Disponível em:

<https://www.kas.de/documents/288143/16920728/Panorama+European+Strategic+Approaches+to+the+Indo-Pacific.pdf/e7b7d256-61ec-d864-191a-7cd63342cee4?version=1.0&t=1644999183217> [Consultado dia 11 de novembro de 2022]

Wallis, J. (2021). Contradictions in Australia's Pacific Islands discourse. *Australian Journal of International Affairs*, 75 (5), 487-506. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10357718.2021.1951657?journalCode=caji20> [Consultado dia 7 de novembro de 2022]

Wendt, A. (1995, July). Constructing International Politics. *International Security*, 20 (1), 71-81. Disponível em:

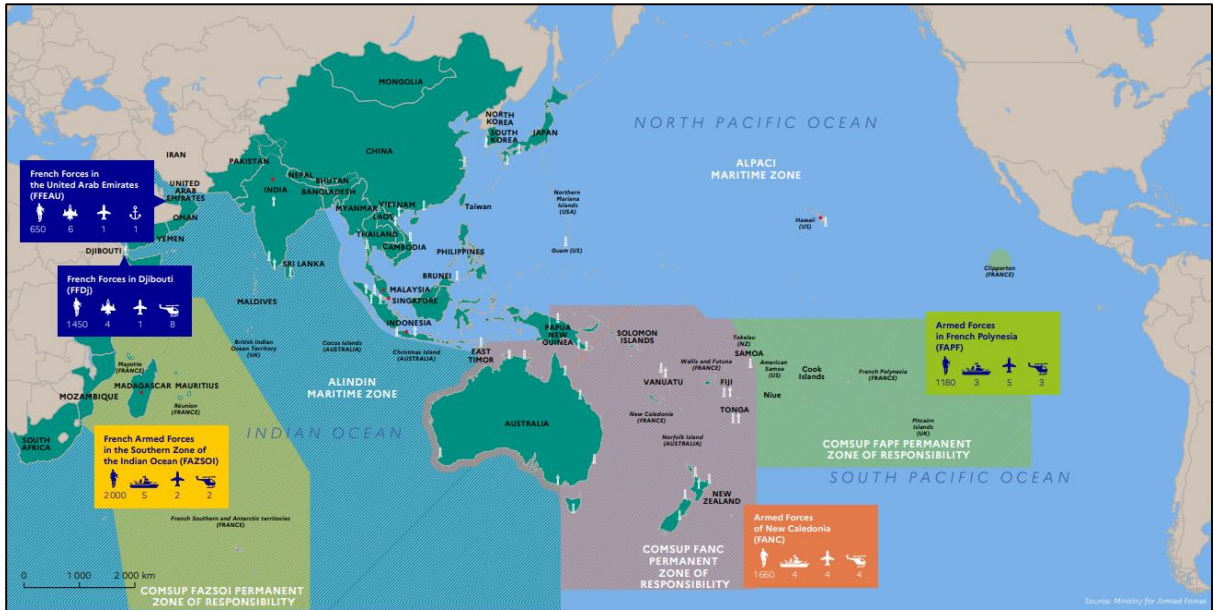
[https://www.researchgate.net/publication/265960638\\_Constructing\\_International\\_Politics](https://www.researchgate.net/publication/265960638_Constructing_International_Politics) [Consultado dia 25 de Maio de 2023]

Willsher, K. (2021, September 18). *Aukus: France's ambassador recall is 'tip of the iceberg', say analysts*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/sep/18/aukus-france-ambassador-recall-is-tip-of-the-iceberg-say-analysts> [Consultado dia 2 de novembro de 2022]

Wintour, P. (2021, September 16). *What is the Aukus alliance and what are its implications?*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2021/sep/16/what-is-the-aukus-alliance-and-what-are-its-implications> [Consultado dia 20 de dezembro de 2022]

Wyeth, G. (2019, February 8). *Australia's Pacific Step-Up: More Than Just Talk*. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/02/australias-pacific-step-up-more-than-just-talk/> [Consultado dia 4 de novembro de 2022]

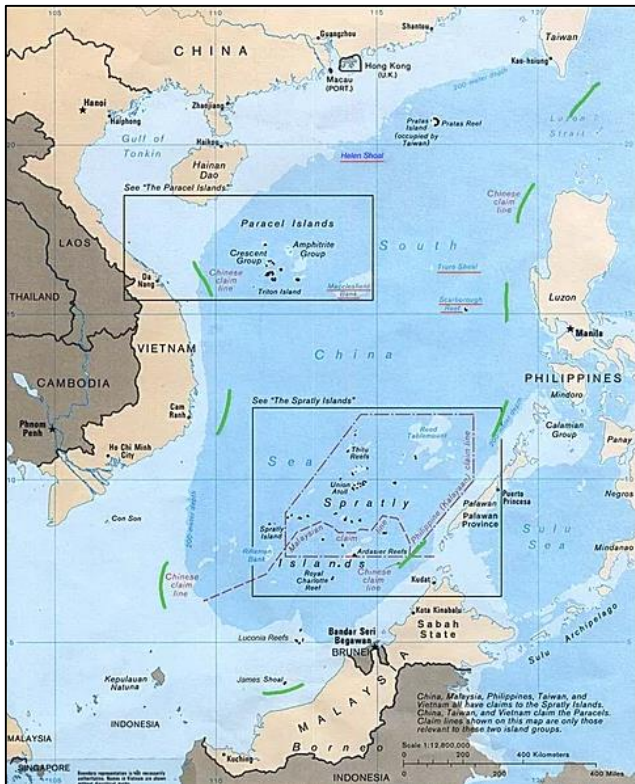
## 7. Anexos



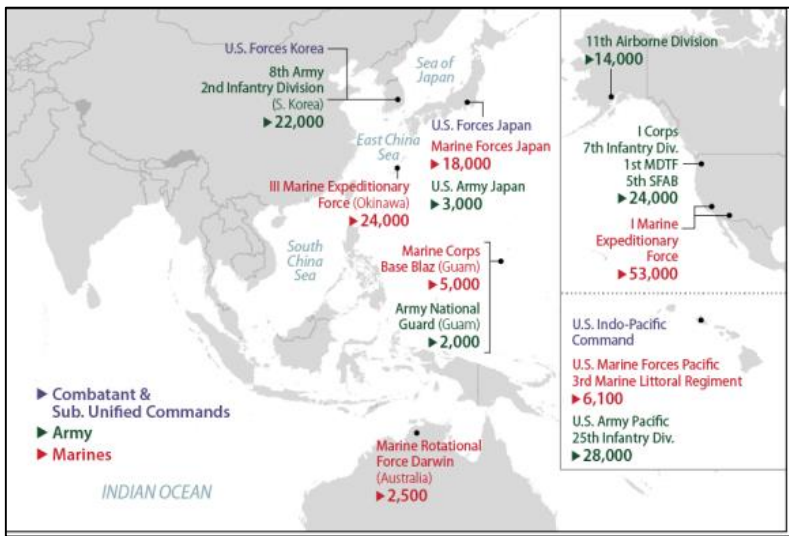
**Imagem 1.** Presença militar francesa no Indo-Pacífico. Fonte: Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, 2022



**Imagem 2.** Localização geográfica das ilhas de Senkaku/Diaoyu. Fonte: BBC, 2014



**Imagem 3.** Localização geográfica da *Nine-Dash Line* (cor verde) e das ilhas Paracel e Spratly. Fonte: Shukla, 2020



**Imagem 4.** Presença militar dos EUA no Indo-Pacífico, em setembro de 2021. Fonte: Congressional Research Service, 2022-b

	2020-21	2021-22	2022-23	2023-24	2024-25	2025-26	2026-27	2027-28	2028-29	2029-30	2029-30	Total Decade 2020-21 to 2029-30
	\$m	\$m	\$m	\$m	\$m	\$m	\$m	\$m	\$m	\$m	\$m	\$m
Defence Funding (including ASDI)	42,151	46,037	50,170	53,318	55,567	58,175	61,239	64,639	69,986	73,687	574,989	

**Imagem 5.** Valores previstos para o investimento australiano na sua política de defesa e segurança entre 2020 e 2030, em mil milhões de dólares australianos. Fonte: Department of Defence, 2020

<b><u>Quadro 1</u></b> <b><u>Estratégia da UE para a Indo-Pacífico (2021)</u></b>	
<b><u>Bases Estratégicas</u></b>	<b>Descrição</b>
<b>1. <u>Uma base forte para um relacionamento com benefícios mútuos como base lógica</u></b>	É destacada a dimensão e a importância económica da Europa e do Indo-Pacífico, bem como a importância da região na circulação marítima das mercadorias europeias. É referido o aumento da competição e da tensão pela disputa de territórios e de áreas marítimas, o aumento do investimento militar regional bem como as possíveis ameaças à segurança e prosperidade europeia, devido ao aumento das tensões e das demonstrações de força nos Mares do Sul e Leste da China bem como no estreito de Taiwan. Para a UE, existem várias ameaças, oriundas dos regimes autoritários da região, sobre a democracia e os direitos humanos, bem como o aumento da coerção económica e das práticas comerciais injustas. A União pretende reforçar a sua cooperação bilateral, regional e multilateral com os parceiros regionais, sendo a promoção do direito internacional e a abertura dos mercados dois princípios do fortalecimento estratégico europeu.
<b>2. <u>A interação com os parceiros do Indo-Pacífico como uma visão da UE para a região</u></b>	Esta interação seria realizada através da aplicação dos princípios inerentes à defesa da ordem internacional pelo cumprimento do direito internacional, um ambiente comercial aberto e justo, a promoção e o combate às alterações climáticas, a dinamização da sua cooperação multilateral, designadamente com a ASEAN, a ONU e a União Africana bem como uma cooperação regional na defesa dos direitos humanos, dos princípios democráticos e na aplicação de sanções às entidades que não as cumpram.
<b>3. <u>A parceria e a cooperação</u></b>	São destacadas as ligações históricas, culturais e comerciais com a região, sendo que a UE pretende ser um parceiro confiável no seu aprofundamento, no reforço do multilateralismo com organizações regionais como a ASEAN bem como nas atividades de gestão de crises e de prevenção de conflitos. A União pretende concluir acordos de parceria e cooperação, designadamente com a Malásia e a Tailândia, e aprofundar as suas interações com os estados-membros da QUAD. A União deseja ter uma relação bilateral inclusiva com a China na resposta a problemas comuns, mas diverge na temática dos direitos humanos.
<b>4. <u>As sete áreas prioritárias para a visão da UE no Indo-Pacífico</u></b>	Estas áreas pretendiam ser uma resposta à crise provocada pela Covid-19, sendo destacadas duas áreas. A prosperidade económica sustentável e inclusiva, com o cumprimento dos

	<p>acordos comerciais com a Coreia do Sul, Japão, Singapura e Vietname, a conclusão de acordos comerciais com Austrália e Nova Zelândia e a retoma das negociações com a Índia, bem como a negociação multilateral com os países da ASEAN. No âmbito da segurança e defesa, a União almeja a condução de mais exercícios e operações militares conjuntas com os parceiros regionais no combate à pirataria e ao impedimento à liberdade de navegação marítima, podendo deslocar mais recursos marítimos dos estados-membros para a região. A União pretende a continuidade da promoção e implementação dos seus programas regionais de segurança marítima na região ocidental do Índico, bem como a extensão do projeto de capacitação no sul do Pacífico, no combate ao tráfico de droga, de seres humanos e dos fluxos financeiros ligados a operações terroristas. A União deseja ter uma maior preponderância na ASEAN, com um maior envolvimento no encontro dos ministros da defesa e na Cimeira do Sudoeste Asiático. Quer ainda intensificar os seus diálogos regionais em temáticas como o terrorismo, a cibersegurança, a não-proliferação e o desarmamento, a segurança espacial e marítima. Almeja, também, o destacamento de consultores militares para as delegações regionais da UE e o estabelecimento de uma rede europeia de ciberdiplomacia. A União irá acelerar a sua cooperação de segurança regional nas áreas do contra terrorismo, da cibersegurança, da segurança marítima e a gestão de crises com vários países, designadamente, a Coreia do Sul, Japão, Índia, Indonésia, Singapura e Vietname. A União pretende um maior envolvimento regional nas operações e missões da Política Comum de Segurança e de Defesa, auxiliando também em operações de manutenção de paz no Indo-Pacífico, tendo já concluído vários acordos estruturais de participação com a Austrália, Coreia do Sul, Nova Zelândia e Vietname. Finalmente, a União deseja também colaborar na promoção de iniciativas que controlam a exportação de armamento, no combate à desinformação bem como às interferências externas de atores estatais e não estatais.</p>
<p>Fonte: Serviço Europeu de Ação Externa, 2021-a</p>	

<p style="text-align: center;"><b><u>Quadro 2</u></b> <b><u>Estratégia Francesa para o Indo-Pacífico (2022)</u></b></p>	
<p style="text-align: center;"><b><u>Bases Estratégicas</u></b></p>	<p style="text-align: center;">Descrição</p>
<p><b>1. <u>O Indo-Pacífico como região de tensões polarizadoras e de assuntos globais significativos.</u></b></p>	<p>Destaca-se a crescente competição geoestratégica China-EUA, as tensões na fronteira Índia-China, no estreito de Taiwan e na península coreana bem como as ameaças nacionais: pirataria, terrorismo, tráfico na sua globalidade, pesca ilegal e ameaças climáticas iminentes. Realça-se a importância do tráfego marítimo no Indo-Pacífico para a segurança do fornecimento de mercadorias e de combustíveis, apelando a uma cooperação bilateral e multilateral no cumprimento do direito internacional.</p>
<p><b>2. <u>A sua presença e influência no Indo-Pacífico</u></b></p>	<p>É mencionado que a França é o único estado da UE com territórios no Indo-Pacífico – Mayotte, Nova Caledónia, Polinésia Francesa, Reunião, Wallis e Futuna e os territórios</p>

	antárticos – do qual residem cerca de 1,65 milhões de franceses bem como a presença contínua de soldados franceses na região, estando destacados cerca de 7 mil soldados dos três ramos das forças armadas (ver imagem 1). Para a França o papel estratégico destes territórios é muito relevante, devido à sua localização regional, à utilização dos territórios como portas de entrada regionais para a UE bem como a possibilidade de desencadear operações conjuntas com parceiros regionais.
<b>3. <u>As suas parcerias no Indo-Pacífico</u></b>	São mencionadas as parcerias existentes com a Índia e o Japão. Refere algumas parcerias estratégicas – Indonésia, Singapura e Vietname – reavaliando-se a sua parceria com a Austrália após a formulação do AUKUS. Realça a parceria no âmbito da segurança marítima com a ASEAN – existente desde março de 2021 – no apoio aos centros de treino para as operações de manutenção de paz e no combate ao crime transnacional, a promoção de uma maior coordenação regional e é candidata ao estatuto de observador nas reuniões dos ministros da defesa da ASEAN.
<b>4. <u>Os objetivos e as ações no Indo-Pacífico</u></b>	São delimitados cinco objetivos para a estratégia defensiva francesa na região: a defesa da integridade territorial francesa e das suas populações; a promoção da cooperação securitária e militar; a preservação do acesso a zonas comuns em contexto de competição estratégica e de maiores restrições militares; a manutenção da estabilidade estratégica e da balança de poder militar através do multilateralismo; a antecipação dos riscos securitários climáticos.
Fonte: Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, 2022	

<b><u>Quadro 3</u></b> <b><u>Estratégia dos Países Baixos para o Indo-Pacífico (2020)</u></b>	
<b><u>Bases Estratégicas</u></b>	<b><u>Descrição</u></b>
<b>1. <u>Uma visão europeia para o Indo-Pacífico.</u></b>	Os Países Baixos pretendem que a UE tenha uma visão clara e que defenda os interesses dos estados-membros no Indo-Pacífico, podendo ter uma importância relevante no fortalecimento das relações bilaterais regionais, gerando interesses económicos e geopolíticos significativos para os Países Baixos e para a UE. Os Países Baixos desejam uma maior aproximação com diversos países – Austrália, Coreia do Sul, Japão, Nova Zelândia e estados da ASEAN –, apelando à colaboração regional da UE na manutenção da paz e da segurança, na segurança marítima, no combate à espionagem económica e informática bem como nos ciberataques a infraestruturas essenciais. Acrescenta-se que a UE poderá ser um ator relevante no equilíbrio da balança de poder regional, contrabalançando as influências económicas e militares das potências regionais e na promoção da não proliferação de armas nucleares.
<b>2. <u>Os Países Baixos e o Indo-Pacífico</u></b>	Os Países Baixos pretendem desenvolver uma colaboração multilateral – OTAN, UE e outros estados da região – na manutenção das passagens marítimas seguras e na defesa do cumprimento do direito internacional marítimo. Pretende-se

	<p>uma maior presença e colaboração em fóruns estratégicos de segurança – Diálogo de Shangri-La e Diálogo Raisina –, através do combate às ameaças híbridas e à proliferação de armas nucleares. Os Países Baixos apoiam as parcerias regionais realizadas pela OTAN, pretendendo aprofundar as suas parcerias e cooperações – Austrália, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Singapura e Vietname –. Os Países Baixos desejam aprofundar a sua cooperação com a ASEAN, aderindo ao tratado de amizade e de cooperação no sudoeste asiático, manter a sua presença no encontro Ásia-Europa e executar uma diplomacia pública regional.</p>
<p>Fonte: Governo dos Países Baixos, 2020</p>	

<p><b><i>Quadro 4</i></b> <b><u>Estratégia dos EUA para o Indo-Pacífico (2022)</u></b></p>	
<b><u>Bases Estratégicas</u></b>	<b>Descrição</b>
<p><b>1. <u>O avanço para um Indo-Pacífico livre e aberto</u></b></p>	<p>É referido que para a existência de um Indo-Pacífico livre e aberto, deve-se evitar qualquer forma de coerção económica, política e social de certos estados em relação a outros. Os EUA comprometem-se a colaborar com os seus parceiros na abertura e acessibilidade das rotas marítimas através da aplicação do direito internacional, no âmbito das tecnologias críticas e emergentes bem como no ciberespaço.</p>
<p><b>2. <u>A construção de ligações dentro e fora da região</u></b></p>	<p>Os EUA pretendem aprofundar os seus tratados de aliança militar – Austrália, Japão, Coreia do Sul, Filipinas e Tailândia – bem como o aprofundamento das parcerias regionais – Índia, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Taiwan e Ilhas do Pacífico –. Prevê-se um aprofundamento da colaboração multilateral – ASEAN, OTAN e UE – na coordenação estratégica regional</p>
<p><b>3. <u>O aumento da segurança no Indo-Pacífico</u></b></p>	<p>Os EUA comprometem-se com uma postura dissuasora para quem colocar em causa a sua segurança nacional e a dos seus parceiros, através do reforço da dissuasão contra atos coercivos e violadores da soberania dos estados, da variabilidade de áreas de atuação do exército – espaço, ciberespaço, tecnologias críticas e emergentes – e dos exercícios militares a serem realizados, bem como a complementaridade dos seus recursos com a dos seus aliados. Os EUA pretendem apoiar militarmente Taiwan na manutenção da paz e deter uma presença militar no estreito de Taiwan. É realçada a ameaça nuclear e militar da Coreia do Norte para a segurança regional</p>
<p>Fonte: Casa Branca, 2022</p>	

<b><u>Quadro 5</u></b> <b><u>2017 Foreign Policy White Paper</u></b>	
<b><u>Temáticas abordadas</u></b>	Descrição
1. <b><u>Um mundo contestado</u></b>	O “White Paper” destaca o papel dos EUA enquanto líder da ordem internacional e como garante da segurança internacional. O documento afirma o aumento da destabilização da ordem internacional por estados que utilizam meios como os atores não estatais, as operações secretas, a coerção económica e a desinformação. O “White Paper” afirma a existência de um enfraquecimento da segurança global, devido ao incumprimento do direito internacional pela Rússia, Síria e Coreia do Norte. Reconhece-se o aumento do poder e da influência económica, estratégica e militar da China e a futura relevância que os EUA, o Japão e a Índia podem ter no equilíbrio de poderes no Indo-Pacífico. O documento identifica o aumento da competição e da complexidade no Indo-Pacífico. No entanto, o documento afirma que os EUA devem manter a sua liderança militar sendo, regionalmente um elemento estabilizador. O “White Paper” prevê o aumento da competição regional pelo espaço aéreo e marítimo, bem como a ameaça colocada pelo terrorismo e pelas ações de extremistas em alguns estados do sudoeste asiático. O documento considera, igualmente, que a evolução tecnológica e a sua utilização maliciosa, por parte de atores estatais e não estatais, podem ser um risco securitário nacional e internacional.
2. <b><u>Um Indo-Pacífico estável e próspero</u></b>	O documento considera essencial a aliança militar com os EUA para a sua segurança e para o seu planeamento defensivo e estratégico. O “White Paper” definiu como objetivo a melhoria da parceria estratégica Austrália-China e um maior entrosamento com os principais países da região, destacando o Japão como parceiro essencial e o fortalecimento do seu relacionamento com a Coreia do Sul, a Índia e a Indonésia. O documento destaca a importância dos EUA e da China para a estabilidade regional, apelando a um maior envolvimento económico e militar dos EUA e apelando à China para que exercesse o seu poder na manutenção da estabilidade, respeitando o direito internacional e a soberania dos países. O documento aconselha a não escalada das tensões económicas e militares entre os EUA e a China no decurso da sua competição estratégica, sugerindo a negociação de um acordo de livre-comércio no Indo-Pacífico como forma de redução das tensões. O “White Paper” realça a importância da aliança Austrália-EUA nas relações económicas e militares. O documento considera a Coreia do Norte e o seu programa nuclear como a maior ameaça securitária regional. A Austrália pretende uma melhor relação multilateral com a ASEAN, elogiando o seu sucesso na construção de uma arquitetura securitária regional
Fonte: Governo Australiano, 2017	

<b><u>Quadro 6</u></b> <b><u>Australia 2020 Defence Strategic Update</u></b>	
<b><u>Domínios de Reforço de Capacidades</u></b>	Descrição
1. <b><u>Domínio Marítimo</u></b>	Este domínio representa 28% do investimento e a alocação de cerca de 75 mil milhões de dólares australianos. Tal alocação implica a aquisição de doze submarinos da classe <i>Attack</i> , nove fragatas da classe <i>Hunter</i> e nove navios de patrulha costeira da classe <i>Arafura</i> . Serão melhoradas as infraestruturas navais, prevendo-se um maior investimento em capacidades de conflito submarino, de controlo marítimo, de reconhecimento e de patrulhamento marítimo bem como em operações de segurança fronteiriça e de transporte marítimo. Estão previstos

	investimentos no aumento da capacidade da marinha australiana e no planeamento e sustentabilidade de operações conjuntas, prevendo-se a aquisição de dois navios de transporte e de reabastecimento e um navio quebra-gelo para as operações próximas da Antártida. Prevê-se, igualmente, o aumento das capacidades em contramedidas de minas subaquáticas e em hidrografia táctica, bem como a aquisição adicional de oito navios baseados nos navios da classe <i>Arafura</i> .
<b>2. <u>Domínio Aéreo</u></b>	Este domínio representa 24% do investimento e a alocação de cerca de 65 mil milhões de dólares australianos. Este montante será investido nas capacidades de combate aéreo, com a aquisição de caças F-35 <i>Lightning II Joint Strike</i> , de aviões EA-18G <i>Growler</i> e a aquisição de armamento para as defesas aéreas avançadas e de longo alcance.
<b>3. <u>Domínio Terrestre</u></b>	Este domínio representa 20% do investimento e a alocação de cerca de 55 mil milhões de dólares australianos. Engloba o aumento da proteção, do armamento e dos sistemas de comunicação das forças terrestres. Tal alocação implica uma maior aquisição de armas de longo alcance tais como sistemas de mísseis, proteção móvel de artilharia e o desenvolvimento de mísseis. Também prevê o aumento das capacidades de transporte e de projeção de forças regionais, com a aquisição de veículos de operações especiais, de embarcações e de embarcações de desembarque bem como helicópteros de longo alcance;
<b>4. <u>Domínio das Infraestruturas</u></b>	Este domínio representa 11% do investimento e alocação de cerca de 30 mil milhões de dólares australianos. Esta alocação engloba o investimento em bases militares, navais e aéreas, em áreas de treino e instalações logísticas bem como a melhoria das capacidades das forças armadas na preparação, condução e manutenção das suas operações. Prevê-se a construção de uma nova base naval no norte da Austrália, melhorias em portos marítimos-chave de suporte às operações da marinha bem como melhorias em novas infraestruturas de apoio à frota de submarinos e no aumento das capacidades das bases aéreas;
<b>5. <u>Domínio das Capacidades de Informação e de Cibersegurança</u></b>	Representa 6% do investimento e a alocação de cerca de 15 mil milhões de dólares australianos. Este investimento engloba medidas para assegurar a defesa de informações críticas e a defesa de redes, sistemas e infraestruturas de comunicações face a ciberataques. Está previsto o investimento em sistemas de comando conjunto, de controlo e de comunicações, em guerra eletrónica conjunta, em operações ciberespaciais defensivas e na complementaridade de novas capacidades de contrainteligência, com a construção de novas infraestruturas e de equipamento de treino. Encontra-se, igualmente, previsto o investimento em capacidades ofensivas e operacionais de cibersegurança, em sistemas de informação, em programas de reconhecimento, de vigilância e de armazenamento de dados bem como a otimização e a expansão dos sistemas de informações seguras.
Fonte: Australian Department of Defence, 2020	

Anos	Investimento (em mil milhões de dólares)	Investimento (em % do PIB)
2020	232,81	1,6
2019	217,82	1,4
2018	216,55	1,4
2017	196,38	1,3
2016	185,23	1,3
2015	178,73	1,3

**Quadro 7.** Investimento total dos estados-membros da União Europeia em políticas de defesa e segurança entre 2015 e 2020, em valores nominais e percentagem do PIB. Fonte: Banco Mundial, 2022-c e 2022-d

Países	Investimento (em mil milhões de euros)	Países	Investimento (em % do PIB)
França	38,67	Grécia	2,6
Alemanha	33,23	Letónia	2,5
Itália	21,13	Estónia	2,4
Países Baixos	9,93	Roménia	2,3
Espanha	9,30	Lituânia	1,9
Polónia	8,95	Chipre	1,8
Suécia	5,27	Polónia	1,7
Roménia	5,07	França	1,7
Grécia	4,24	Bulgária	1,4

**Quadro 8.** 10 Países da UE que mais investiram em políticas de segurança e de defesa em 2020, em valores nominais e em percentagem do PIB. Fonte: Statista, 2022-c e 2022-d

- 
- <sup>i</sup> “the strategies, methods, guidelines, agreements that usually national governments use to perform their actions in the international arena” (Ahmed, 2020, p. 788, Tradução do Autor).
- <sup>ii</sup> “a process between actors (diplomats, usually representing a state) who exist within a system (international relations) and engage in private and public dialogue (diplomacy) to pursue their objectives in a peaceful manner.” (McGlinchey, 2017, p.1, Tradução do Autor).
- <sup>iii</sup> “(...) shared understandings, expectations, or knowledge” (Wendt, 1995, p.73, Tradução do Autor).
- <sup>iv</sup> “cooperation in world politics can be enhanced through the construction and support of multilateral institutions based on liberal principles” (Keohane, 2012, p. 125, Tradução do Autor).
- <sup>v</sup> “tasks, strategies, and criteria governing scientific inquiry, including all facets of the research enterprise” (Lamont & Boduszynski, 2020, p.2, Tradução do Autor).
- <sup>vi</sup> “The analysis of written, oral, audio-visual or other forms of communication that explicitly or implicitly carry political ideas (...)” (ECPR, 2015, para.1, Tradução do Autor).
- <sup>vii</sup> “(...) a response to, or in anticipation of, a difference of opinion, and serves a function in the regulation of disagreement” (Van Eemeren, Houtlosser & Henkemans, 2007, p.4, Tradução do Autor).
- <sup>viii</sup> “target the public commitments entailed by the performance of certain language activities” (Van Eemeren & Grootendorst, 2004, p.53, Tradução do Autor).
- <sup>ix</sup> “focusing the attention on the specific obligations a speaker or writer creates in a certain context through the speech acts performed in a argumentative discussion or text” (Van Eemeren, Houtlosser & Henkemans, 2007, p.3, Tradução do Autor).
- <sup>x</sup> “(..) between two or more parties who are having a disagreement and interact with each other in an attempt to resolve this disagreement” (Van Eemeren & Grootendorst, 2004, p.388, Tradução do Autor).
- <sup>xi</sup> “(..) by taking the utterances that are made in a argumentative discussion or text to be parts of a dialogue aimed at resolving a difference of opinion by having a critical argumentative exchange” (Van Eemeren, Houtlosser & Henkemans, 2007, p.3, Tradução do Autor)
- <sup>xii</sup> “(..) regard the language activities as part of an attempt to resolve a difference of opinion in accordance with critical norms of reasonableness” (Van Eemeren & Grootendorst, 2004, p.53, Tradução do Autor).
- <sup>xiii</sup> “the very important elements of what is a very comprehensive and strong relationship” (Gillard, 2010, para.5, Tradução do Autor).
- <sup>xiv</sup> “It opens a new phase of closer cooperation between Australia and the EU that better accommodates our broad interests and priorities” (Rudd, 2011, para.3, Tradução do Autor).
- <sup>xv</sup> “(...) ideas to further strengthen the Australia-EU relationship and promote close collaboration on addressing global challenges” (Bishop, 2016, para.4, Tradução do Autor).
- <sup>xvi</sup> “We share common values and cultural heritage, and are committed to free and open markets. (...) on our already close ties and aspirations for deeper cooperation and will strengthen Australia’s bilateral relationship with the EU” (Bishop, 2017, para.5, Tradução do Autor).
- <sup>xvii</sup> “share the same values, regarding open economies, open societies, the rule of law, human rights” (Barroso, 2008, p.3, Tradução do Autor).
- <sup>xviii</sup> “(...) giving more important expression to the relationship between Australia and the European Union” (Barroso, 2010, para.5, Tradução do Autor).
- <sup>xix</sup> “(...) give political expression to our commitment to build a stronger, forward-looking partnership” (Ashton, 2011, para.5, Tradução do Autor).
- <sup>xx</sup> “(...) drive the counter-terrorism agenda, including in the G20” (Conselho da União Europeia, 2015, para.1, Tradução do Autor).

---

xxi “(...) achieve a comprehensive and balanced outcome that liberalises trade, promotes productive investment flows and enhances the regulatory environment for business” (Conselho da União Europeia, 2015, para.4, Tradução do Autor).

xxii “Our relationship with Australia already benefits from high levels of cooperation, as you would expect from close partners” (Mogherini, 2016, para.3, Tradução do Autor).

xxiii “(...) as like-minded partners and friends (...)” & “The agreement we have signed today reflects how strong our ties are already and how they will become stronger through our increased exchanges and cooperation” (Bishop, 2017, para.4, Tradução do Autor).

xxiv “(...) will be an agreement that offers clear benefits for both the EU and Australia. It will boost economic opportunity for businesses, both big and small, and create jobs” (Malmström, 2018, para.4, Tradução do Autor).

xxv “(...) will seek to impose a latter day Monroe Doctrine on this hemisphere in order to dominate the region (...)” & “(...) by respecting the sovereignty of others (...)” (Turnbull, 2017, para.51-57, Tradução do Autor).

xxvi “(...) the terms of healthy and sustainable engagement” & “(...) stand up and assert their sovereignty in our nation, with our parliament and with our laws” (Turnbull, 2017, para.20, Tradução do Autor).

xxvii “It poisons the atmosphere of the China-Australia relationship and undermines the foundation of mutual trust and bilateral cooperation (...)” (Knaus & Phillips, 2017, para.9, Tradução do Autor).

xxviii “Time doesn’t mean anything when you’re about to be, you know, have water lapping at your door” (Dutton, 2015, para.3, Tradução do Autor).

xxix “(...) a partnership where our technology, our scientists, our industry, our defense forces are all working together to deliver a safer and more secure region(...)” (Morrison, para.7, Tradução do Autor)

xxx “(...) to help Australia acquire a fleet of nuclear-powered submarines, emphasizing, of course, that the submarines in question will be powered by nuclear reactors, not armed with nuclear weapons” (Johnson, 2021, para.15, Tradução do Autor).

xxxi “(...) the future of each of our nations — and indeed the world — depends on a free and open Indo-Pacific enduring and flourishing in the decades ahead (...)” (Biden, 2021, para.27, Tradução do Autor).

xxxii “It’s really a stab in the back. We had established a relationship of trust with Australia, this trust has been betrayed” (Le Drian, 2021, para.2, Tradução do Autor).

xxxiii “(...) signals a lack of consistency which France can only notice and regret” (Le Drian, 2021, para.19, Tradução do Autor).

xxxiv “to clarify and to try to understand better what are the intentions behind this announcement” (Michel, 2021, para.2, Tradução do Autor).

xxxv “(...) we are not taking ad hoc action motivated by individual events” (Borrell 2021-b, para.22, Tradução do Autor).

xxxvi “(...) establishing a new broad based relationship with the European Commission and the European Union” (Rudd, 2008, para.2, Tradução do Autor).

xxxvii “(...) a close relationship with Jose and a new broad based relationship with our friends and partners in Europe” (Rudd, 2008, para.14, Tradução do Autor).

xxxviii “(...) whether it is in global trade liberalisation, the great challenges of development for the impoverished nations of the world (...) or beyond that, the great global challenge of climate change” (Rudd, 2008, para.3, Tradução do Autor).

xxxix “(...) difficult negotiations over trade, and as there always have been in the past on questions of agriculture and defending the interests of Australian farmers” (Rudd, 2008, para.15, Tradução do Autor).

xl “(...) a broad based relationship and we intend to prosecute that broad based relationship through this new key partnership framework which our two parties will negotiate, we hope by mid-year (...)” (Rudd, 2008, para.16, Tradução do Autor).

xli “(...) full and swift implementation” (Conselho da União Europeia, 2015, para.3, Tradução do Autor).

xlii “(...) agreed (...)” (Conselho da União Europeia, 2015, para.2, 3, 4, 6, 8, Tradução do Autor).

xliii “(...)determined (...)” (Conselho da União Europeia, 2015, para.1, 3, 6, Tradução do Autor).

xliv “(...)nurture (...)” (Conselho da União Europeia, 2015, para.5, Tradução do Autor).

xlv “(...) natural partners” (Bishop, 2017, para.5, Tradução do Autor).

xlvi “(...) strengthen Australia’s bilateral relationship with the EU, in an era of unprecedented global development and volatility” (Bishop, 2017, para.5, Tradução do Autor).

xlvii “(...) common values and cultural heritage, and are committed to free and open markets” (Bishop, 2017, para.5, Tradução do Autor).

---

<sup>xlviii</sup> “One of our member states has been treated in a way that is not acceptable, so we want to know what happened and why” (von der Leyen, 2021, para.6, Tradução do Autor).

<sup>xlix</sup> “The elementary principles for allies are transparency and trust, and it goes together. And what do we observe? We are observing a clear lack of transparency and loyalty” (Michel, 2021, para.2, Tradução do Autor).

<sup>l</sup> “at least it was really clear — the tone, the substance, the language — it was very clear that the EU was not in his opinion a useful partner, a useful ally”(Michel, 2021, para.7, Tradução do Autor).

<sup>li</sup> “(...) lack of consultations and communication (...)” (Josep Borrell, 2021-c, para.3, Tradução do Autor).

<sup>lii</sup> “(...) negative image of an uncoordinated or even divided West (...)” (Josep Borrell, 2021-c, para.3, Tradução do Autor).

<sup>liii</sup> “(...) close partners that we are (...)” (Josep Borrell, 2021-c, para.3, Tradução do Autor).